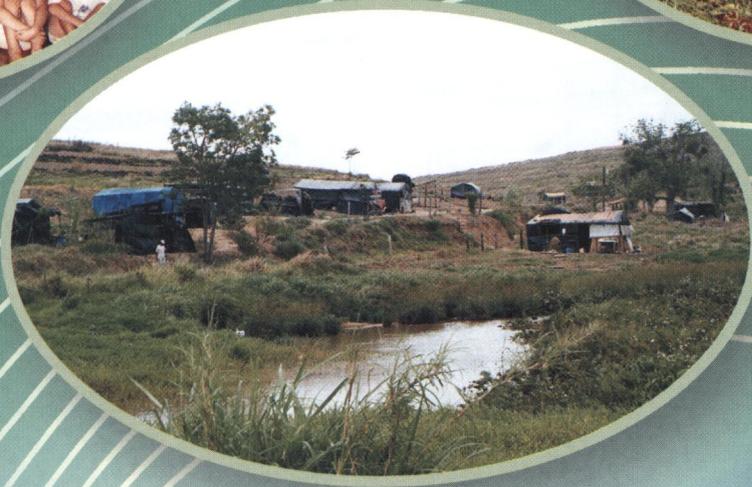


TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XIV, número 39, Janeiro-Abril/2001



ISSN - 0103-5576

ASSENTAMENTOS

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti

Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Teresa Sales

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa:

Arte: 2M Criação Editorial

Fotos: 5/Farid Eid, 1/Luiza Nasser, 1/Hildo M.Filho.

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(011)3609.1387

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone: (011)278.6227 - Fax: (011)278.2284

E-Mail: cemsp@uol.com.br

http://www.scalabrini.org

ÍNDICE

A REFORMA AGRÁRIA E O NOVO CONTEXTO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA RURAL

Hildo Meirelles de Souza Filho.

Antônio Márcio Buainain

Rinaldo Barcia Fonseca.....05

NOVAS MIGRAÇÕES E ASSENTAMENTOS NO EXTREMO SUL DO BRASIL

Tanya M. de Barcellos.....12

ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS DO COOPERATIVISMO DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Farid Eid

Andréa Eloisa Bueno Pimentel.....15

UMA ETAPA PRETÉRITA

A PASSAGEM PELOS ACAMPAMENTOS

Maria Cecília Manzoli Turatti.....21

ASSOCIAR OU NÃO ASSOCIAR?

O CASO DE UMA COMUNIDADE CAFUZA

Alessandra Schmitt.....25

MIGRAÇÕES E RETORNOS

BREVE HISTÓRIA DAS VIAGENS, LUTAS, VITÓRIAS E SOFRIMENTOS DE CAMPONESES DO NORDESTE MINEIRO

Eduardo Magalhães Ribeiro.....31

AS PRÁTICAS DE OCUPAÇÃO DE TERRAS EM TERESINA

A INTERSEÇÃO ENTRE A ILEGALIDADE E A LEGITIMIDADE

Antônia Jesuíta de Lima.....35

ASSENTAMENTOS INDÍGENAS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

O CASO DOS TUXÁ E PANKARÚ

Ely Souza Estrela.....42

ASSENTE-SE, A CASA É SUA!



Quem dera a gente poder, prazerosamente, assentar-se à sombra de uma varanda ou, na cidade, morar confortavelmente! Quem dera! O espaço imenso que se descortina do Oiapoque ao Chui mais parece morsa de espremer gente. Já se foi o tempo em que os migrantes deste país continental arrumavam, individualmente, jeito de ficar. É bem verdade, jeito de pobre, assento provisório. Mas o que ruim estava, pior ficou. Para onde ir?...

Do lado onde a corda arrebenta, aos poucos, foi deixando a pergunta de soar no vazio e a resposta, forjada na marra, foi - Assentamentos!

Antônia, no único texto que aborda o tema no meio urbano, apresenta-nos a realidade da capital do Piauí, um caso particular que sintetiza o que ocorre, em nível macro, nas grandes cidades brasileiras: o migrante que se dirige ou se dirigiu num passado recente a um grande centro urbano, já não encontra espaço para morar. As políticas públicas, quando existentes, demonstram claramente já não darem conta da demanda. Surgem as ocupações coletivas e, à margem das regras estabelecidas, impondo "novas legalidades", os pobres vão traçando, a duras penas, sua própria cidade.

Maria Cecília, tendo como base empírica o interior de São Paulo, analisa os que se encontram em estado de identidade indefinida, os que têm como marca a provisoriidade - os acampados. São eles camponeses na origem e urbanos por vivência - no momento nem uma coisa, nem outra - prestes a integrar uma nova organização social, mas ainda revestida de ausências.

Tanya fala-nos de como os assentamentos, na região de Bagé, extremo sul do Brasil, inverteram o tradicional fluxo migratório campo-cidade e de como uma área dominada pelo latifúndio ganha uma nova dinâmica: não só os assentados apresentam uma melhoria em seu nível de vida, bem como toda a região se beneficia da sua presença.

Farid e Andréa alçam vôo. Tomando como objeto de análise os assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em nível nacional, discutem a viabilidade social e econômica representada pelos assentamentos de reforma agrária no Brasil, organizados de forma cooperativada, em especial as Cooperativas de Produção Agropecuária do MST, que integram a Economia Solidária em gestação.

Hildo, Antônio e Rinaldo, num outro viés de análise, debatem o papel da reforma agrária e dos instrumentos de política fundiária no novo contexto de políticas de combate à pobreza rural. O começo da década de 1990 representou a passagem do centralismo das políticas públicas para uma descentralização das funções do Estado, em decorrência do avanço liberal que atribui ao mercado a responsabilidade de condução da economia. Os autores elencam as vantagens e riscos de um modelo e outro, sugerindo uma política fundiária que saiba combinar mecanismos de mercado e instrumentos de intervenção do Estado.

Eduardo não fala de um assentamento específico, nem se reporta a todos, aliás, ele fala o tempo todo de migração. Fala das idas e voltas dos migrantes do Nordeste mineiro, para os quais origem e migração, cidade e fronteira são fios de um mesmo bordado. E os assentamentos? Nessa trama móvel, no momento em que os jovens da região, filhos de assentados, retomam a migração, também os assentamentos se revelam como um momento entre as muitas trajetórias já encetadas, porém, oportunizando aos que hoje partem um aprendizado que não tiveram seus pais quando pela vez primeira partiram.

Alessandra mergulha no interior de um grupo específico - uma comunidade cafuza - cujos integrantes descendem dos sobreviventes da Guerra do Contestado. Na verdade, trata-se de um assentamento que reuniu dois troncos familiares, cada um com sua organização interna independente, calcada em relações hierárquicas de dependência pessoal. Todavia, o fato de terem se transformado em assentados "forçou" a criação de uma associação (pessoa jurídica), única forma para a obtenção de crédito e, conseqüentemente, possibilidade de viabilizar uma experiência de produção coletiva. Viabilizou? É o que mostra e discute a autora.

Por fim, Ely fala-nos dos Tuxá e Pankarú, herdeiros deste chão, cuja sina tem sido a perambulação. Após tantas e muita reivindicação, uma terra conseguiram para se assentar. Mas o assento é por demais tosco e o que sobeja entre eles é a pobreza.

Direca Cutti

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

*É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos
E ainda há tempo para montar a coleção*

PROMOÇÃO

Na assinatura por um ano você tem direito a dois exemplares de sua escolha* entre os números já publicados; por dois anos, a três exemplares e, por três anos, a quatro exemplares.

* Exceto os números 8, 10 e 12.

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

a) Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos

b) Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante do depósito.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 2,00
- Demais exemplares: Nº avulso.....R\$ 5,00
Quantidade.....R\$ 4,00
- Coleção Completa.....R\$ 95,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP:01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone: (011)278.6227 Fax: (011)278.2284
E-Mail: cemsp@uol.com.br
<http://www.scalabrini.org>

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração
Nº Especial - O Retorno (Sayad)
- 36 - Um Olhar Retrospectivo
- 37 - Refugiados
- 38 - Bairros e Vizinhanças

A REFORMA AGRÁRIA E O NOVO CONTEXTO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA RURAL

*Hildo Meirelles de Souza Filho **

*Antônio Márcio Buainain ***

*Rinaldo Barcia Fonseca ****

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre o papel da reforma agrária e dos instrumentos de política fundiária no novo contexto de políticas de combate à pobreza rural que se iniciou nos anos 90. Trata-se de compreender a transição de um ambiente caracterizado pelo centralismo das políticas públicas para um ambiente pautado pela descentralização das funções do Estado. Dentro desse novo ambiente não se pode mais esperar que as políticas tradicionais de reforma agrária tenham o mesmo sentido e resultados que tiveram no passado, sugerindo a necessidade de alterar a política fundiária.

O artigo está dividido em cinco seções, nas quais procura-se resgatar a nova orientação da intervenção do Estado em termos de políticas voltadas para o meio rural, especialmente no combate à pobreza, e algumas propostas alternativas de política fundiária que têm surgido no novo contexto liberal. Encerramos com uma reflexão sobre a necessidade de se adotar políticas abertas, que sejam capazes de contemplar um leque diversificado de instrumentos de intervenção, visando combater a pobreza rural em uma estrutura sócio-econômica extremamente heterogênea.

Ajuste estrutural, orientação para o mercado e o novo papel do Estado

As economias latino-americanas têm passado por rápidas transformações nos

últimos anos. O processo de internacionalização tem levado a um crescente movimento de capital financeiro, bens, serviços, informação e indivíduos, além da rápida difusão de novas tecnologias. Instituições e comportamentos típicos de um ambiente inflacionário, fechado à concorrência internacional e marcado pela politização do sistema de preços, vêm sendo rapidamente modificados por reformas econômicas e sociais. O liberalismo em voga aposta no mercado como mecanismo de alocação de recursos. Tem-se como pressuposto que a abertura econômica e a crescente interdependência das nações levaria a um maior crescimento da riqueza e bem-estar.

O novo modelo contrasta com o modelo anterior de industrialização por substituição de importações, o qual reservou para o setor agropecuário um papel subordinado, embora de grande importância. Coube ao setor gerar recursos externos para garantir o equilíbrio das contas internacionais, além de sustentar uma produção voltada para o mercado interno que fosse capaz de manter estáveis as condições de abastecimento e a taxa de salários. Para alcançar este duplo objetivo foi criado um conjunto de instrumentos de política agrícola: proteção aduaneira, controle de preços, preços de intervenção, intervenção direta do Estado na comercialização interna e externa, crédito dirigido e subsidiado, projetos de colonização e reforma agrária, subsídios para a inovação tecnológica e outros. Para implementar este

conjunto de políticas foi necessária a criação de um imenso aparato institucional de planejamento, controle e execução, com a participação direta do Estado. Como consequência do crescimento do setor público na agropecuária, o volume de recursos e a complexidade das funções atingiram tamanhos sem precedentes. A criação das novas instituições e organizações verificou-se em meio às constantes crises financeiras do Estado, sendo afetadas por elas. Os problemas dessas estruturas eram, e ainda são, enormes: ineficiência, burocratismo, centralismo, rigidez, politização das decisões de caráter técnico, etc. (Piñero et al., 1999).

A crise econômica de 1982 estabeleceu um marco, no qual o processo de estruturação das instituições e organizações estatais foi interrompido. Seja devido às crescentes dificuldades encontradas para seguir financiando déficits das contas internacionais, seja devido à escalada de processos inflacionários e do déficit público, a política econômica e as ações do Estado passaram a ser cada vez mais dominadas por preocupações de curto prazo. Esse comportamento reduziu sensivelmente o espaço para a utilização de instrumentos de planejamento de médio e longo prazo. O elevado status que vinham conquistando as organizações de planejamento e formulação de política agropecuária foi fortemente abalado diante do novo ambiente econômico, deslocando-se o poder decisório para os Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda. Diante da rigidez e

incapacidade de responder aos problemas, reforçou-se o processo de marginalização das organizações estatais voltadas para o setor agropecuário.

Nos anos 90, esse processo de deterioração tornou-se ainda mais acentuado. De um lado, a incapacidade de adaptar os instrumentos às mudanças que ocorriam – particularmente a abertura comercial e a integração sub-regional – introduziu novas contradições entre a gestão, os custos e os resultados da política agrícola; de outro, a crise do setor – em decorrência da queda de preços de várias commodities, sobrevalorização cambial e ajuste econômico das economias latino-americanas – comprometeu ainda mais a capacidade de intervenção do Estado. Esse comprometimento consubstanciou-se em um momento de reestruturação econômica e social do setor agropecuário, que passava, e ainda passa, por profundas transformações: maior complexidade da produção, crescentes articulações com cadeias agroindustriais, mudanças tecnológicas cada vez mais significativas, emergência de novos atores sociais com maior capacidade de organização e gestão, mudanças na viabilidade de distintas produções, na demanda e nos mercados (Piñero et al., 1999). Seria papel do Estado enfrentar as novas questões, minimizando impactos sociais negativos. Entretanto, o conjunto desarticulado de instituições públicas, voltadas para problemas específicos e utilizando de instrumentos obsoletos de intervenção, mostrou-se incapaz de responder adequadamente às novas demandas.

No novo contexto, ganham espaço novas concepções, ações e atitudes, onde produtividade, custo e eficiência se impõem como regras básicas para sobreviver em um mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Ajustar-se a este novo contexto tornou-se prioridade zero dos agentes econômicos. O Estado, antes “protetor” e intervencionista, passou a assumir posturas menos defensivas, desregulamentando atividades e criando condições para a ação da concorrência nos mercados. Os efeitos são contraditórios no curto e médio prazo, pois ao mesmo tempo que se abrem novas perspectivas colocam-se também problemas e desafios; sobretudo, exige-se um grande esforço de adaptação por

parte dos produtores agropecuários. É necessário ter consciência das debilidades estruturais e transitórias da unidade de produção familiar, conhecimento do mercado, domínio de informações e capacidade para interpretá-las e transformá-las em propostas e ações estratégicas, adequadas à nova realidade. Para os formuladores da política de combate à pobreza rural, e os próprios movimentos sociais, tornou-se imperativo rever o caráter assistencialista do Estado.

Na América Latina, e em todo o mundo, a globalização tem sido acompanhada por forte diferenciação social. A concentração de poder político e econômico tem deixado governos mais expostos às pressões dos movimentos sociais por reformas. Estes movimentos têm focalizado a saúde, educação, crianças, direitos dos trabalhadores, ajuda humanitária, direitos sociais, econômicos e outros direitos humanos, direitos femininos, proteção ambiental e outros aspectos (Barraclough, 1998). Tornou-se patente a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento adequados às transformações vigentes. Nesse processo de transição, torna-se premente a criação de novas instituições, políticas focalizadas, infra-estrutura adequada, recursos humanos qualificados e articulações sociais que potencializem capacidades e facilitem ações colaborativas (Piñero et al., 1999).

A nova orientação da política econômica adotada desde o início dos anos 90 rejeita, pelo menos em teoria, a utilização de instrumentos que interfiram no funcionamento do mercado e sejam controlados pelo Estado. A proposta é exatamente reduzir o papel do Estado e atribuir ao mercado, em toda sua extensão, um papel mais relevante para orientar os movimentos da economia. As intervenções, quando necessárias, não devem ser contra ou em substituição ao mercado; ao contrário, devem procurar reduzir as chamadas falhas do mercado e desenvolver e ampliar o alcance dos mecanismos de mercado.

Dentro da nova estratégia para o setor e para a própria política agrícola, o Estado passa a privilegiar a criação de condições gerais e de incentivos macroeconômicos adequados para o crescimento da produção agropecuária, além de concentrar recursos na promoção e fortalecimento dos

pequenos produtores, inclusive através da reforma agrária. Muitas das funções tradicionais da política agrícola, entre as quais o financiamento, estabilização de preços, manutenção de estoques, etc., seriam desempenhadas pelo próprio setor privado, utilizando para tanto os instrumentos de mercado. No novo conjunto de políticas e instrumentos incluem-se: a regulamentação e padronização de operações de venda antecipada de produtos, operações de *hedge* em bolsas para assegurar a compra ou venda de determinada mercadoria (ou algum derivativo) a um preço preestabelecido, prêmios pagos por organizações estatais a intermediários ou produtores para garantir um preço de referência e ao mesmo tempo contribuir para o abastecimento interno, zoneamento agro-ecológico que oriente a alocação de recursos segundo o potencial produtivo e fragilidade ambiental de cada área, etc. Não menos importante, a legislação sanitária e a segurança dos alimentos ganhou maior dimensão como instrumento de intervenção pública. É emblemática a atuação estatal em vários países da América do Sul, especialmente no Mercosul, no combate à febre aftosa. Entretanto, um dos componentes mais relevantes da nova estratégia é o fortalecimento dos pequenos produtores rurais, seja através de acesso a crédito, terra e recursos naturais, seja através de políticas de caráter social que ampliem sua capacidade de competir nesse novo ambiente: educação, qualificação, saúde, assistência e estímulo à organização.

Os desafios presentes no novo ambiente institucional são imensos. Do ponto de vista econômico, o grande desafio é promover a reestruturação do aparelho produtivo para que, no contexto atual, este possa assegurar o crescimento sustentável; do ponto de vista social, o grande desafio é superar as graves carências que atingem parte significativa da população; do ponto de vista político, o desafio é empoderar os pobres para que possam exercer de fato sua cidadania. Os pequenos produtores, com ou sem terra, estão mais expostos a um mercado cada vez mais competitivo. Encontra-se no rol das novas diretivas a criação de condições para que esses produtores sejam inseridos competitivamente no mercado. Trata-se de combater a pobreza

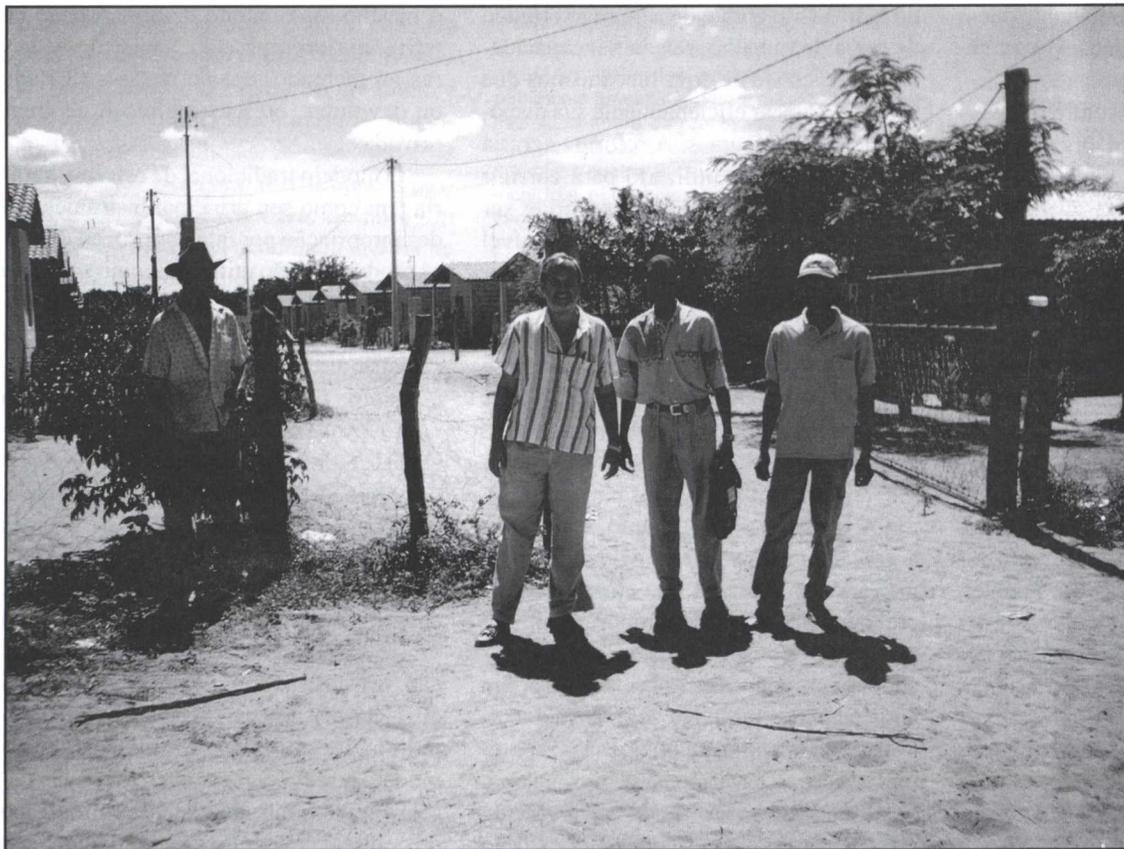


Foto: Hildo M. de Souza Filho

Vila do Assentamento Coroa do Chico, em Bom Jesus da Lapa/BA

por meio do aumento da capacidade produtiva, contribuindo para aliviar problemas sociais e a própria sustentação da estabilidade macroeconômica no médio e longo prazos.

Descentralização das políticas, participação e empoderamento

As políticas de combate à pobreza rural são complexas e requerem ações em várias áreas, como saúde, habitação, infraestrutura, assistência técnica e crédito. Para executar um conjunto tão amplo de políticas é necessário um grande esforço de coordenação e liderança, dado que deverão estar envolvidas várias organizações governamentais e não-governamentais. As possibilidades de articulação são múltiplas e dependem das funções e arranjos institucionais de cada país ou região, assim como do grau de descentralização desejável para o conjunto de políticas. Existem inúmeras combinações possíveis. No modelo tradicional, centralizado, apenas um órgão, geralmente vinculado a um mi-

nistério, é responsável por todas as ações. Em um modelo mais descentralizado, a divisão pode variar: as prefeituras são responsáveis pela educação básica, estradas vicinais e assistência médica básica; os governos estaduais pela infra-estrutura e assistência técnica; os bancos estatais pelo agenciamento do crédito; etc.

Existe grande controvérsia sobre as vantagens e desvantagens da descentralização. Entre suas vantagens são apontadas: mais fácil acesso a informações locais, maior controle da comunidade e maior capacidade de atender às necessidades específicas. As comunidades não são homogêneas, existindo diferenças em termos de classe, etnia, idade, gênero, cultura e outras que afetam os programas de combate a pobreza. A participação dos pobres nas decisões locais faz grande diferença na determinação dos resultados dos programas. As instituições locais tendem a ser mais responsáveis em suas ações relacionadas com a população local, tendo maiores incentivos para usar informações que melhorem a performance dos programas. A descentralização facilita tam-

bém a obtenção de informações sobre quem é realmente pobre.

Em que pese os argumentos favoráveis, existe uma grande preocupação quanto a possibilidade de um modelo descentralizado ser capturado pelas elites locais, não interessadas em garantir o sucesso dos programas. O sucesso de uma política de descentralização depende, em grande medida, da extensão em que os programas e sua estrutura de governança sejam controlados pela rede de poder local, não identificada com os pobres. Não é raro ocorrer a captura dos programas de desenvolvimento e de combate à pobreza pelos ricos da comunidade, que controlam

politicamente as instituições locais encarregadas da gestão dos recursos e das ações descentralizadas. Esses agentes podem ser os primeiros, senão os únicos, beneficiários diretos, deixando o público-meta marginalizado do processo de desenvolvimento. Mesmo quando o poder central estabelece regras que impedem a participação direta dos ricos como beneficiários – estabelecendo, por exemplo, limites de renda para acesso – pode ainda existir espaço para fraudes. Não é raro as elites locais, controladoras dos recursos, cooptarem a população pobre, ou seus líderes, no sentido de desviar recursos. Isso ocorre com maior probabilidade onde a comunidade não está organizada, e a sobrevivência dos pobres depende dos ativos, principalmente terra, dos ricos. Nesses casos, torna-se fundamental criar mecanismos de empoderamento dos pobres, como estímulos à organização, formação de lideranças, educação e saúde (FIDA, 2001). As comunidades carentes devem ser estimuladas a competir pelos fundos, sendo necessário dotá-las de capacidade de organização, gestão e formulação de projetos. As

organizações não-governamentais podem ter um papel decisivo na criação dessas capacidades.

As possíveis interações entre o governo central, a sociedade civil, organizações não-governamentais e instituições populares devem ser examinadas antes de se implementar uma estrutura descentralizada. É importante identificar se a participação dessas instituições amplia a capacidade dos pobres de capturar os programas em seu benefício, evitando desvios de recursos para as elites ou lideranças corruptas. O processo de redemocratização e difusão massiva da educação contribui para destruir hierarquias, criando novas bases para a cooperação. É essencial que os pobres sejam encorajados a participar dos processos decisórios através de assembleias comunitárias, e sejam munidos de informações sobre os recursos que lhes foram colocados disponíveis, suas aplicações e opções de gasto.

Existe o perigo de os dirigentes das agências locais, ou líderes de beneficiários, controlarem o uso da informação e dos recursos em benefício próprio ou das elites locais. Aos pobres são apresentadas poucas opções: aceitar sem discussão um projeto fechado de investimento, crédito e gastos sociais; ou ficar fora do programa e não ter acesso a qualquer benefício. Em tais circunstâncias, os pobres estariam dispostos a aceitar projetos mal formulados, com valores superestimados e alocação ineficiente de recursos, que, apesar de insustentáveis no médio e longo prazos, resultam em benefícios circunstanciais. A alternativa, menos desejável do ponto de vista do indivíduo, seria permanecer em seu estado de pobreza. Situações como essas ocorrem quando as organizações dos beneficiários são frágeis, não possuem capacidade para discutir o projeto em condições de igualdade com o governo ou seus representantes.

O acesso à terra como mecanismo de combate à pobreza rural: a desapropriação e os mecanismos de mercado

A existência de uma estrutura fundiária concentrada, com terras ociosas, conviven-

do lado a lado com o desemprego crônico da força de trabalho, revela a incapacidade da sociedade de criar mecanismos que permitam alocar eficientemente sua disponibilidade de recursos. A reforma agrária é um instrumento utilizado para corrigir essas distorções. Seu sucesso pode ser medido pela capacidade de elevar o nível de bem-estar da sociedade através da melhor alocação possível dos recursos disponíveis. Alguns poderiam argumentar que a reforma agrária não seria necessária para levar a cabo esta tarefa. Afinal as grandes propriedades ociosas poderiam tornar-se grandes propriedades produtivas, como de fato tem ocorrido em vários países nos últimos trinta anos. Entretanto, é possível argumentar que a expansão do número de grandes propriedades tem eliminado empregos rurais. Isso se contrapõe aos milhares de postos de trabalho que têm sido criados por programas de reforma agrária. Em anos recentes, milhares de indivíduos ultrapassaram a linha de pobreza após obterem acesso à terra por esse mecanismo. Esse contingente não teria sido absorvido pela expansão dos sistemas de produção de grandes propriedades, geralmente monocultoras, cuja viabilidade econômica depende da adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Outro argumento a favor das intervenções de caráter redistributivistas fundamenta-se na evidência empírica de que a desigualdade social e concentração de riqueza freiam e impedem o desenvolvimento das comunidades (desenvolvimento local) (Veiga, 1998). O resultado é um esvaziamento da vida rural e a concentração espacial dos benefícios do desenvolvimento nas metrópoles e algumas cidades medianas, cuja capacidade de geração de emprego e absorção de mão-de-obra parece ter se esgotado. Nesse contexto, a reforma agrária volta à agenda política e recupera sua credibilidade como estratégia e instrumento de promoção do desenvolvimento e combate à pobreza na maioria dos países da América Latina.

Em geral, os modelos de reforma agrária estão associados ao instrumento de política utilizado para arrecadar terras. Trata-se de uma grosseira simplificação da realidade, dado que é possível conceber modelos radicalmente distintos que utilizam

o mesmo instrumento de arrecadação de terra, seja expropriação, aquisição de terras no mercado, uso de terras do Estado ou devolutas, ou reestruturação de áreas privadas.

O modelo tradicional de reforma agrária tem como seu principal instrumento a desapropriação por interesse social de áreas produtivas não utilizadas, cujo tamanho supera um determinado limite. Esse mecanismo baseia-se na idéia de que a redistribuição de terras é conflituosa e, portanto, justifica-se a desapropriação como forma de realizar transferência forçada de terras sob domínio de latifundiários para os trabalhadores rurais sem-terra. Assume-se a hipótese de que os grandes proprietários não teriam interesse em negociar a liberação de suas terras, o que determinaria uma intervenção judicial para impor a arrecadação e fixar uma indenização, se esta estiver regulamentada (Teófilo et al., 1998). Apesar de necessária em determinadas situações, a utilização desse modelo pode conter características não desejáveis do ponto de vista da formulação de política: maior custo de transação (custos jurídicos, que somados ao valor das indenizações, podem superar o valor de mercado da terra); impossibilidade de captar os movimentos de queda do preço da terra; maior tempo entre a identificação das terras e o assentamento; necessidade de uma máquina burocrática superdimensionada; estímulos indiretos à ocupação ilegal de propriedades (justificada pela pouca agilidade do processo); menor atenção ao desenvolvimento produtivo do assentamento (a máquina é pressionada para atender as demandas emergenciais de acesso à terra); e acúmulo de um passivo de infra-estrutura e serviços sociais básicos. Nos modelos tradicionais de reforma agrária por desapropriação, o Estado assume as funções de arrecadar e distribuir terras, além de assistir, com recursos financeiros e técnicos, a implantação e consolidação dos assentamentos. Essa centralização eleva demasiadamente os gastos administrativos. Os intrincados trâmites burocráticos/jurídicos e a necessária assistência para instalação e consolidação de assentamentos exigem atividades de avaliação, inspeção, pagamentos, crédito, auxílios, assistência técnica, etc. Todo este processo re-

quer um número muito grande de profissionais qualificados.

Para alcançar o público sem-terra, com a rapidez necessária e menores custos, é necessário um conjunto variado de políticas e mecanismos alternativos de arrecadação de terras. Um processo descentralizado pode contribuir no sentido de minimizar os problemas apresentados pelos mecanismos tradicionais de redistribuição de terras e, assim, superar a pobreza rural de forma sustentável e mais rapidamente. A redução da burocracia e a eliminação de longas disputas judiciais são fundamentais para diminuir custos e tempo, liberando recursos para aumentar o número de beneficiários. Embora recente, as experiências de reforma agrária pela via de mercado no Brasil e na Colômbia oferecem algumas lições.

Em 1994, foi aprovada na Colômbia uma nova lei permitindo um processo descentralizado para atender as demandas dos trabalhadores rurais. O governo passou a conceder recursos a fundo perdido para a compra de terra. Após um início marcado por sérios problemas operacionais, o programa foi reestruturado no sentido de transferir recursos diretamente para as comunidades locais e incentivar a criação e funcionamento de conselhos municipais, que seriam uma pré-condição para que os municípios se tornassem elegíveis para receber recursos da reforma agrária. No Brasil, a reforma agrária pela via de mercado ganhou dimensão a partir do lançamento do programa piloto Cédula da Terra, em 1998. O programa brasileiro visa atingir a população compreendida por trabalhadores rurais sem-terra e produtores com insuficiente área de terra para assegurar subsistência e um processo sustentável de acumulação.

Ao contrário da intervenção tradicional, a qual é marcada por forte autoritarismo, centralização e paternalismo burocrático, a reforma agrária pela via de mercado é descentralizada. Alguns critérios gerais para o processo de redistribuição de terra são estabelecidos, sendo concedidos empréstimos em condições especiais para financiar iniciativas dos próprios beneficiários. Esses empréstimos visam primordialmente cobrir o custo de compra da terra, estabelecendo-se um li-

mite de preço para cada hectare e para o total de recursos concedidos¹. Os próprios beneficiários, por meio de sua associação, são responsáveis por tomar decisões sobre a seleção da terra, a negociação do seu preço, como a terra será distribuída entre as famílias, a definição das atividades agrícolas a serem implementadas e os investimentos a serem realizados. O governo não deve selecionar diretamente os participantes, mas apenas definir características básicas dos potenciais beneficiários e as condições de acesso. Os empréstimos para aquisição de terra devem ser concedidos diretamente às associações de produtores, que passam a ter autonomia para promover a auto-seleção dos beneficiários e definir a estratégia produtiva. A associação deve assumir as obrigações financeiras, as quais são de responsabilidade mútua de seus membros. Espera-se que estas características do processo criem incentivos e condições para alocar mais eficientemente os recursos.

O acesso à terra é o primeiro passo para romper o ciclo da pobreza, mas não é suficiente. A presença de um entorno econômico desenvolvido – dotado de mercado consumidor, infra-estrutura física e social, agroindústrias, estrutura de comercialização, etc., – tem se revelado fundamental para o sucesso de muitos projetos de assentamento. Essas condições estão ausentes nas regiões mais pobres e, em geral, não é possível criá-las no curto prazo. Assim, a distribuição de terras deve vir acompanhada de um conjunto maior de políticas que viabilizem a sustentabilidade das atividades econômicas a serem desenvolvidas. Num processo descentralizado, o governo central pode transferir para as organizações locais a execução desse conjunto de políticas complementares, aumentando a eficiência no uso dos recursos. Por exemplo, a execução e supervisão de obras de infra-estrutura (estradas, escolas, irrigação) que viabilizem as atividades produtivas e a vida social do assentamento podem ser transferidas para estados e municípios.

O mecanismo descentralizado possui a vantagem de envolver as instâncias governamentais locais, no processo de reforma agrária. Por um lado, prefeituras e governos estaduais passam a colaborar com re-

ursos humanos, físicos e financeiros, complementando os recursos transferidos pelo governo central. Por outro lado, recursos do governo central, que antes eram destinados às atividades meio, passam a ser destinados à própria expansão da reforma agrária. Além disso, é possível reduzir gastos com auditorias e supervisão, dado o pressuposto de que a descentralização aumenta o controle social sobre o uso dos recursos. O montante que os governos, central e locais, desembolsarão a fundo perdido dependerá do quanto eles estiverem dispostos a conceder em termos de subsídios na operação de compra de terras e na criação de condições de sustentabilidade econômica dos assentados.

O mecanismo de acesso à terra via mercado, por não ser conflituoso, dispensa boa parte da estrutura administrativa/jurídica típica da desapropriação. Delega-se à associação de produtores a função de encontrar a terra e negociar a sua compra. O governo local pode ser chamado a participar, acompanhando a negociação e intervindo em caso de imperfeições, tais como falta de experiência em negociação ou informação sobre o funcionamento do mercado de terras. Assim, o papel do Estado passa a ser mais normativo do que executivo. Não se elimina a possibilidade de ações executivas por parte do governo local, que pode prover assistência técnica e infra-estrutura. Nesse caso, por estar envolvido no processo, a administração local torna-se mais comprometida.

Ao descentralizar a seleção dos beneficiários e da própria terra, o mecanismo oferece vantagens sobre o modelo tradicional de reforma agrária por desapropriação. Por um lado, a seleção da terra não é viesada pelo conflito, dispensando-se mais tempo e importância ao exame criterioso de suas qualidades produtivas (disponibilidade de água, fertilidade, acesso aos mercados, vegetação, etc.). Por outro lado, a seleção dos beneficiários, ao ser realizada por meio da avaliação que o próprio grupo faz a respeito dos pares, assegura maior comprometimento dos selecionados com o sucesso do empreendimento. A estrutura de governança deve ser construída de forma a transferir, para os beneficiários e para as comunidades, po-

der de decisão e incentivos que os façam co-responsáveis pelo sucesso ou fracasso dos projetos.

A reforma agrária pela via de mercado apresenta pontos críticos. Em primeiro lugar, deve haver um mercado de terras, onde as informações sejam transparentes e não exista proprietário ou grupos de proprietários capazes de impor preços. É possível que apenas em algumas regiões, ou conjunturas econômicas específicas, haja oferta de terras a preços compatíveis com o que se espera de um mercado concorrencial. O caráter cultural da propriedade da terra enquanto símbolo de poder ou riqueza, ou reserva de valor, impede o funcionamento adequado do mercado. Mesmo em situações de crise econômica, quando se poderia esperar que o preço da terra caísse, as transações podem simplesmente não existir. Os proprietários resistem à venda ou podem fixar preços elevados, dado o seu poder de monopólio. Nessas situações, é possível que os novos instrumentos não funcionem adequadamente e que a desapropriação por interesse social seja a única alternativa.

Em segundo lugar, existe o risco de que a descentralização do programa de reforma agrária e a arrecadação de terras pela via de mercado beneficiem muito mais os proprietários do que os trabalhadores rurais. Em muitas regiões, a estrutura de poder político local é fortemente determinado pelos grandes proprietários de terras. A fim de neutralizar possíveis desvios no uso dos recursos, é importante que, em programas descentralizados, as associações sejam estimuladas a negociar condições de aquisição que lhe sejam favoráveis. Entretanto, para a maioria dos pobres rurais a terra assume um valor que transcende o valor econômico, representando a realização do “sonho da terra própria” e do “pedaço de chão”. A “ansiedade” para ter acesso à terra pode levar à aceitação de imposições extra-mercado e de escolhas não sustentáveis. O fator tempo é crucial no processo de negociação e, dadas as condições de pobreza, pode não operar a favor dos pobres.

Em terceiro lugar, o sistema de condicionantes e penalidades pode não ser eficaz no sentido de oferecer barreiras ou criar mecanismos de autocontrole. Por

exemplo, a exigência de uma organização de produtores como condição para se ter acesso aos recursos, *per si*, não garante que haverá efetivamente o monitoramento dos pares. Em sociedades pautadas pelo elevado grau de individualismo é difícil encontrar organizações de produtores coesas e estáveis. Em condições de pobreza, haverá incentivos para forjar este tipo de organização para se ter acesso aos recursos. Uma vez obtidos os recursos, nada garante que as associações tenham o arranjo institucional necessário para induzir o uso eficiente.

Em quarto lugar, as relações entre o setor público e o setor privado em vários países são marcadas por sólida tradição de ruptura de contratos que, muitas vezes, os transforma em um jogo de faz de contas, aumentando a probabilidade de ocorrência da seleção adversa. O governo define regras sabendo que não tem condições de assegurar sua vigência e a outra parte as aceita sabendo que não precisará cumpri-las. De uma maneira ou de outra, o acordo é refeito às custas do Tesouro. Uma questão pertinente é avaliar em que medida essa “tradição” de não cumprimento dos contratos afeta o comportamento dos agentes

envolvidos².

Finalmente, mesmo onde o mercado de terras não apresenta grandes imperfeições, existe ainda o perigo de o preço da terra elevar-se acima do desejável, devido à própria pressão de demanda exercida pelo programa. Dependendo do volume dos recursos envolvidos, pode haver expansão na demanda por terra suficientemente grande para provocar uma alta de preço. Neste sentido é preciso calibrar a oferta de recursos e/ou destiná-los a regiões onde haja adequada oferta de terras.

Comentários Finais

Programas de intervenção fundiária são complexos e seus resultados dependem de um conjunto de fatores de natureza diversa, que dificilmente podem ser totalmente apreendidos e controlados por mecanismos externos (mesmo considerando um modelo benevolente de planejamento central). Dentre estes fatores, destacam-se: (a) identificação, dentre a população objetivo, dos beneficiários (os mais interessados no processo); (b) seleção dos ativos disponíveis (e ociosos), adequados ao tipo de produção que melhor aproveite o potencial dos beneficiários; (c) custos financeiros envol-

Foto: Farid Eid



Mudas de erva-mate - COOPERUNIÃO, Município de Dionísio Cerqueira/SC.

vidos no processo de monitoramento do programa; (d) recursos humanos necessários para implantar o programa. A forma como cada um destes fatores é considerado estabelece um conjunto diferenciado de estruturas de governança. Dois casos limites podem ser identificados: de um lado, estaria uma estrutura que procurasse controlar de forma centralizada e absoluta todas estas variáveis e fatores e, de outro, estaria a descentralização total expressa na idéia do mercado livre como capaz de oferecer resposta para todos os possíveis problemas. Naturalmente que as melhores respostas não estão nestes extremos: nem o mecanismo de controle central pode assegurar que os agentes apliquem todos os esforços no processo, nem o "mercado livre" do mundo real conduz a resultados compatíveis com os objetivos dos programas.

Os exemplos com base na experiência brasileira são úteis para demonstrar nosso ponto de vista. O programa de reforma agrária tradicional, a cargo do INCRA, fundamenta-se na desapropriação de terras consideradas improdutivas e o assentamento dos beneficiários. Estes têm direito a créditos especiais e ajuda financeira para a instalação das famílias; também integra o pacote a assistência técnica e outras ações de promoção do desenvolvimento comunitário e rural. Este pacote se aplica a todos os projetos do INCRA, independente do conjunto de fatores e condições particulares de cada um. O Programa Cédula da Terra, por sua vez, promove a distribuição de terras por meio do mercado. Os beneficiários – uma associação de produtores – recebem um crédito fundiário e adquirem uma propriedade por eles escolhida e por meio da livre negociação com seu proprietário. Os beneficiários do Cédula da Terra não têm, a priori, assegurado nem acesso a créditos de custeio nem assistência técnica e ações complementares de promoção de desenvolvimento comunitário e rural.

Apesar da inexistência de estudos comparativos entre os dois modelos, é possível afirmar que a rigidez afeta de forma negativa o desempenho dos dois programas. É possível que os beneficiários de muitos projetos não necessitem da tutela (tutela) do Estado, uma vez que têm experiência em agricultura mercantil, en-

contram-se organizados e seus projetos estão bem estabelecidos geograficamente, em zonas desenvolvidas, com ampla disponibilidade de serviços e outras facilidades. Também é possível que estes mesmos beneficiários estejam em melhores condições que o órgão governamental para selecionar, negociar e adquirir a propriedade para distribuição entre o grupo de beneficiários. Nesses casos, é provável que um pacote de políticas que combina instrumentos do modelo tradicional com novos modelos resultem em níveis de eficiência mais elevados, já que os recursos alocados seriam utilizados por grupos que realmente necessitam do apoio do Estado para implantar suas unidades de exploração e transformarem-se em produtores rurais.

É possível desenvolver o raciocínio oposto em relação a alguns projetos. Ainda quando se aceita que a aquisição da propriedade no mercado de terras tem vantagens em relação à desapropriação, isso não significa que os beneficiários estejam em condições de prescindir de forte apoio (e até mesmo a tutela) do Estado. Ou seja, nesse caso é provável que a combinação do instrumento de aquisição de terras pela via do mercado e a provisão de serviços de assistência técnica, etc., resultariam em projetos bem sucedidos, eficientes e sustentáveis em comparação aos projetos de um pacote puramente liberal.

Em resumo, sugerimos uma abordagem que considere um 'menu' de opções, no qual se possa combinar instrumentos segundo as diferentes configurações sociais, condicionantes sócio-econômicas da região, qualidade da terra, etc. Romper com a lógica de modelos fechados de políticas públicas e desenhar políticas abertas, flexíveis e adaptáveis às particularidades e demandas das comunidades é ao mesmo tempo uma meta iniludível para os governos locais e uma alternativa para a superação da ineficiência das políticas públicas.

* *Hildo Meirelles de Souza Filho é Prof. do Dpto. de Engenharia de Produção, Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais/UFSCar.*

** *Antônio Márcio Buainain é Prof. do Instituto de Economia, Núcleo de Estudos Agrários/Unicamp.*

*** *Rinaldo Barcia Fonseca é Prof. do Instituto de Economia, Núcleo de Estudos Agrários/Unicamp.*

1. No programa brasileiro, se o preço negociado para compra da terra estiver abaixo do limite estabelecido, a diferença converte-se em recursos a fundo perdido para investimentos comunitários (currais, poço artesiano, açudes, eletrificação, máquinas e equipamentos agrícolas, etc.). No programa colombiano, inicialmente o governo concedia 70% do valor de compra da terra a fundo perdido. Os recursos não podiam ser usados para investimentos complementares. Essa rigidez criou incentivos para a colusão entre compradores e vendedores com objetivo de elevar os preços da terra, dividindo o sobrepreço entre eles. Assim, o valor concedido a fundo perdido era suficiente para cobrir 100% do seu valor real. Como resultado, o preço da terra adquirida por esse mecanismo ficava acima do preço pago pelo INCORA através de intervenção direta (Deininger, 1999).

2. Buainain & Souza Filho (1998) colheram várias declarações de mutuários do Propera – o programa brasileiro de crédito para assentados da reforma agrária – que confirmam que os agentes levam em conta a hipótese da renegociação no momento de tomar suas decisões. Muitos beneficiários tomavam o crédito assumindo, antecipadamente, que não teriam que pagá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRACLOUGH, S. L.
(1998) *Land Reform in Developing Countries: The role of the state and other actors*. United Nations Research Institute for Social Development. Geneva.
- BUAINAIN, A.M. & SOUZA FILHO, H.
(1998) "Propera: Impactos produtivos e capacidade de pagamento". *Texto para Discussão*. Convênio FAO/INCRA.
- DEININGER, K.
(1999) "Making Negotiated Land Reform Work: Initial Experience from Colombia, Brazil in South Africa". *Paper for discussion*.
- FIDA
(2001) *Rural poverty reduction 2001: the challenge of ending rural poverty*. New York: Oxford University Press.
- PIÑERO, M. ET AL.
(1999) "La institucionalidad en el sector agropecuario de América Latina: evaluación y propuestas para una reforma institucional - Banco Interamericano de Desarrollo". *Series de informes técnicos del Departamento de Desarrollo Sostenible*. Washington, D.C.
- TEÓFILO, E. ET AL.
(1998) *Diretrizes para a Política de Desenvolvimento Agrário*. Brasília, NEAD, mimeo.
- VEIGA, J.E.
(1998) "Pobreza Rural, Distribuição de Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira". *Paper apresentado ao Seminário Internacional: Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico*. NEAD-World Bank, 14-17 de julho, mimeo., 20p.

Novas Migrações e Assentamentos no Extremo Sul do Brasil

Tanya M. de Barcellos*

CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

Este artigo discute questões relacionadas à problemática migratória do Rio Grande do Sul¹. Seleccionamos o município de Bagé, enquanto campo exploratório para abordar novas configurações do fenômeno migratório no Estado. Isto porque esse município foi afetado pela presença de um número expressivo de assentamentos de agricultores sem terra, que lá se implantaram a partir dos anos de 1988 e 1989, trazendo para a reflexão uma realidade que inverte a tendência "tradicional" de migração com sentido rural-urbano, destacando fluxos migratórios orientados para o campo e impulsionados por movimentos sociais.

Queremos chamar atenção para o fato de que importantes segmentos da população vêm expressando uma forte negação da migração em direção às cidades como solução para a carência de terra e de trabalho agrícola. Ferrante (1995), em suas considerações sobre assentamentos rurais no Brasil, acentua o caráter inovador desse fenômeno, enquanto recriação da opção pelo rural, que deriva de uma proposta de resistência, e que é conquistada a partir de uma luta social.

Por outro lado, os movimentos sociais do campo, enquanto estratégias de resistência desenvolvidas pelos pequenos produtores face à desarticulação imposta pelo capital às suas condições de reprodução, poderiam se constituir em fatores relevantes na composição da dinâmica demográfica atual, em função da alteração que provocam em áreas rurais muitas vezes escassamente povoadas.

ANOTAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE BAGÉ NO PERÍODO RECENTE

O município de Bagé apresentou, entre 1980 e 1991, um crescimento popu-

lacional situado um pouco acima da média do RS, tendo obtido a maior taxa de incremento da região da Campanha Meridional, onde está localizado². A taxa geométrica de crescimento foi de 1,58% a.a., enquanto no Estado em conjunto ela alcançou 1,48% a.a. Entre 1991 e 1996 a taxa relativa ao crescimento populacional do município ainda se manteve acima da média estadual, sendo que os dados preliminares do último Censo apontam uma redução desse ritmo entre 1996 e 2000, ficando a taxa abaixo da média estadual. Esta queda provavelmente se relaciona com a perda de território que se verificou com as emancipações dos distritos de Candiota e Hulha Negra ocorridas em 1992.

O processo de emancipação desses distritos encontra substrato nas transformações que ocorreram recentemente nessa área. No caso de Candiota, a instalação da Usina Candiota II, ou Usina Termelétrica Presidente Médici, cuja obra de ampliação, que conformou a segunda fase de sua implantação, começou a funcionar em 1986, alterou o perfil econômico e social do município. Também a implantação de sete assentamentos entre 1988 e 1990, contribuiu nesse processo. No que se refere à Hulha Negra, a grande mudança se deu com a instalação de 14 assentamentos de agricultores sem terra entre 1988 e 1992, abrigando 326 famílias³.

Não podemos considerar Bagé como área de atração, embora venha mantendo um certo ritmo de crescimento, que no quadro regional do RS é demonstrativo de um poder de retenção populacional. Uma parte dessa capacidade deve seguramente ser atribuída à sua função terciária, destacando-se o fato de sediar um campus universitário, da Universidade da Campanha (URCAMP), que recebe alunos de toda a região sul do Estado.

A perda recente dos distritos de

Candiota e Hulha Negra desloca para a região próxima uma parte das condições de atratividade de Bagé. Os novos municípios, considerando os resultados preliminares do Censo de 2000, tiveram incremento superior à taxa média de crescimento populacional do RS e muito maior que o índice obtido por Bagé. Em especial Candiota se destacou, com índice de 3,0% ao ano entre 1996 e 2000, enquanto no Estado esse foi de 1,39%.

As trocas populacionais ocorridas na região de Bagé, informação que nos possibilitaria ter uma idéia acerca da procedência dos fluxos migratórios que chegaram ao município, só puderam ser examinadas no panorama das migrações dos anos 70, uma vez que não tivemos acesso aos micro-dados do Censo de 1991, a partir dos quais poderíamos construir uma matriz com a origem e o destino dos migrantes.

Na década de 70, a região da Campanha recebeu 15.787 migrantes, sendo que os municípios de origem mais freqüente foram os da própria região. Considerando o município de Bagé isoladamente, observamos que os migrantes que lá chegaram no período saíram, em sua maioria, da região da Campanha, em especial da Campanha Meridional e Central. Devemos enfatizar o caso de Nonoai, localizado no norte do Estado, numa região de predomínio da pequena produção agrícola, que foi lugar de saída de 730 migrantes cujo destino foi a área rural de Bagé (IBGE, 1980). Em 1978, foi instalado em Bagé o assentamento Nova Esperança, com pequenos agricultores procedentes daquele município, tendo sido inclusive constatado pelo recenseamento de 1980 um crescimento de população rural no município (Secretaria..., 1994).

No período entre 1991 e 1996, os dados da Contagem Populacional do IBGE apontaram o ingresso na Região da Campanha de 30.717 migrantes e de 5.900 somando

Bagé e os distritos emancipados. Embora esse levantamento não possibilite a localização da origem dos fluxos, não podemos minimizar o volume dessa migração, particularmente se considerarmos que o sul do Estado vem se caracterizando, há décadas, por um baixo dinamismo econômico.

As informações disponíveis, embora muito limitadas, nos permitiram constatar alterações na dinâmica populacional da região, embora pelo seu impacto numérico não cheguem a constituir um fenômeno com forte significado demográfico.

MUDANÇAS NO PANORAMA DOMINADO PELO LATIFÚNDIO

Nesse tópico, realizamos uma abordagem qualitativa das mudanças provocadas pela implantação dos assentamentos de agricultores sem-terra, e do cenário que pode emergir da implementação de uma política de reforma agrária mais generalizada.

Isto foi feito com base fundamentalmente em entrevistas realizadas com lideranças significativas de diferentes segmentos sociais locais⁴.

A análise do material coletado nos depoimentos evidenciou, em termos gerais, que existe, para grande parte dos entrevistados, uma relação clara entre as migrações na região e a implantação de áreas de assentamento de agricultores, marcada inicialmente pela instalação da Colônia Nova Esperança, em 1978, constituída por agricultores procedentes de Nonoai, e num segundo momento pelo surgimento dos demais assentamentos a partir de 1989.

A região como um todo apresenta densidade demográfica muito baixa, o que destaca a mudança que a ocupação da terra por assentamentos provoca. O latifúndio ocupa muito pouco trabalho, o que não acontece no caso da pequena propriedade. Podemos ter uma idéia sobre esses diferenciais de ocupação através de exemplo muito elucidativo trazido pela entrevista com o técnico da Cooperativa dos Assentamentos: "... esse assentamento no município de Jóia, numa área que era da Varig, hoje tem 233 famílias, e antes tinha 12 pessoas que tocavam toda a atividade. A Varig produzia soja e milho basicamente, mas com 12 trabalhadores ela praticamente cultivava, plantava, colhia, contratando mão-de-obra em períodos específicos...".

As repercussões do fenômeno da redistribuição da terra são avaliadas de modo bastante distinto conforme o segmento social considerado. Os membros do empresariado, incluindo o representante dos grandes proprietários, entendem que a produtividade é muito baixa nos assentamentos, com sérios prejuízos para a economia regional. Na sua visão, se a reforma agrária for conduzida nesses moldes, ela não deverá provocar aumento da produção primária. Os demais entrevistados levantaram uma série de pontos positivos, que são elementos importantes para pensarmos a problemática da região.

A alteração do perfil produtivo da área e a mudança na estrutura fundiária, ambos repercutindo em incrementos de produtividade numa região onde dominam os latifúndios, foram aspectos apontados. O desenvolvimento do associativismo é outra decorrência da implantação dos assentamentos lembrada pelos entrevistados, bem como o aumento do poder de barganha político que representou a maior circulação de dinheiro na região. Finalmente, aparecem questões que dizem respeito à contribuição que essas experiências vêm trazendo na melhoria das condições de vida dos agricultores e na construção de sua cidadania. Sob esse aspecto, ressaltam duas conquistas. Uma delas é a confecção de documentos, levada a efeito quando os agricultores são assentados, constituindo fato muito significativo, pois, segundo as informações levantadas nas entrevistas, cerca de 30% a 40% deles não possuíam carteira de identidade até então. Isto, evidentemente, representa a inclusão, na vida social e política, de pessoas que simplesmente não existiam. A outra é o acesso à escola que se abre para os filhos desses agricultores. Muitas vezes, a partir de sua organização, conseguem a instalação de uma escola na proximidade do assentamento.

Em síntese, a visão dominante se encaminha no sentido de enfatizar as repercussões do fenômeno não somente em seus aspectos econômicos, mas igualmente no campo político e social. O caráter redistributivo e associativo, que está expresso na experiência que transformou a produção da área, tem evidentemente desdobramentos no plano político, pois recoloca o peso dos diferentes segmentos

e grupos na estrutura social e na disputa por recursos econômicos.

Foi ainda apontado um problema de ordem cultural, relacionado com a implantação dos assentamentos, que é a sensação de estranhamento da população local frente aos novos habitantes, vindos de outras regiões do Estado, que chegam a ser vistos como "intrusos". Esta observação deve ser complementada com outra que ressalta o sentimento do assentado, que muitas vezes deseja voltar à sua localidade de origem, fato que pode ocorrer quando surge oportunidade de "trocar" o lote⁵.

Com relação à idéia manifestada por representantes dos grandes proprietários e empresários sobre a pequena importância dos assentamentos na economia local, é importante o cotejo com parâmetros mais objetivos de avaliação.

Alguns dados relevantes podem ser encontrados em Relatório da FAO, de 1992. Este documento indica, entre outras coisas, que houve, em geral, uma capitalização da ordem de 206,49% em relação ao capital inicial após três anos de assentamento (FAO/PNUD, 1992), o que nos dá uma idéia sobre o potencial de alteração das condições de vida dos agricultores e das condições econômicas da propriedade. O mesmo documento mostra ainda que ocorre um processo de integração da produção originada nos assentamentos aos mercados, e uma geração de renda familiar que em média é superior à média da renda que pode ser obtida pelas demais categorias de trabalhadores rurais.

Estudo feito por técnicos da EMATER agregam informações importantes sobre as alterações que ocorreram na economia local com a implantação de assentamentos. Relativamente ao que se verificava antes na área ocupada pelos assentamentos de Hulha Negra e Candiota houve um aumento significativo da receita, que era de US\$ 531.967,25, em torno de 1990, nas propriedades rurais anteriores, ficando em US\$ 1.772.263,47, em 1994, nos assentamentos, mudança acompanhada por uma diversificação da produção, frente ao quadro dominado pela pecuária e pela orizicultura (Lovatto, Oliveira, Folador, s.d., p.4).

Essas novas condições incidem sobre o quadro migratório regional, pois em grande parte representam fatores de manuten-

ção de população em áreas rurais, podendo até configurar-se como fatores de atração, tendo em vista, de um lado, as características que marcavam aquela sociedade em décadas anteriores e, de outro, a existência de uma pressão por terra nas áreas agrícolas do Estado.

Estão afinadas com esta análise algumas manifestações que aparecem nas entrevistas sobre o papel dos assentamentos na ocupação de regiões onde a densidade populacional era muito baixa. Além do próprio povoamento feito pelas famílias assentadas, a sua instalação começa a atrair outras atividades, como o comércio e os serviços, mudando a feição de áreas antes praticamente vazias.

As possíveis repercussões, no Estado e na região, da aplicação mais ampla de uma política de reforma agrária são vistas dentro do mesmo arcabouço de compreensão utilizado para avaliar a implantação dos assentamentos. Para os empresários, o resultado do processo de intervenção nas atuais estruturas de propriedade fundiária será desastroso para a economia agropecuária, caso seja conduzido nas mesmas bases em que vem sendo levada a política de assentamentos.

A leitura que os demais entrevistados realizam sobre a implementação de uma reforma agrária é idêntica à idéia que constroem sobre os assentamentos: seria fator positivo de transformação, no sentido de romper com a "cultura" do latifúndio, extremamente atrasada e improdutivo. Não obstante, foi levantada a crise estrutural da agropecuária no Estado como um fator que interfere nas possibilidades que poderiam se colocar com esse processo de mudança.

Sobre a questão do latifúndio, lembramos que existe uma enorme concentração de posse da terra na região sul do Estado. Em Bagé, segundo dados apresentados por técnicos da EMATER, relativos a levantamentos do IBGE e do INCRA (1980/1986) 10,88% das propriedades com mais de 500 hectares detinham 71,68% da área territorial do município (Lovatto, Oliveira, Folador, s.d., p. 1).

Não é supérfluo fazermos uma referência sobre os possíveis desdobramentos na configuração dos movimentos migratórios que teria um aprofundamento da crise da agropecuária que o Estado, e mais par-

ticulamente a região sul, vem enfrentando. O crescimento dos fluxos de sentido rural-urbano, com uma nova onda de concentração demográfica nas cidades, seria a faceta mais evidente.

COMENTÁRIOS FINAIS

Sobre as transformações decorrentes da implantação de assentamentos de agricultores sem-terra, acreditamos que são muito significativas as rupturas que tais experiências estão provocando em estruturas sociais muito consolidadas, que marcaram as configurações econômicas, sociais e políticas do sul do RS desde a sua formação. A implantação de um novo perfil produtivo, a emergência de novas relações sociais, o surgimento de novas forças políticas, e a mudança que se observa nas condições de vida dos agricultores assentados, são fenômenos novos que se desenvolvem ao lado das tradicionais grandes propriedades voltadas para a produção pecuária. Eles introduzem na área condições de atratividade que de alguma maneira se contrapõem aos fatores anteriormente dominantes e que estavam nas bases da expulsão populacional que se registrava. Isto tudo adquire maior dimensão quando nosso olhar se volta para as perspectivas que se abrem no caso de uma implementação ampla da reforma agrária, já que o sul do Estado constitui uma "fronteira agrícola" em função das atuais características de aproveitamento do seu potencial produtivo. Segundo Alonso, Benetti, Bandeira (1994), no sul do Rio Grande do Sul:

" (...) existe um gap entre renda efetiva e renda potencial agropecuária. A possibilidade de se trabalhar com escalas médias de produção maiores e a disponibilidade de recursos naturais permitem apontar a Região Sul como a fronteira agrícola estadual - mais especificamente para a produção de grãos" (p. 111).

A reforma agrária já tem uma longa história de avanços e recuos no país, com ensaios de intervenção extremamente polêmicos e conflitantes. Sua implementação, se encaminhada de forma ampla e profunda, pode ser um fator significativo de mudança, interferindo na economia e na dinâmica demográfica do Estado.

* Tanya M. de Barcellos é Mestre em Sociologia pela UFRGS e Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS (FEE).

NOTAS

1. Este texto é uma releitura de um dos capítulos de trabalho apresentado no I Encontro Nacional sobre Migração, ocorrido em Curitiba, entre 12 e 14 de novembro de 1997 (Barcellos, 1997).
2. Para a abordagem do crescimento populacional, trabalhamos com dados censitários, adotando as taxas geométricas de incremento populacional como indicadores aproximados da atração e expulsão, de acordo com os procedimentos usualmente definidos nos estudos sobre o assunto (IBGE, 1988).
3. Esses dados foram extraídos de Barcellos (1995) e referem-se a levantamento dos assentamentos existentes entre 1978 e 1994.
4. Foram entrevistados: um representante dos ruralistas, um do segmento comercial e industrial, dois técnicos da EMATER, um professor da Universidade, o coordenador técnico da Cooperativa dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, e duas lideranças ligadas ao executivo do município de Hulha Negra na época do levantamento (1996/1997).
5. Segundo relatório da FAO/PNUD (1992) sobre os assentamentos de agricultores no Brasil, os percentuais de desistência em geral não são muito elevados, ficando em torno de 20%, sendo que há coincidência entre o abandono e os estratos de renda mais baixos. O relatório aponta ainda que nas regiões Sul e Sudeste os índices de desistência foram os menores do país. As informações que levantamos mostram que uma parte das vendas ocorre entre colonos, ou seja, beneficiários originais vendidos para agricultores sem terra das redondezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, José A. F.; BENETTI, Maria D. e BANDEIRA, Pedro S.
(1994) *Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE.
- BARCELLOS, Tanya M. de
(1995) Migrações no sul: caminhos para terras e cidades. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia. Defendida em Dezembro de 1995.
- BARCELLOS, Tanya M. de
(1997) Novas migrações no RS: os casos de Uruguaiana e Bagé. *I Encontro Nacional sobre Migração - ABEP/GTMigração*, IPARDES. 12 a 14 de novembro de 1997, Curitiba, Paraná. Anais.
- FERRANTE, Vera L. Botta
(1995) A aventura de pesquisar assentamentos rurais: dilemas da multidisciplinariedade e do pluralismo teórico. In: ADORNO, Sergio (org.) *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, pp. 105-116.
- FAO/PNUD
(1992) *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Ref. Agrária*. Brasília, FAO.
- IBGE
(1980) *Tabulações especiais do Censo Demográfico do Censo de 1980*.
- IBGE
(1988). *Brasil: uma visão geográfica nos anos 80*. Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE.
- LOVATTO, Paulo Alberto, OLIVEIRA, Claudiomiro, FOLADOR, Luiz Carlos
(s.d.) *Assentamentos na Fronteira do Rio Grande do Sul: a experiência de Candiota e Hulha Negra*. EMATER (mimeo).
- SECRETARIA do Planejamento Territorial e Obras
(1994) *Caracterização dos municípios de fronteira*. Porto Alegre (mimeo).

ECONOMIA SOLIDÁRIA

DESAFIOS DO COOPERATIVISMO DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Farid Eid *

Andréa Eloisa Bueno Pimentel **

Se a temática reforma agrária vem ocupando espaço crescente no debate acadêmico, nas instituições e na sociedade em geral¹, dado o potencial da sua contribuição na resolução de graves problemas brasileiros, tais como a concentração de renda e o desemprego, pouco se discute sobre a viabilidade social e econômica dos assentamentos de reforma agrária, associada a uma política efetiva de fixação das famílias no campo. As condições em que se encontram as famílias no campo são destacadas em um relatório de pesquisa que demonstra que 19 milhões de pessoas residentes no meio rural do país (53% do total) estão abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de um quarto de salário mínimo per capita, ou seja, com menos de US\$20 mensais, em maio de 2000² (Azevedo, 1998). Por outro lado, a simples distribuição de terras a quem necessita não é suficiente para resolver problemas nacionais. Faz-se necessária uma política governamental para a reforma agrária visando a transformação da estrutura agrária brasileira, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável em, pelo menos, três dimensões - econômica, social e ecológica. Nesse contexto, entidades tais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), assumem papel de destaque, pressionando o governo para que este não apenas distribua a terra, mas crie condições para que os assentamentos se desenvolvam. O estudo tem por finalidade analisar o desenvolvimento recente da Economia Solidária no Brasil, a partir dos resultados da pesquisa inédita de Gaiger et al., (1999); em seguida, apresentar os nossos resultados da pesquisa que analisa a dinâmica

interna da organização social e produtiva e o uso de ferramentas gerenciais, que podem contribuir para a viabilidade social e econômica de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) do MST.

IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Em diversas regiões do país, algumas com maior intensidade, vem se desenvolvendo, principalmente nos últimos quinze anos, experiências de geração de trabalho e renda, de forma solidária e associativa. Iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando a ação de entidades de classe e de políticas públicas no campo popular, orientadas para uma economia alternativa concreta que está em processo de gestação.

Gaiger et al., ao analisarem a viabilidade e as perspectivas da Economia Solidária no estado do Rio Grande do Sul mostraram que, se antes, as experiências de geração de trabalho e renda eram consideradas pelos pesquisadores como circunstanciais e efêmeras, de difícil registro, a partir da década de 90, aumenta ano a ano, o interesse por investigações científicas sobre iniciativas solidárias, algumas com mais de dez anos de atividade contínua. Isso não quer dizer que dissoluções não ocorram, mas o que se observa de novo, é a busca pela sobrevivência e mesmo o crescimento de algumas, procurando garantir, simultaneamente, o equilíbrio entre o econômico e o social. É nesse sentido que uma nova interpretação sobre experiências solidárias e programas de apoio considera que, para sobreviverem e crescerem, tenderiam a evoluir para ações propositivas, destacando-se o desenvolvimento de no-

vas formas de organização da produção e do trabalho, com reflexos diretos no campo das políticas públicas e da organização da sociedade.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) são definidos por Gaiger et al. (1999) como sendo organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Entende-se por Economia Solidária (ES), segundo Singer (1999), o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, "clubes de trocas", "bancos do povo" e diversas organizações populares urbanas e rurais. Desenvolvem principalmente atividades econômicas como: plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços, confecções, alimentação, artesanatos, entre outras. Para viabilizar a expansão da ES, uma série de desafios são enfrentados, desde a criação de novas políticas e instituições públicas e populares voltadas à representação e apoio, à incubação de EES, ao acompanhamento permanente das demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado, gestão e outras.

Através da pesquisa de campo em 35 EES, urbanos e rurais, pode-se verificar, pelo menos, três resultados tangíveis: garantem sobrevivência imediata; criam oportunidades para o desenvolvimento in-

telectual e aprendizado de um ofício e rompem com o padrão paternalista e clientelista, ainda predominante, na assistência às populações pobres (Gaiger et al., 1999). Os pesquisadores observaram que determinadas iniciativas solidárias conseguiram sobreviver e atingiram níveis de acumulação e crescimento. Nessa perspectiva, a economia solidária, sem desconhecer o capitalismo como único sistema econômico mundial na atualidade, parte de valores distintos, dentre outros, autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Os pesquisadores analisam que o termo empresarial aqui proposto “deve ser dissociado da semântica que o vincula apenas ao empresário capitalista.” (p. 25). A diferença estaria no fato de que a busca por maior racionalidade está fundamentada na cooperação com a exploração coletiva das potencialidades profissionais, em benefício dos próprios produtores. Essa racionalidade é distinta da lógica capitalista - não solidária e excludente - e distingue-se também da solidariedade comunitária para a qual faltam instrumentos gerenciais.

Nos EES o trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade. Conforme Razeto apud Gaiger et al., “a valorização do trabalho próprio define a racionalidade destas pequenas empresas de trabalhadores.” (1999:36). É nesse sentido que se pode identificar o vínculo entre acumulação e cooperação. A acumulação está subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores, aos objetivos da cooperação. Talvez por isso pode-se compreender porque, apesar de levarem em consideração problemas enfrentados, praticamente todos os trabalhadores entrevistados na pesquisa de Gaiger et alii não cogitam voltar a trabalharem para um patrão ou a arriscarem-se sozinhos com um negócio próprio. Apesar de identificarem dificuldades e incertezas, apontam vantagens em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de co-proprietário e gestor do negócio, com poder de decisão em benefício dos próprios trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvi-

mento intelectual e potencialidades profissionais; viver o trabalho como algo digno e não como atividade penosa. A hipótese de que a força dos empreendimentos solidários reside no fato de combinarem de forma original, o espírito empresarial³ com o espírito solidário⁴ fica demonstrada. Em síntese, a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem nos EES onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

OS SETORES ECONÔMICO-SOCIAIS DO MST

O MST pode ser definido como uma empresa social pelo caráter de seus empreendimentos econômicos solidários. (Pasquetti, 1998). De fato, observamos em nossa pesquisa de campo em CPA's e na experiência como docente em Curso de Especialização em Administração de Cooperativas (CEACOP), que as atividades sociais e econômicas, onde existem, estão voltadas, em suas esferas de poder, para a construção de um modelo de gestão democrático e participativo; busca-se o desenvolvimento organizacional, através da motivação coletiva para o trabalho voluntário e remunerado; há o compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais; na definição das estratégias de crescimento econômico, a busca pelas sobras líquidas não é a referência principal, mas principalmente, o desenvolvimento do ser humano, através do resgate e ampliação da dignidade e da cidadania; geralmente, a propriedade é coletiva e deve beneficiar todos os associados e envolvidos; o cooperativismo para assentados do MST é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana.

Quanto à sua trajetória, com 16 anos de atividades, encontra-se organizado em 23 estados, em 600 assentamentos com cerca de 150 mil famílias. Nesse período, o MST destaca-se pelas atividades articuladas de cinco setores. O Setor de Produ-

ção criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) a partir da geração de 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2.300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), 2 cooperativas regionais de comercialização, 2 cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar. O SCA atua em cerca de 700 municípios brasileiros. O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de mil escolas públicas de assentamentos, com 75 mil crianças e 2.800 professores da rede municipal e estadual. Quanto ao Setor de Comunicação, coordena as atividades do Jornal Sem Terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da Internet e via *e-mail* para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. E o Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados que trabalham de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da reforma agrária. O Setor de Relações Internacionais coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Campesina que agrega 80 organizações camponesas dos 5 continentes.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO ENQUANTO FATOR POTENCIALIZADOR DO DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Estudo desenvolvido pela FAO/ INCRA (1998), em dez assentamentos considerados mais desenvolvidos e, em dez outros, considerados menos desenvolvidos, identificou os principais fatores potencializadores do desenvolvimento que são, nesta ordem: a presença de crédito; o quadro natural e a organização do seu uso; o entorno produtivo e/ou consumidor; a organização da produção e a assistência

técnica. A organização política e o apoio institucional (infra-estrutura produtiva e de serviços) atuam tanto na melhoria das condições sociais dos assentados, como também contribuem para potencializar os sistemas produtivos. Os principais fatores limitantes ao desenvolvimento dos assentamentos encontrados pelo estudo são, em ordem de importância: o quadro natural; a infra-estrutura deficiente, principalmente em relação à falta ou precariedade das estradas internas e de acesso; falta de assistência técnica e a inexistência de organizações produtivas e políticas entre os assentados. A falta e/ou demora no acesso aos créditos e a infra-estrutura básica relacionada à reforma agrária (PROCERA⁵, saúde, educação, habitação e energia elétrica) interferem negativamente tanto na perspectiva de obtenção de renda bem como na qualidade de vida dos assentados.

Dentro desse panorama, a organização da produção e do trabalho assume importante papel para o desenvolvimento de um assentamento. Onde existe maior organização política dos assentados, foi garantido um melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas. Do mesmo modo, nos assentamentos analisados, onde havia falta de organização política, resultou em

baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos, bem como na falta de organização produtiva, o que poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e na potencialização dos sistemas produtivos. O mesmo estudo da FAO/INCRA constatou que há maior destinação de recursos para a reforma agrária para os assentamentos considerados como os de maior potencial de desenvolvimento. Esta prioridade é justificada pela relação custo/benefício, em uma situação de escassez de recursos frente à demanda total dos assentamentos. Os de maior potencial de desenvolvimento são os que possuem melhores quadros naturais, conseguem dar contrapartida ao apoio governamental e são ligados a movimentos sociais que aceleram a organização produtiva.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST

A partir do momento em que os trabalhadores sem terra foram se organizando, a cooperação agrícola vem se tornando uma importante ferramenta de desenvol-

vimento dos assentamentos de reforma agrária do MST. A cooperação pode iniciar com as formas mais simples tais como: mutirão, troca de serviços e/ou de insumos, grupos de trabalho coletivo, semicoletivos e associações prestadoras de serviço e ir evoluindo, aos poucos, em direção a formas mais desenvolvidas de cooperação, como as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS), Cooperativas de Crédito e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's). Através das propostas de CPA's, desenvolve-se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) para superação do isolamento das experiências. O SCA está estruturado em nível nacional, através da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), em nível estadual, com as Cooperativas Centrais Estaduais e as Cooperativas Regionais e, em nível municipal, com as CPA's. Na CPA, a terra permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. O planejamento da produção é coletivo. Com relação à moradia, normalmente, formam-se agrovilas, as quais permitem quebrar o isolamento social das famílias assentadas e criar laços de integração comunitária, de forma permanente. Além disso, o fato das casas estarem próximas umas das outras e com certa urbanização, viabiliza economicamente a possibilidade de se realizarem investimentos sociais, seja por parte do Estado quanto pela própria comunidade, em obras de infra-estrutura que representam melhoria da qualidade de vida como escolas, creches, energia elétrica, esgotos sanitários, água encanada e potável, telefonia, entre outras.

Nas CPA's, o trabalho é dividido e organizado em setores de produção e serviços. Esta forma de divisão e organização, no entanto, depende das características específicas do grupo, como por exemplo, grau

Foto: Farid Eid



Crianças na escola da COOPERUNIÃO - Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste, fundada em 1990, no assentamento "Conquista da Fronteira", município de Dionísio Cerqueira/SC, próximo à divisa com a Argentina, onde moram cerca de 60 famílias (120 sócios), que lidam com mais de 40 produtos, sendo os principais erva-mate e fumo.

de companheirismo via luta pela terra em período anterior ao assentamento e na fase do acampamento; se há relação de parentesco e de parceria na realização do trabalho com desempenho equivalente; a capacidade de organização interna; a existência de quadros técnicos e o nível de qualificação dos trabalhadores. Depende também do fato de os assentados divergirem ou não quanto às culturas agrícolas que irão produzir, da intensidade de uso de insumos e quanto à aquisição de máquinas, entre outros. Esse conjunto de aspectos é fortemente influenciado pela trajetória de vida e de trabalho das famílias cooperadas (Eid et al., 1998). A CPA é complexa porque se constitui como EES de gestão, produção e de trabalhos coletivos. Atualmente, para se criar uma, o MST estabelece alguns condicionantes: além da terra estar sob controle do coletivo, a cooperativa deve liberar quadros para os movimentos sociais, deve estar em uma área estratégica e ter um plano estratégico de desenvolvimento. Em nível nacional, no ano de 1998, estavam em operação 49 CPA's e 32 CPS's.

Nesse estudo, estaremos concentrando nossa análise na organização interna das CPA's. Todas possuem Estatuto Social, Regimento Interno, Assembléia Geral, Conselho de Administração ou Conselho Deliberativo ou Coordenação, Conselho Diretor ou Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Setores de Trabalho e Núcleos.

O trabalho é organizado internamente através dos setores de trabalho que agregam todos os associados da cooperativa. Trata-se de uma instância de base da estrutura da cooperativa. Cada cooperativa organiza seus setores conforme as atividades que desenvolve, tais como os setores de grãos, horta, animal, máquinas, agroindústria, administrativo, vendas, entre outros. Cada setor tem seu coordenador eleito pelos associados membros de cada setor. Quanto à composição das instâncias de poder, mesmo que sejam escolhidos pelos setores, os coordenadores terão que ser aprovados pela Assembléia Geral. E na base da estrutura, tem-se os núcleos que são instâncias com características político-organizativas, com espaços de discussão sobre diversos temas referentes ao conjunto da cooperativa, a vida de seus associados e às questões ligadas ao MST. Nem

todas as CPA's possuem núcleos organizados e em funcionamento. Quanto ao planejamento, não há um método unificado, na medida em que este é feito de forma diferenciada em cada uma delas, porém, com algumas características comuns. Em todas as CPA's o mínimo de planejamento que se tem é o plano de safra por produto. A partir dele, os setores organizam o trabalho dos associados e avaliam periodicamente o andamento dos trabalhos. No estágio atual de desenvolvimento das CPA's⁶, poucas possuem planejamento de longo prazo, com horizontes para 5 a 7 anos. Essa dificuldade se justifica se levarmos em consideração que as CPA's, normalmente, originam-se de grupos informais de trabalho coletivo.

ANÁLISE DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO MST

Primeiramente, para não incorrer em erro de dimensionamento do tamanho de cada unidade produtiva e do número de cooperados, trabalhadores que serão futuros cooperados, gradativamente, percebem que é necessário um estudo de mercado e análise da viabilidade social e econômica do projeto de criação de uma CPA. O estudo pode indicar tipos de produtos que possuem demanda no mercado – padrões e diferenciados - o preço possível de ser obtido, a tecnologia adequada de produção, a escala mínima viável para a unidade de produção. A análise de viabilidade do projeto se faz necessária para dimensionar corretamente a obra, o *layout*, a projeção do fluxo do processo de produção, verificar as exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária e os equipamentos necessários ao processo produtivo, além dos postos de trabalho e a qualificação necessários. Com informações qualificadas, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e inversões de maneira mais segura, definindo-se com menor grau de incerteza, postos de trabalho, requisitos de qualificação, número de cooperados necessários, entretanto, adequados a cada realidade e sem deixar de levar em consideração o tempo para lazer, cultura, educação e outras ati-

vidades.

Numa perspectiva de viabilidade, faz-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade. Para isso, existe a preocupação com a formação contínua de quadros técnicos. Além disso, considera-se necessário que os dirigentes tenham algum tipo de experiência administrativa. No entanto, devido a baixa escolaridade dos associados, são poucos os que possuem experiência e qualificação na área de gestão de uma pequena propriedade (Christoffoli, 1998).

Face a isso, a CONCRAB criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), instalado no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Esse centro de formação e capacitação técnica promove, entre outros cursos, o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam qualificar assentados. Dentre os métodos de capacitação massiva utilizados pela CONCRAB, destacam-se os Laboratórios Organizacionais (LO), que buscam formar quadros organizadores de empresas associativas e os LO de Cursos, os quais visam a capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção, os participantes conjugam trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (Concrab, 1996b). A contínua preocupação com a capacitação técnica dos cooperados tem levado a buscar parcerias com algumas universidades brasileiras para o desenvolvimento de cursos de especialização superior em gestão de cooperativas.

Para o MST, perseguir um mercado alternativo parece estratégico para sobrevivência e crescimento, tendo as seguintes características: popular, local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. De fato, conforme estudo de Kunz (1999), a experiência na criação de canais próprios de aquisição de matéria-prima básica para unidades de beneficiamento de erva-mate por cooperativas dos três estados da Região Sul, através de relações de intercooperação, mostra que esse pode ser um importante caminho a ser desenvolvi-

do, a intercooperação por ramo de atividades. Buscar novos mercados para produtos de maior valor agregado pela via da diferenciação de produtos, através do uso da marca registrada "Produtos da Terra", ou pela via de preços menores, parecem ser alternativas interessantes. No Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), desenvolveu sementes agroecológicas BIONATUR, onde não foram usados agrotóxicos ou qualquer substância tóxica ou agressiva ao homem ou à natureza no seu cultivo, pós-colheita ou em seu enlatamento. Observa-se uma preocupação crescente no desenvolvimento da agricultura orgânica enquanto uma alternativa em relação à agricultura tradicional que utiliza agrotóxicos ou a transgênica. Estudo desenvolvido por Cadore (1999), analisa a viabilidade da produção de arroz agro-ecológico pela cooperativa COOPAN, no estado do Rio Grande do Sul. Outra estratégia é a diversificação da produção. As cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, garantir um fluxo de caixa com receitas ao longo do ano, garantir renda nos períodos de flutuações na demanda ou por perda da colheita, mas também tendem a reduzir a mão-de-obra ociosa nos assentamentos. Porém, a diversificação intensiva, no atual estágio de desenvolvimento das cooperativas, pode acarretar perda de foco do negócio. Nesse sentido, a adoção de algumas normas técnicas de produção vem sendo introduzidas gradativamente no processo produtivo e administrativo (Christoffoli, 1998), ao mesmo tempo em que se percebe pelos depoimentos dos dirigentes do MST, da CONCRAB e de diversas CPA's, uma preocupação pelo desenvolvimento do cooperativismo autêntico no interior da organização, sem ter de se reproduzir a organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente.

De fato, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas, além do acerto na tomada de decisão, é necessário se ter a adesão de todos que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para os EES é o de encontrar mecanismos de poder e de decisão que sejam equilibrados atencidos às exigências essenciais da democracia e da eficácia organizacional (Christoffoli,

1998; Eid e Pimentel, 1999 e 2000). Para garantir esse equilíbrio, os dirigentes da CONCRAB entendem que a formação e a capacitação deve ser continuamente desenvolvida entre os cooperados, em todos os níveis hierárquicos - dirigentes, coordenadores e base (Gonçalves, 1999: 97). Observa-se que normalmente ocorre uma forte possibilidade de diluição de responsabilidades dos cooperados na gestão e no trabalho da cooperativa. Onde acontece, pode ocorrer que não se estabelece a responsabilidade de quem atua com desleixo ou ineficiência no processo produtivo e no gerenciamento, assim como também não ocorre o reconhecimento e estímulo aos que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas. Christoffoli conclui em sua análise que há necessidade de se definir claramente as atribuições e níveis de autoridade e responsabilidade dos coordenadores e das instâncias de base. Caso isso não ocorra, os coordenadores podem não se sentir respaldados em assumir o ônus das decisões operacionais que lhes caberia. O efeito disso pode ser a morosidade na tomada de decisões, afrouxamento no ritmo e na produtividade do trabalho e dissolução da hierarquia funcional.

Com relação à jornada diária de trabalho, normalmente estabelece-se um horário mínimo de trabalho que cada associado deve cumprir, geralmente de oito horas. A jornada varia conforme as demandas das atividades da cooperativa. Como as CPA's trabalham principalmente com atividades agropecuárias ocorre, em alguns casos, um desbalanceamento entre o potencial disponível de trabalhadores e a necessidade concreta de trabalho. Há necessidade de se organizar o trabalho de modo a haver a melhor utilização possível da mão-de-obra. A distribuição das sobras é por horas ou dias trabalhados. No entanto, pode ocorrer que nos coletivos novos passa-se um período de tempo em que a cooperativa não tenha condições de gerar receitas para distribuir aos sócios. Com isso, pode haver desistência por parte de algumas famílias, uma das principais causas que levam cooperados a se desligarem de cooperativas, conforme estudo desenvolvido por Gumieiro (1999). Por outro lado, a noção de valor de troca dos bens, equi-

pamentos, ferramentas, animais, instalações fica clara somente quando o cooperado toma contato direto com o mercado, através da venda ou troca de um produto por outro, o que nem sempre é o caso (Eid et al., 1998).

Como alguns exemplos de bons resultados, pode-se verificar os dados de dois assentamentos: um no estado de São Paulo e outro no estado do Rio Grande do Sul (CONCRAB, 1996a, 1996b, 1998). A produtividade de algumas culturas agrícolas do Assentamento Fazenda Pirituba - município de Itapeva, estado de São Paulo - são superiores em comparação com a média obtida no estado de São Paulo (safra 1997/98), a exemplo do milho (+34%; 79,64 sacas/hectare), milho safrinha (+64%; 69,71 sacas/hectare), feijão das águas (+19%; 23,97 sacas/hectare), feijão da seca (+17%; 21,62 sacas/hectare), soja (+66%; 53,99 sacas/hectare), trigo (+21%; 39,45 sacas/hectare) e limão (+48%; 860 caixas/hectare).

No segundo exemplo, quando se compara a situação existente em 1988 e após 12 anos da implantação do Assentamento do MST no município de Sarandi no estado do Rio Grande do Sul, fica demonstrada novamente a importância e a necessidade da reforma agrária no país. Alguns elementos: número de habitantes na propriedade passa de 55 pessoas para 1226. Se antes tinha 5 casas, atualmente tem 243. Foram construídas 5 escolas e 1 creche. Quanto à infra-estrutura produtiva e criação de animais, antes a propriedade não tinha nada. No início do ano 2000 contava com 1 frigorífico, 114 implementos agrícolas, 35 tratores, 7 colheitadeiras, 15 caminhões, 7 pocilgas, 13 estábulos, 163 galpões, 4 armazéns, 4 estufas, 56 açudes, 10 poços artesianos, 6 barragens, 21 mil aves, 2 mil bovinos, 3 mil suínos,.... para criação/produção diversificada de legumes, verduras, frutas, animais para abate e leiteiro, mel, reflorestamento e outras.

CONCLUSÃO

A lógica da Economia Solidária é oposta à lógica do mercado globalizado. Este, em sua perseguição pelo lucro máximo, separa-se de questões que não sejam econômicas. Tradicionalmente a globalização

e seus impactos sobre o setor agrário é interpretada como um processo de padronização de políticas de fazenda, aumentando-se a expansão das fronteiras agrícolas, medidas uniformes de proteção ambiental, aumento da competitividade e da produção e comercialização de alimentos com controle cada vez maior, por firmas transnacionais, sobre a cadeia produtiva.

Porém, longe de conduzir à homogeneidade, a globalização pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e pode ajudar comunidades locais a encontrarem novos espaços no mercado em uma economia global nova ou resistir às pressões globais (McMichael apud Yair, 2000:2). Nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neoliberal. Isso implica ir além da doutrina convencional sobre cooperativismo e de recorrer à variedade de formas sociais, culturais e que a comunidade espera que sejam adotadas pelas cooperativas, principalmente as rurais (Yair, 2000:13).

Procurou-se mostrar que no Brasil, a dinâmica interna de organização social e produtiva e os desafios e alternativas desenvolvidas pelas cooperativas de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos levam a concluir que fazem parte da Economia Solidária, em processo de gestação em diversas regiões do país. No estágio atual de desenvolvimento de nossa pesquisa, observamos que no interior do MST, na prática, há uma preocupação crescente entre diversos dirigentes de CPA's localizadas em diversos estados, principalmente nos da Região Sul do Brasil, em buscar o equilíbrio crítico entre, por um lado, a ampliação dos ganhos sociais e políticos - resgate da dignidade e apoio às lutas dos trabalhadores - e, por outro, melhorar a eficiência na gestão das cooperativas buscando a sobrevivência e crescimento, a fim de se evitar que um descompasso possa levar à ruptura da coesão social. Dada a importância desse objeto de estudo, ressaltamos a importância do desenvolvimento de estudos de caso concretos e que sejam evitadas generalizações abstratas deslocadas da realidade social e política dos assentamentos. Os estudos devem levar em conside-

ração, pelo menos, três outros elementos na condução da análise: a estrutura fundiária diferenciada em cada região do país, trajetória social e política dos assentados e o papel dos organismos governamentais em cada região.

* *Farid Eid é Prof. Adjunto do Dpto. de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.*

** *Andréa Eloisa Bueno Pimentel é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.*

NOTAS

1. Versão modificada do trabalho apresentado e publicado nos Anais do: *Taller Internacional de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Socioeconómico*, Havana, Cuba, 10 a 12 de novembro de 1999; *X World Congress of Rural Sociology* e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, Brasil, 30 de julho a 5 de agosto de 2000.
2. Pesquisa desenvolvida no Programa de Estudos sobre Agricultura e Desenvolvimento Sustentado (PROGESA/UERJ) para o Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento (NEAD) do Ministério da Política Fundiária.
3. O espírito empresarial se desenvolve com aplicação de ferramentas tais como gerenciamento, planejamento, capacitação, eficiência e viabilidade econômica.
4. Por espírito solidário entende-se o desenvolvimento prático de valores tais como, cooperação, autogestão, democracia e propriedade comum.
5. Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, extinto em 1999.
6. O MST considera que a evolução de uma CPA se dá através de três etapas, não necessariamente sequenciais e com coexistência de mais de uma etapa: a) produção agrícola para subsistência; b) comércio de excedente; c) agroindústria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, E.
(1998) "A maioria no campo vive abaixo da linha da pobreza". *O Estado de São Paulo*, Geral, A17, 22 de novembro.
- CADORE, E. A.
(1999) "A matriz tecnológica nos assentamentos do MST". *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília.
- CHRISTOFFOLI, P. I.
(1998) "Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST". *Curso de Especialização em Cooperativismo*. CEDOPE/UNISINOS, São Leopoldo, RS.
- CONCRAB
(1996a) "Cooperativas de Produção- Questões Práticas" *Caderno de Formação*, 2: 21.
- CONCRAB
(1996b) "Revista CONCRAB: Quatro Anos Organizando a Produção" *Revista. Brasil*.
- CONCRAB
(1998) "Sistema Cooperativista dos Assentados" *Caderno de Cooperação Agrícola*.
- EID, F. et al.
(1998) "A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária" In: *XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Poços de Caldas/MG. pp.767-778.
- EID, F. e PIMENTEL, M. E. B.
(1999) "A dinâmica da organização da produção em cooperativas de reforma agrária" In: *XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Foz do Iguaçu, Paraná.
- EID, F. e PIMENTEL, M. E. B.
(2000) "Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil" In: *X World Congress of Rural Sociology*, São Paulo, Brasil.
- FAO-INCRA
(1998) "Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil". Coords. Gilson Alceu Bittencourt et al., 12.
- GAIGER, L. et al.
(1999) "A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas". *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura*, 15.
- GONÇALVES, B.V.
(1999) "A lógica de construção das cooperativas de prestação de serviços". *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília.
- GUMIEIRO, A.
(1999) "Uma análise das desistências das famílias associadas na cooperativa de produção agropecuária Vitória Ltda - COPAVI (Paranacity/PR)". *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília.
- KUNZ, M. F. B.
(1999) "Intercooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná". *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília.
- PASQUETTI, L.A.
(1998) "O MST Como uma Empresa Social". *Estudos 2, Presidente Prudente/SP. UNESP/NERA*, 12:33-50.
- SINGER, P.
(1999) "Possibilidades da economia solidária no Brasil" In: *CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, p. 51-60.
- YAIR, L.
(2000) "Globalization and the 'cooperative difference'" In: *X World Congress of Rural Sociology*. São Paulo, Brasil.

UMA ETAPA PRETÉRITA

A passagem pelos acampamentos

Maria Cecília Manzoli Turatti *

ACAMPAR É PRECISO

A constituição de um assentamento de trabalhadores rurais ocorre, via de regra, após árdua e longeva batalha empreendida por centenas de famílias que, destituídas de meios de produção e assoladas pelo crescente desemprego, embarcam na luta pela terra no bojo de movimentos sociais organizados, dentre os quais ganha destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Frente ao descaso e insensibilidade dos governos instituídos, que não apresentam políticas sérias e amplas de fixação do homem no campo - menos ainda de subsídios para o processo produtivo daí decorrente -, os trabalhadores sem terra vêm-se impelidos a "forçar" os mandatários das políticas públicas a enxergá-los e moverem-se - ainda que a passadas de tartaruga velha. E os trabalhadores assim o fazem por meio das ocupações de terras improdutivas, adentrando fazendas nas quais o horizonte se perde antes que possamos avistar um só pé de planta disputando espaço com a meia dúzia de reses que, inocentemente, coadjuvam a farsa de que a gleba é socialmente útil.

Sobre a terra desejada, os sem terra desfraldam suas bandeiras e lonas. Armam seus barracos, acomodam seus poucos pertences. Não raro são constrangidos policialmente a abandonar a ocupação, não uma, mas duas, três, inúmeras vezes.

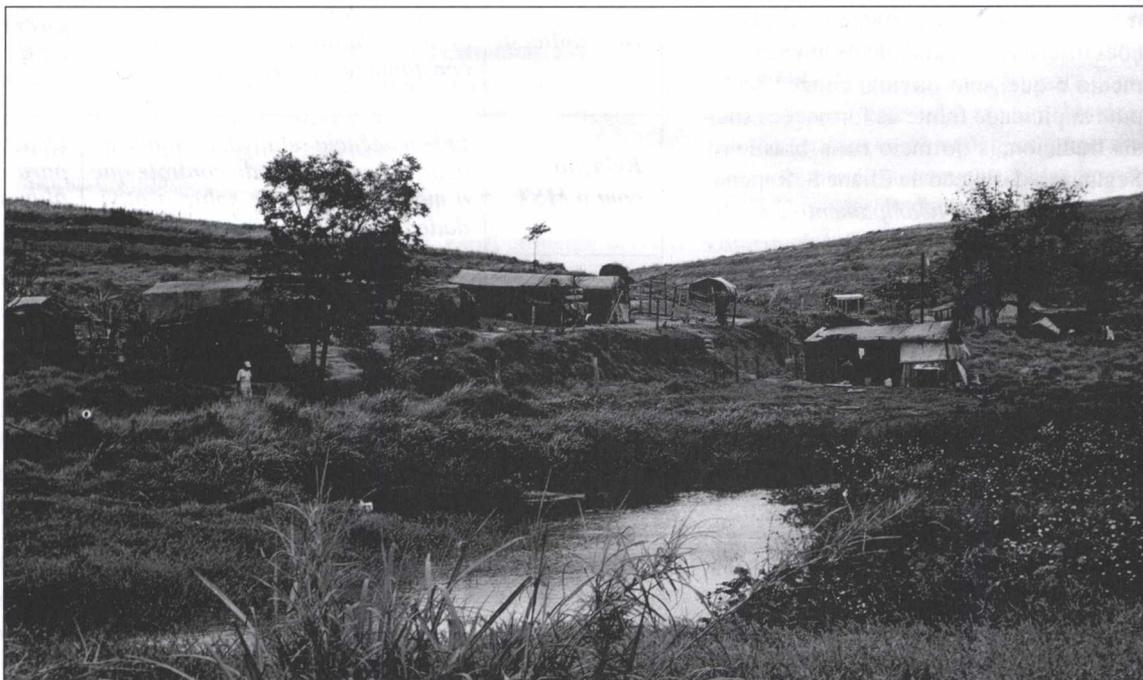


Foto: Luiza A. Nasser

Instalam-se então nas rodovias e estradas vicinais próximas, **alardeando sua condição, publicizando sua luta**. Neste vai-e-vem de ocupações, passam-se muitas vezes anos até que o local pretendido seja declarado um assentamento, primeiro provisório - classificação que já consome mais alguns anos até a regularização e organização definitivas.

Enquanto não se alcança o assentamento, homens, mulheres e crianças acampadas viverão em estado de excessiva precariedade material, valendo-se de doações e das poucas cestas básicas, com alimentos de péssima qualidade, enviadas sem regularidade por burlescos programas oficiais de solidariedade comunitária.

O presente artigo busca demonstrar, a partir de considerações de ordem antropológica, a peculiaridade de inscrição dos sujeitos acampados na ordem social, de-

monstrando a situação de passagem a que estão submetidos, imersos num processo histórico de luta cujo objetivo final é ascender a uma condição identitária positiva, ou seja, abandonar a identificação que se concebe pela ausência - *o acampado sem terra* - em prol de um novo estatuto - *o assentado com terra*. O acampamento, portanto, situa-se no campo do *vir-a-ser*, como uma promessa futura de condições dignas de vida. Os acampados, por sua vez, oriundos das camadas subalternas expropriadas da terra com ferocidade - principalmente a partir da década de 50 do século XX -, entram em choque com os novos valores advogados pelos movimentos sociais, aprofundando sua já confusa identificação entre o mundo rural e o urbano¹.

**ACAMPAMENTOS
E ASSENTAMENTOS**

Quadro comparativo entre acampamentos e assentamentos

Aspectos	Assentamentos	Acampamentos
Território	<i>Fixo e determinado (individual e coletivamente)</i>	<i>Provisório e indefinido (individual e coletivamente)</i>
Atividades produtivas	<i>Constantes, baseadas na posse de terra e desenvolvimento da agricultura, com vistas à obtenção de renda.</i>	<i>Escassas, compreendendo a manutenção do acampamento e ocasionais serviços assalariados para terceiros.</i>
Sociabilidade	<i>Similar à dos bairros rurais tradicionais, ainda que em processo constante de consolidação.</i>	<i>Calcada na "economia de guerra"; solidariedade entrecortada pela prevalência das garantias individuais.</i>
Relação com o MST	<i>Independência relativa, variando de acordo com o grau de controle que o movimento exerce sobre a atividade produtiva e sua organização.</i>	<i>Dependência absoluta, tanto para a sobrevivência material quanto para o êxito na obtenção de terras.</i>
Condição jurídica	<i>Legal</i>	<i>Ilegal</i>

Por carregar esta condição de transitividade, lançado na indefinição, o acampamento apresenta características muito peculiares de estabelecimento e existência. A flexibilidade de ocupação de espaços territoriais, a convivência de pessoas que não compartilham nenhum vínculo progressivo de memória, tradição ou sociabilidade, o ócio apenas rompido pelas tarefas cumpridas na organização do acampamento ou na realização de tarefas domésticas básicas, são algumas das situações inscritas na realidade de um acampamento e que, sem dúvida, concedem-lhe uma atipicidade frente às formações sociais tradicionais do meio rural brasileiro. Segundo a definição de Eliane S. Rapchan (1993:30): "(...) o acampamento é a situação transitória, emergencial do grupo e implica ações de arrecadação de alimentos, roupas, ajuda financeira e remédios, busca de apoio logístico e político, mobilização da imprensa e da opinião pública, negociação com o Estado e com outros interessados com vistas a atingir o assentamento. Este, condição mais estável tanto política e econômica, quanto juridicamente". As distinções entre acampamentos e assentamentos provêm de várias ordens, mas as que julgamos definidoras de uma e outra configuração social são apresentadas resumidamente no quadro comparativo que se segue.

Um **assentamento rural** é um *organismo social fixo*, isto é, possui território definido, organização político-social estruturada e, principalmente, dispõe de uma realidade produtiva, o que o torna, de fato, um tipo peculiar de unidade social integrada ao meio rural brasileiro e, não por acaso, muitos estudos sócio-agrícolas têm concentrado seus esforços, a partir de meados da década de 80 do século XX, neste *locus* específico. O assentamento rural possibilita estudos que, além do histórico de sua formação, bem como as relações sociais engendradas nesta forma de organização social no campo, podem captar diretamente o impacto político-econômico da estruturação de um assentamento rural, seja em âmbito regional, seja em sua significação nacional.

Nesta dupla via de interpretação, podemos vislumbrar problemáticas de interesse sócio-econômico das mais distintas

ordens. Em um aspecto mais particularizado, referente a análises das formas de produção, constituem elementos importantes para a investigação: 1) formas de divisão da gleba adquirida, ou seja, a observância dos critérios do INCRA ou a substituição extra-oficial destes por preceitos internos adotados pelo próprio MST para a fixação do grupo na terra; 2) o regime jurídico imposto sobre a posse e a propriedade da terra, mormente no que diz respeito à predominância do direito individual sobre o coletivo ou o seu contrário, e as conseqüentes implicações sobre as formas organizacionais e produtivas então estabelecidas; 3) a implantação de um sistema cooperativo no processo de produção e as numerosas formas das quais ele pode se revestir, bem como os impasses que porventura possam emergir desse empreendimento, 4) a pequena propriedade familiar e sua capacidade satisfatória de sobrevivência econômica e 5) vias de acesso ao crédito agrícola: exigências dos órgãos financiadores e limitações do cumprimento destes por parte dos assentados e as possibilidades de auto-sustentação dos assentamentos;

Embora fosse possível acrescentar outros inúmeros pontos a esta listagem - um em especial, sob pena de cometer uma injustiça caso não o enumerasse, é o fato de que, em geral, os pesquisadores de assentamen-

tos também se preocupam com a dimensão sociocultural da temática abordada - é imprescindível finalizá-la de outra forma, isto é, tratando do principal fator condicionante da primazia pelo estudo dos assentamentos: a dimensão político-econômica.

Os assentamentos representam um termômetro do crescimento vitorioso do MST. Não basta espalhar milhares de famílias pelo país inteiro, sob lonas e bandeiras, sem atingir o objetivo final: trabalhar a terra, produzir. Pois é justamente na experiência da produção que se encontra a munição técnica para "atacar" ou "defender" o MST ou, numa postura mais "sobre o muro" - tão cara à apregoada 'neutralidade científica' - simplesmente analisar a questão agrária sob as bases racionalistas da economia agrícola.

Em meio à ênfase no estudo dos assentamentos, pouco se fala sobre os **acampamentos**. Neles, um novo processo de construção de sociabilidade se inicia. É o momento-chave da passagem para a condição *ser sem-terra*, para um estilo de vida coletivo que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo.

Se, por um lado, os movimentos crescem em número de adeptos a cada dia, pois homens e mulheres são empurrados pelo desemprego rural e urbano para uma nova aposta de atingir condições de produzir e

reproduzir material e socialmente a sua existência, na outra mão temos a realidade árdua da vida em um acampamento: em condições precárias, em meio a um ambiente estranho, sob ordens de lideranças arbitrariamente impostas pelo MST, as famílias de sem-terra enfrentam a itinerância das ocupações e despejos, esperando o momento da fixação definitiva na terra que lhes garantirá a vida.

É possível, então, vislumbrar no acampamento os preâmbulos de um novo tipo de organização social, revestida mais de ausências que de elementos de identificação positiva, portadora de uma fragilidade coesiva suscetível a uma gama variada de conflitos. O trabalho de gestação de uma coletividade, a preparação de um grupo social que é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto político, as ideologias e as práticas levadas a cabo por líderes e liderados no seio de um movimento popular que se pretende mais do que ser apenas um aglomerado de despossuídos em busca de um "cantinho de chão"; tais são as matrizes de investigação que emergem dos acampamentos, cuja importância parece ter sido relegada a segundo plano.

UM MOMENTO DE PASSAGEM

Poucas coisas parecem mais complexas que o estudo de realidades transitórias. Ainda, a importância das situações liminares é absolutamente reconhecida, em se tratando de uma *passagem* que carrega o *ethos* do tempo pregresso e convive com as transformações preparatórias rumo ao tempo futuro. É neste meio do caminho que se inscreve a existência de um acampamento de trabalhadores rurais sem terra. Em seu estudo sobre os ritos de passagem, Arnold van Gennep (1969) decompõe esses ritos em preliminares (de separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação). O acampamento poderia ser situado nesse estado de **liminaridade**, configurado por uma etapa em que os acampados foram separados de seu universo social anterior e cumprem normas rituais que os qualificam para uma agregação social futura com características de estabilidade.

Valendo-se desse esquema proposto por Gennep, Victor Turner (1974) desenvolve o conceito de *liminaridade*, apresen-

tando uma série de propriedades concernentes ao estado liminar, tais como homogeneidade, igualdade, anonímia, ausência de propriedade material, etc. Todas apontam para o nivelamento social daqueles que se encontram no interstício do processo ritual, o que nos remete à imagem dos trabalhadores sem terra nos acampamentos. Ainda, é no conceito de *communitas*, também fornecido por Turner (op.cit.:118-119), que encontramos a melhor tradução para um acampamento em suas dimensões liminares: "*É como se houvesse (...) dois modelos principais de correlacionamento humano, justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e freqüentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com as noções de "mais" ou de "menos". O segundo [a communitas], que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como um "comitatus" não estruturado ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade dos anciãos rituais*".

A *communitas* dos acampados se contrapõe à sociedade global ao mesmo tempo em que eles objetivam, futuramente, uma re-inclusão nessa mesma sociedade, alçados a um novo *status*. Para tanto, submetem-se à autoridade dos líderes do movimento social, que personificam o poder ritual de condução deste processo.

Desta forma, os acampamentos podem ser tomados como o **momento intersticial** de uma multiplicidade de processos. Para o MST, dentro de sua lógica interna, o acampamento configura a materialização de uma ação rebelde, a ocupação de uma terra desejada. Estabelecer-se nessa terra com um grupo de pessoas egressas de discussões de convencimento mas, principalmente, pessoas que apostam nessa luta porque não têm mais nada a perder, significa para o MST a conformação de um "exército" apto a servir como instrumento de pressão, enquanto se prepara para de fato transformar-se num grupo social comunitário, compartilhando valores

identitários e laços de solidariedade, ratificados pela futura posse e produção da terra. O acampamento é a passagem que poderíamos considerar **adaptatória** para um grupo que em breve se transformará em grupo de vizinhança permanente. Para os acampados, representa receber uma nova condição, a de ser **sem-terra**, significada no interior dessa coletividade inédita a que eles passam a pertencer. É o momento de re-significar valores, moldando-se à nova realidade, aprofundando-se na nova tarefa de enfrentamento com o poder estabelecido e construindo expectativas para a estabilidade que virá.

CAMPONÊS OU PROLETÁRIO?

No período de acampamento, há também uma necessidade de que o grupo sinta-se, de fato, parte do MST. O projeto de produção da terra que o movimento advoga necessita que haja disposição, por parte dos recém-assentados, de conformarem uma cooperativa, que por sua vez será administrada com base em um projeto modernizador das relações de produção no meio rural. Isso significa uma alteração marcante com relação à forma tradicional de cultivar a terra, além de chocar-se com alguns valores tradicionais do patrimônio. Parece, à primeira vista, que em se tratando de coletivizar o trabalho, os sem-terra consideram haver uma grande diferença entre ser sócio de uma cota da cooperativa e trabalhar cantando nos antigos mutirões².

Este tema da transformação ou substituição de antigos valores camponeses em novos valores impressos no grupo pelo MST estaria meio deslocado se fosse tomado *ipsis literis*, mas neste caso, justificase pela contextualização da trajetória dos acampados. No Estado de São Paulo, a grande maioria das pessoas que vão para o movimento já tiveram uma experiência urbana. Embora sua origem seja rural, quase todos já trabalharam nas cidades ou nelas residiram enquanto trabalhavam como bóia-frias.

Geralmente, há uma intercalação de atividades, regida pelo calendário de trabalho temporário. Nas épocas de colheita, mesmo morando nas periferias das cidades, os agora sem-terra trabalhavam na roça. Quando o trabalho rural findava, bus-

cavam algum posto na cidade, geralmente em tarefas domésticas, no caso das mulheres, e na construção civil, para os homens.

Vê-se, portanto, que os sem-terra paulistas possuem uma matriz de significados, um *ethos* próprio carregado de uma miscelânea de referências rurais e urbanas que não permite que sejam tratados, por exemplo, como camponeses tradicionais. Além disso, os sem-terra acampados estão longe de preencher os requisitos que poderiam afiançá-los como detentores de uma cultura camponesa em suas definições mais clássicas³.

Em relação à experiência urbana dos acampados, pode-se dizer que ela é, muitas vezes, significada ambigualmente. Por um lado, o **trabalho** nas cidades é negativamente concebido, remetendo à falta de liberdade, à competição acirrada por uma ocupação, à impossibilidade de amealhar um patrimônio devido aos baixos salários. Contrasta, então, com a valorização do trabalho agrícola independente que, se não vier a proporcionar lucro e prosperidade, ao menos garantirá a subsistência. Em outra mão, o **viver** na cidade é tomado pelos acampados como uma condição idealizada, pois eles se colocam no papel de consumidores de um estilo de vida moderno. Muitos lamentam os bens de consumo (aparelhos de som, televisão, fogão, geladeira, etc.) adquiridos e perdidos no processo de triunfo e queda proporcionados pela estadia nas cidades. Neste ponto, confundem-se os anseios básicos de sobrevivência e os deslumbramentos do consumo, e o 'fantasma' da vida pauperizada no campo assusta⁴.

Fundamentalmente, o complexo emaranhado de interpretações sobre a vida rural e a urbana é fruto da variedade de migrações⁵ e conseqüentes mudanças de ocupação por que passaram esses acampados, bem como de sua incorporação tangencial ao mercado consumidor. As idas e vindas entre cidades e estados diferentes, os sucessivos e descontínuos empregos rurais e urbanos, desencadeiam um desapego a valores únicos e solidificados, gestando um *ethos* específico, incapaz de se enquadrar na tradição camponesa ou na caracterização clássica do proletariado moderno.

Ademais, a lembrança do modo de vida no campo não se configura como nostal-

gia positiva, pois muitos dos acampados a vivenciaram já sob o jugo do dono da terra, se não apenas a conhecem pelos relatos de seus pais e avós. A cidade, por sua vez, não os integrou em sua classe média assalariada; ao contrário, lançou-os aos setores mais baixos e desprezados do processo produtivo e/ou à economia informal. Ainda assim, incutiu em seu imaginário o desejo de obter o *status* de cidadão-consumidor, condição à qual o estabelecimento no meio rural poderia impedi-los de atingir, daí um certo receio em tornar-se "homens do campo".

Essa **indefinição identitária, expressão da liminaridade, é a marca dos acampados**, que, provisoriamente, fazem uso da condição de sem-terra, contentando-se em reconhecerem-se como parte de um grupo, estranho aos seus valores subjetivos, mas plenamente aceitável frente ao estado de marginalidade em que vivem. Buscando melhores meios materiais de garantir sua sobrevivência, buscam também uma redefinição de seu estatuto dentro da e perante a sociedade.

* *Maria Cecília Manzoli Turatti é Doutoranda em Antropologia Social pela USP.*

NOTAS

1. É mister ressaltar que as considerações aqui elencadas são desdobramentos de pesquisa realizada em acampamentos coordenados pelo MST no Estado de São Paulo entre os anos de 1994 e 1998, sistematizada em dissertação de mestrado defendida em 1999. Assim, frisamos que as análises ora apresentadas fazem referência única à realidade deste movimento social específico – MST – e de sua atuação no Estado de São Paulo (Turatti, 1999).

2. Vejamos, ainda que superficialmente, as diferentes sociabilidades subjacentes a estes dois tipos de trabalho coletivo. Nas palavras de Antônio Cândido (1987:68), o **mutirão** "*consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho (...). Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram*". Em Zander Navarro (1995:38), encontramos as seguintes afirmações sobre uma **cooperativa**: "*(...) é exatamente o caso (...) de saídas da cooperativa acompanhadas de conflitos de longa duração e que, não raro acabaram por gerar processos judiciais. Neste caso, os que saem não assumem seus compromissos – por exemplo, suas responsabilidades proporcionais no perfil da dívida da cooperativa – enquanto a pendência não for resolvida, seja por negociações diretas, seja por*

via judicial".

3. Antônio Cândido (op. cit.:83), por exemplo, apresenta os seguintes aspectos como característicos da 'cultura caipira': "1) isolamento; 2) posse de terras; 3) trabalho doméstico; 4) auxílio vicinal; 5) disponibilidade de terras; 6) margem de lazer". Sobre a definição clássica de campesinato na antropologia, v. Crossan (1994), especialmente o capítulo 7. Note-se que o MST não utiliza o termo "camponês sem-terra" em sua autodenominação, substituindo-o por um conceito moderno-burguês: *trabalhador*.

4. O estereótipo da 'pauperização' da vida no meio rural brasileiro pode ser encontrado, por exemplo, encarnado no personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, ignorante e sempre adoentado, vivendo em condições de 'atraso absoluto'. E, embora possa, por outro lado, haver um certo apelo idílico ao tratar-se do modo de vida camponês, caracterizando o homem do campo pela sua integração com a natureza, pela displicência frente às categorias modernas de excedente e lucro, há de se levar em conta que, em muitos rincões do país, o homem do campo vive em condições precárias, abaixo da linha de subsistência. ao mesmo tempo que pequenos produtores de diversas regiões do país (região Sul, certas áreas do interior paulista e sul de Minas Gerais, por exemplo), firmaram-se na condição de consumidores e integram-se cada vez mais ao modo de vida urbano-capitalista.

5. Em geral, os acampados são migrantes "inveterados". Raramente encontra-se casos de uma única migração anterior ao ingresso no MST. Infelizmente, não há ainda uma pesquisa sobre fluxos migratórios que contemple os diversos pontos de seção entre o início e o momento atual da trajetória. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo tem corrigido estes dados nos últimos dois anos, a partir da realização de cadastros nos acampamentos, mas não há trabalhos de sistematização em vista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂNDIDO, Antônio
(1987) *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades (7ª ed.).
- CROSSAN, John D.
(1994) *O Jesus Histórico – a vida de um camponês judeu do mediterrâneo*, Rio de Janeiro, Imago, (2ª ed.).
- GENNEP, Arnold van
(1969) *Les Rites de Passage*. Paris, Mouton & Co and Maison des Sciences de l'Homme.
- NAVARRO, Zander
(1995). "Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento 'Nova Ramada' Paper apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG.
- RAPCHAN, Eliane S.
(1993) *De Identidades e Pessoas : um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- TURATTI, Maria Cecília M.
(1999) *Os Filhos da Lona Preta – notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- TURNER, Victor W.
(1974) *O Processo Ritual*. Petrópolis, Vozes.

ASSOCIAR OU NÃO ASSOCIAR?

O Caso de uma Comunidade Cafuza

*Alessandra Schmitt **

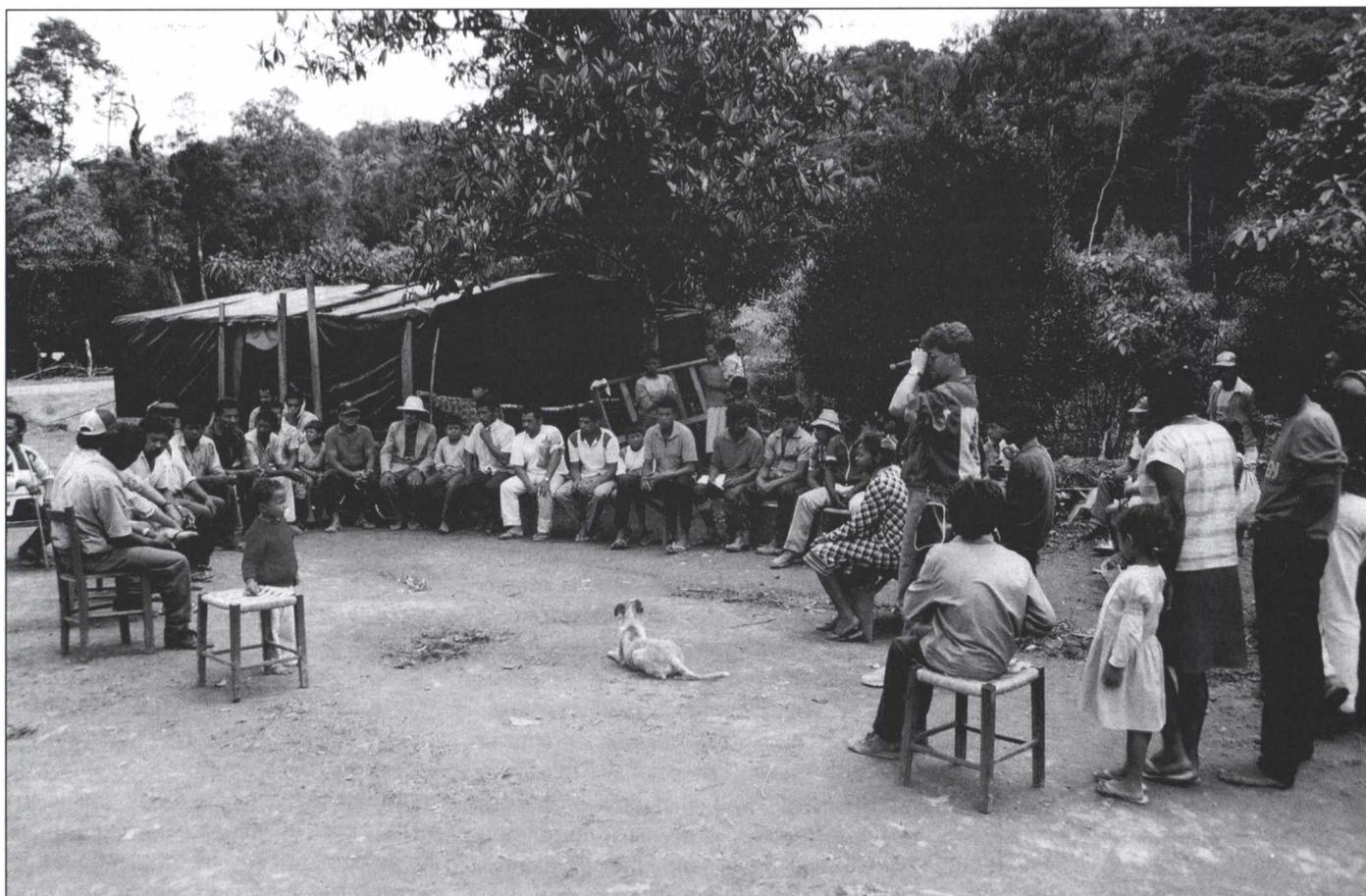


Foto: Tânia Welter

Reunião da Comunidade Cafuza de José Boiteux/SC

A Comunidade Cafuza tem uma trajetória muito singular. Descende de pessoas que participaram como rebeldes na Guerra do Contestado, no planalto catarinense (1912-1916) e que, tendo sobrevivido, passaram à condição de sem-terra, como muitos outros sobreviventes. Saíram da guerra no município de Canoinhas e passaram a migrar na condi-

ção de parceiros em fazendas. Na segunda metade da década de 1920 tornaram-se posseiros numa área devoluta no município de Vitor Meireles. De lá foram expulsos definitivamente em 1946, por madeireiros e colonizadores de origem alemã e italiana, ao mesmo tempo que eram “convidados” a habitar no interior da Área Indígena, no então município de Ibirama (hoje José Boiteux), na região Alto Vale

do Itajaí. Foi aí que este grupo etnicamente diferente que era chamado até então de caboclo, adotou a denominação Cafuzo, sugerida a eles por um dos chefes do posto indígena. Esta era-lhes conveniente, na época, porque explicitava uma ancestralidade indígena realmente existente e justificava seu direito de posse adquirido dentro da área indígena.

A construção de uma barragem (inici-

ada em 1970 e ainda não acabada), cujo lago para contenção das águas ficou localizado dentro das terras indígenas, detonou a extração acelerada de madeira e a área que era ocupada pelos Cafuzos foi sendo tomada pela população indígena. Após inúmeras reivindicações e peregrinações às autoridades, foram assentados pelo INCRA no município José Boiteux em 1992. Sete anos antes, em 1985, fizeram o primeiro pedido por uma terra comunitária, junto ao Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), que foi extinto no ano seguinte. São 30 famílias morando hoje na área cafuza e quase o mesmo número em outros locais (Martins, 2001).

O objetivo deste artigo é discutir as implicações da transposição do modelo de democracia representativa para a organização da Associação Comunitária Cafuza e da regra de tomada de decisões por votação da maioria. Espero que esta reflexão possa ser pertinente também para outros grupos.

Associar ou não associar: eis a (já fechada) questão

Qual a motivação e o histórico da constituição de uma Associação pelos Cafuzos? Integrantes de uma categoria camponesa mais ampla denominada *cabocla* na Região Sul do Brasil e *caipira* na Região Sudeste (Bloemer, 2000 e Cândido, 1987), formada através do encontro das culturas africanas, indígenas e européias, este grupo também se caracteriza por um tipo de ocupação de território que conjuga espaços comunitários e espaços de apropriação familiar. Os primeiros são áreas de reserva, caça e coleta, mas também passíveis de ocupação pelas novas famílias que se formam. No contexto de existência de terras livres em que se constituiu este tipo de campesinato brasileiro, a necessidade da terra e a sua ocupação pelo trabalho eram os critérios para se obter o direito de posse e assim continua sendo.

Desta forma, a titulação individual, no nome de cada núcleo familiar, normalmente praticada pelo INCRA, não atende nem à tradição do grupo, nem tampouco ao interesse atual do grupo de impossibilitar futuras vendas de lotes. Assim, a condição

para que o grupo receba a titulação da terra coletiva é a existência de uma associação.

O Estado brasileiro ainda não desenvolveu mecanismos jurídicos para titular terras comunais de outra forma que não seja em nome de uma entidade jurídica, o que faz com que as comunidades camponesas quilombolas, que estão agora também reivindicando o reconhecimento e a titulação oficial dos seus territórios, enfrentem a mesma obrigação de constituírem uma associação. Diferentemente, comunidades indígenas constituem personalidades que podem ingressar em juízo, de acordo com o que reza o Estatuto do Índio, conforme Dalmo de Abreu Dallari (1997).

Em alguns casos isto não é novidade, uma vez que em algumas localidades as comunidades rurais tradicionais já encaminhavam solicitações de serviços às prefeituras locais através de suas associações de bairro. No entanto, ao se envolverem com agências de governos estaduais e federais, estas novas associações passam também a intermediar algumas ações, investimentos ou empréstimos financeiros que têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico. Isto complexificou bastante a experiência de ser um associado.

Agentes estatais e pessoas ligadas a movimentos sociais que prestam assessoria a assentamentos, bem como as próprias famílias assentadas, são motivados pela exigência de criação de uma renda suficiente para que possam suprir as demandas de consumo da família e, assim, permanecer na terra. Neste contexto, a produção familiar, apesar de tradicional, é tida como um fator anti-racional em relação aos objetivos de inserção no mercado, onde o volume da produção é um fator fundamental para a competitividade. Além do aspecto econômico, a produção coletiva é vista como um fator de estímulo à construção de relações políticas mais solidárias que têm também, em última instância, objetivos de transformação social que leve a uma maior justiça no acesso aos meios de produção.

As experiências de assentamentos já geraram várias reflexões sobre a força da tradição cultural camponesa e os seus conflitos com o funcionamento de associações

e cooperativas rurais, bem como sobre as dificuldades de comercialização devidas à crescente concentração de capital. Mas, as fileiras que marcham do urbano para o rural não cessam e a mera reprodução do modo de vida tal como está dado na tradição camponesa já não consegue equacionar as crescentes necessidades de consumo com as condições do mercado para o produto agrícola. É muito provável que soluções só sejam possíveis a partir de uma reflexão e uma gestão coletivas, por isso é importante a discussão sobre como se organiza este coletivo.

Parentes, compadres e...associados

Tratando-se do grupo Cafuzo, esta experiência de associação era absolutamente nova e estranha até 1989. Após o assentamento, em 1992, a associação passou a administrar o Projeto Coletivo de Produção de Erva-Mate, o que criou questões administrativas e papéis sociais até então inexistentes no grupo. Este planejamento não foi exatamente fruto de uma escolha entre opções, mas quase uma exigência das circunstâncias, assim como acontece com quase todos os assentados que recebem orientações de órgãos governamentais federais e estaduais, setores da igreja e movimentos sociais ligados à reforma agrária.

Resumindo: na condição de assentados tiveram acesso a financiamentos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e estes foram geridos pela Assembléia para investimentos no projeto coletivo de produção de erva-mate. Assim, além da compra de alimentos para manter as pessoas no trabalho de derrubada do mato, plantio e limpeza da erva-mate, o dinheiro foi utilizado na compra de mudas de erva e, mais recentemente, na aquisição de um secador de erva e construção do galpão onde este será instalado. Contudo, os investimentos não geraram os resultados projetados, uma vez que o trabalho em grupo não foi realizado na quantidade e na frequência necessárias para a manutenção da erva-mate nas áreas coletivas.

Existem algumas explicações para esta situação. A comunidade, e conseqüente-

mente a associação, é formada por dois troncos familiares que funcionam como grupos antagônicos que trocam cônjuges entre si e também se aliam e formam a Comunidade Cafuza, mas não se subordinam um ao outro politicamente, pois cada um deles conta com um estilo próprio de vida e de trabalho, além de uma dinâmica interna para tomada de decisões que tem as pessoas mais velhas como congregadoras/catalizadoras. Um outro aspecto que complica esta relação entre os associados é o fato de que são todos parentes e compadres e, portanto, têm, entre si, relações de obediência, respeito, fidelidade, cortesia, desafetos, entre outras, que entram em choque com a impessoalidade requerida pela lógica da associação, a qual pressupõe que todos os associados estejam em posição de igualdade.

Assim, como a posição de cacique é ocupada por um membro de um dos lados, o outro sente-se em desvantagem e as pessoas afirmam que o cacique "do outro lado" usa sua posição para favorecer o seu grupo, acobertando ou não punindo atitudes consideradas prejudiciais ao coletivo. Outra questão bastante relevante é a percepção, por um dos lados, de que obtém resultados diferentes com o trabalho na erva e que o trabalho conjunto os desfavorece. A realidade é infinitamente complexa e estas considerações aqui traçadas são apenas as linhas gerais das dificuldades apontadas por eles.

A situação concreta que percebo é que o projeto coletivo não conseguiu unificar o trabalho de ambos os troncos familiares e nenhum dos grupos se identifica com o projeto. Semelhança ao que acontece em outras comunidades e assentamentos, a produção coletiva é identificada com a idéia de patrão e como a causa das desavenças entre as famílias.

Mais recentemente, as relações entre os Cafuzos no tocante ao trabalho e ao funcionamento da associação parecem ter atingido níveis ainda mais críticos, pois já há muitos meses não são feitas assembleias e o conselho fiscal está inativo. O trabalho de manutenção das plantações de erva também parou e uma parcela do empréstimo PROCERA que seria necessária para terminar a construção do secador de erva-mate não foi acessada por causa de uma

decisão pessoal e arbitrária do cacique e agora já não está mais disponível para o grupo. Além disso, percebe-se uma grande animosidade entre os grupos familiares. O cacique atual pertence ao grupo familiar que está numericamente maior, o que inviabiliza a eleição de alguém do lado que está minoritário.

Quando conversamos sobre este assunto, este grupo mostrou que, mesmo se retomassem a liderança, acham que as relações entre eles não melhorariam e nem que o projeto voltaria a caminhar. Diante desta impossibilidade, manifestam bastante desânimo e aventam a possibilidade de criar outra associação.

O grupo que está no poder atribui as dificuldades às supostas "confusões" causadas pelos outros, especialmente depois que quase todos se converteram à igreja Assembléia de Deus. E estes, por sua vez, freqüentemente também atribuem os conflitos ao que eles percebem como intolerância à sua nova religião. É bastante evidente que a diferença de filiação religiosa é apenas um dos aspectos deste antagonismo, todavia, é o mais recente e parece ser o mais fácil de nomear publicamente.

Na reflexão contida em minha dissertação, entendia que a associação e o projeto coletivo entravam em choque com a tradição camponesa. Tradição esta caracterizada por ter a família como unidade que administra o seu próprio trabalho com autonomia, mas que estabelece relações de reciprocidade com outras famílias e entre elas circulam serviços e bens, materiais e simbólicos. Esta trama de relações, com seus conflitos e regras de respeito, transparece na Associação Comunitária de diversas formas, especialmente nos silêncios que aparentemente significavam concordância mas que ocultavam opiniões divergentes que, se expressas, poderiam ofender, ou "agravar" o outro como eles dizem. Também as dificuldades de expressar-se oralmente em público sobre assuntos que conheciam pouco causavam constrangimento a alguns Cafuzos, que chegavam a se desculpar por "não saber falar direito" (muitas assembleias foram feitas na presença de assessores e agentes estatais).

Eu considerei que para poderem se relacionar entre si com mais abertura e li-

berdade no âmbito da associação, as pessoas deveriam passar por uma transformação e um aprendizado que permitissem subverter uma lógica de hierarquia-submissão que caracterizava os relacionamentos dos Cafuzos (e também o nosso!) dentro da família, na comunidade como um todo e na relação desta com a população regional "branca".

Diante dos últimos acontecimentos na área Cafuza, que resumidamente relatei acima, meu primeiro impulso foi pensar em incompatibilidade entre o grupo e o funcionamento de uma associação, para depois lembrar que este não era um histórico incomum para associações em geral, muito freqüentemente caracterizadas por disputas de poder. Poder este que é sempre o poder de influenciar outras pessoas e o acesso aos recursos materiais (Adams, 1977), e quanto mais entra em questão a administração de recursos que não são aqueles tradicionalmente geridos pelas famílias camponesas, mais se torna acirrada a disputa pelos cargos de liderança.

Hoje, no entanto, percebo que há algo na própria estrutura organizacional da associação que contribui para agravar estas dificuldades.

O modelo democrático estatal

Verifica-se uma transposição para a Associação de uma estrutura de funcionamento característica das instituições democráticas, que têm a estrutura do Estado democrático como referência máxima. Grande parte das discussões teóricas sobre representação política se atém ao âmbito do Estado liberal-burguês (onde a democracia surgiu como fruto da luta de classes entre a burguesia e a monarquia, como afirma Lefort, 1987) e confrontam a prática da representação à da não representação, isto é, o Estado democrático ao Estado totalitário, ocorrendo uma polarização da questão, conforme indica Lamounier (1985). Este autor insiste que a questão a ser discutida são as diferentes formas de representação e não a presença ou ausência da mesma. Já Rouquié (1985) enfoca a discussão polarizada em outro extremo, entre os defensores da autogestão (democracia direta), que "questionam o caráter

democrático do regime representativo” e aqueles que enfatizam que há no sufrágio universal um potencial de transformação da sociedade burguesa.

Estas discussões sobre a justiça, a pertinência e a viabilidade de um ou outro modelo de democracia têm como referência sempre sociedades, e não comunidades. Assim, penso que a motivação para a implantação da democracia representativa em grupos tão reduzidos como os Cafuzos (30 famílias) talvez seja a simples reprodução no micro do modelo que se tem como ideal para o macro, utilizando-se os mesmos rituais.

O trabalho de Renato Raul Boschi (1987) é elucidativo a este respeito, pois discute a tensão entre a organização institucional e a ação coletiva ao analisar os novos movimentos sociais surgidos no Brasil a partir da década de 1980. Aponta que, mesmo que a motivação para a ação coletiva seja a contestação contra a opressão e a exclusão dos segmentos marginalizados das instituições políticas (e não é nenhuma novidade que mesmo um Estado

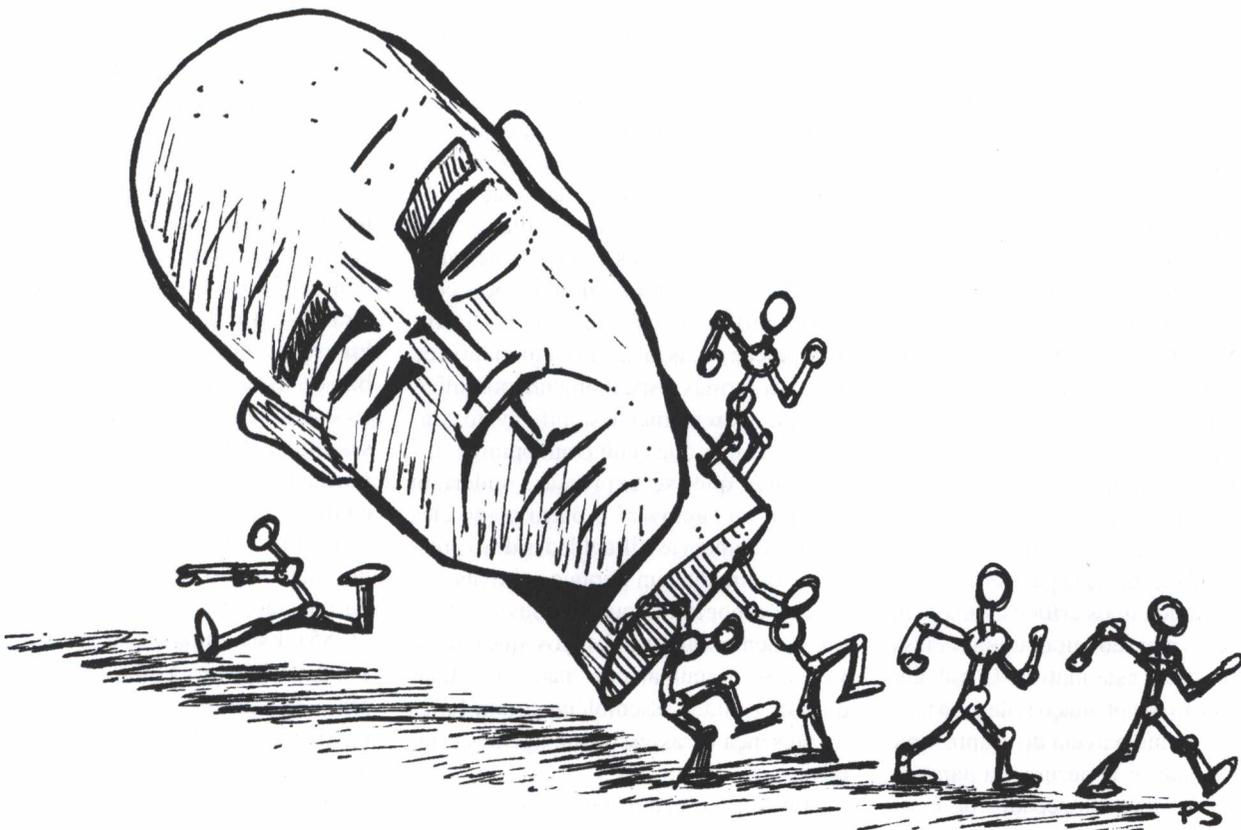
democrático implica em exclusão), a própria ação coletiva não está isenta de tendências opressivas pois reproduz “elementos do ambiente institucional ao seu redor”, a tendência à hierarquização e à estratificação. Mais ainda, Boschi percebe que quase a totalidade dos movimentos sociais no Brasil “tendem a ser de natureza excessivamente reivindicatória” e, por isso, “caracterizados por um padrão de negociação com o Estado, vale dizer, são um fenômeno enquadrado institucionalmente” (pp.31-35).

O caso da Associação Comunitária Cafuzo é típico neste sentido. A motivação para sua formação foi a reivindicação por uma terra própria junto ao Estado. A titulação da terra conquistada depende da sua existência e a grande motivação para reuniões parece que estava na alocação de recursos financeiros provenientes de fontes estatais, utilizados na implantação do projeto de produção de erva-mate. Quando cessou a entrada de recursos também parece ter cessado a motivação que os fazia relevar as dificuldades para a realiza-

ção das assembleias de associados.

Comunidade X Sociedade

O funcionamento de uma associação era estranho à prática do grupo Cafuzo, que tinha apenas a organização política informal que refletia os troncos familiares, cada um contando com a presença dos “mais velhos”, que exerciam o papel de aglutinadores, conselheiros e conciliadores, da qual participavam todas as famílias igualmente. Sem mecanismos de votação, as decisões eram resultado de conversas que tinham os mais velhos como mediadores e como fonte de autoridade. As questões que demandavam decisões conjuntas deveriam ser poucas e provavelmente não diziam respeito à administração conjunta de recursos materiais que não fossem a própria terra, uma vez que o trabalho era realizado de acordo com as regras tradicionais de reciprocidade e de solidariedade entre as famílias. Esta forma baseada nos costumes é chamada comunitária. O “cargo” de cacique dos Cafuzos foi criado por



um administrador do posto indígena na década de 1960, e funcionava muito mais como um preposto na hora de solicitar o trabalho cafunzo para o posto do que como uma liderança tradicional do grupo.

Na nova situação, a qual denomino societária (Tönnies, apud Miranda, 1995), penso que um aspecto fundamental seja o de que as funções dos líderes giram especialmente em torno da administração do trabalho no projeto coletivo e de recursos comunitários, ambos antes inexistentes. São recursos comunitários: um galpão construído pelo INCRA, veículos e equipamentos (já tiveram um pequeno trator e uma caminhonete e ambas quebraram por uso excessivo no transporte de pessoas para o centro da cidade, quando seu objetivo principal era o uso no trabalho no projeto coletivo da erva-mate), além de recursos financeiros obtidos através de financiamentos. Assim, a instituição do cacicado é mantida mas suas características foram profundamente alteradas. Pode-se dizer, lembrando Adams Richard (1977), que o novo cacicado detém muito mais poder do que na forma anterior, porque existem mais recursos em jogo.

As regras na teoria e na prática

As regras de democracia representativa na Comunidade Cafuzo, expressas no estatuto da associação comunitária, prevêm a existência de dois conselhos, o político e o fiscal, com quatro pessoas cada. No primeiro estão o cacique, o vice-cacique, o secretário e o tesoureiro, com mandato de dois anos. O segundo tem mandato por tempo indeterminado, estando prevista a possibilidade de renúncia ou destituição para todos os cargos a qualquer momento. Uma outra regra importante é a de que "as decisões da Assembléia Geral Comunitária são aprovadas por maioria absoluta".

Na teoria existe a idéia de que todos os associados têm igual responsabilidade pelo planejamento e pela execução das atividades, uma vez que todos, líderes e liderados, teriam o mesmo interesse no sucesso das empreitadas. No entanto, a existência destes papéis favorece muito que as pessoas assumam posturas defensivas e

acusatórias, o que foi percebido por Maria Conceição D'Incao e Gerard Roy (1995), que relatam sua tentativa de, no diálogo com cada família assentada, fazê-las perceber sua cumplicidade com os problemas pelos quais passavam na Cooperativa.

O que talvez passe despercebido é que neste contexto de maior poder a forma organizacional representativa e hierarquizada é um campo fértil para que se reproduzam todas as relações políticas tradicionalmente vividas pelas pessoas num âmbito macro, pois são estas as representações predominantes que elas têm sobre política. Refiro-me à manipulação das reuniões através da definição prévia das pautas e do poder que o líder e condutor da reunião tem de conferir importância diferenciada às manifestações da assembléia; à prática de costurar acordos para garantir que prevaleçam determinadas propostas, já que é a vontade da maioria e não o consenso que define as decisões; à não convocação de reuniões, o que torna todo o grupo refém, e até mesmo à apropriação indevida de recursos coletivos. Por outro lado, os liderados apresentam a tendência a se retirar da arena política ao invés de confrontarem a autoridade instituída, ao mesmo tempo que este arranjo organizacional também permite que as pessoas se omitam usando alegações de que as iniciativas (de trabalho, de controle e de propostas) devem partir dos líderes.

Um dos principais critérios que têm norteado a ocupação dos cargos de liderança máxima (cacique e vice-cacique) é a desenvoltura no relacionamento com o exterior da comunidade, mais especificamente com a esfera estatal. A existência de tais cargos promove a centralização, a personalização e a disputa pelo poder, tornando a prática política dependente da obtenção da maioria dos votos, para o que nem sempre é privilegiada a qualidade da argumentação, mas sim a formação de alianças, conchavos e práticas clientelistas. Esta estrutura também transfere para estes líderes privilégios e responsabilidades que favorecem a centralização das decisões e a desobrigação dos outros, os liderados, que passam a criticar os líderes pela má condução da organização, a reclamar que suas opiniões nunca são consideradas e que

os líderes acabam fazendo tudo conforme querem. Os líderes, por sua vez, reclamam que não existe uma participação satisfatória dos associados nem durante as assembleias, nem no cumprimento das decisões ali tomadas.

Penso que esta tendência a reproduzir comportamentos autoritários/submissivos já está dada na cultura marcada pela hierarquia e no *ethos* de classe subordinada. Em pesquisa anterior na Comunidade Cafuzo, eu já havia identificado uma situação de "aderência ao opressor"; tal como descrita pelo pedagogo Paulo Freire:

"A estrutura de seu pensar (dos oprimidos) se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se 'formam'. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade." (1994:32). E continua dizendo que isto decorre de "...um certo momento de sua experiência existencial, [no qual] os oprimidos assumem uma postura que chamamos de 'aderência' ao opressor. Nestas circunstâncias, não chegam a 'admirá-lo', o que os levaria a objetivá-lo, a descobri-lo fora de si." (idem, *ibid.*) Ele aponta para a necessidade dos oprimidos reconhecerem o opressor em seu próprio comportamento para libertarem-se.

A relação de discriminação e submissão dos Cafuzos com a população do seu entorno me levou a perceber que esta submissão também era vivida no interior das famílias, entre esposos e filhos. Os filhos mais velhos oprimem os mais novos, as mulheres se submetem aos homens, num efeito dominó. Assim, pareceu-me que a mudança nestas relações familiares era imprescindível para que a participação das pessoas na associação também pudesse ser mais plena, mais ativa, democrática no sentido radical do termo. Numa perspectiva bastante otimista, esperava que a necessidade de organização para produzir coletivamente na terra fosse motivação suficiente para que a associação funcionasse a contento.

Continuo vendo sentido nesta idéia, mas hoje estou convencida que a própria estrutura da associação não apenas faz per-

petuar esta hierarquização como também introduz uma nova hierarquia entre as famílias que compõem a comunidade. A hierarquia tradicional entre as famílias camponesas está dada na relação com "os mais velhos" e a nova hierarquia se estabelece em relação aos mais votados.

Bem, se concordamos que estas estruturas organizacionais podem ser questionadas, podemos pensar em algumas regras e procedimentos definidos por oposição à situação vigente. Sei bem das dificuldades para viver relações mais igualitárias numa sociedade toda pautada por relações hierarquizadas. Contudo, o caso paradigmático da Comunidade Cafuza mostra a necessidade de pensar alternativas para a forma como são organizadas as associações de camponeses.

A legislação não obriga que em uma associação existam cargos de direção definidos e ocupados individualmente, assim, é possível que, num extremo, todo o coletivo componha o conselho administrativo e, em função de questões específicas e na medida da necessidade, decida quais pessoas as desempenharão. É importante, nestes casos, existir o claro propósito da rotatividade e da colaboração entre as pessoas para assumir várias funções, de modo que dificuldades pessoais possam ser superadas. Esta prática possibilitaria a mais pessoas ter oportunidade de aprender e exercitar habilidades e responsabilidades, de modo que o *saber* que confere às pessoas o *poder* possa ser equilibrado, evitando as posturas de autoritarismo/submissão acima mencionadas. Havendo necessidade de definir papéis administrativos fixos, estes poderiam ser ocupados por grupos de pessoas, em conselhos, e não por indivíduos.

Sabemos que muitas vezes existem grupos de afinidade diversos em uma comunidade, segundo critérios de parentesco, filiação religiosa, vizinhança, opções políticas, e outros. Parece-me sensato que estas afinidades devam ser respeitadas e que não se queira subordinar um grupo à liderança de outro, o que leva a um acirramento de diferenças. Comunidades não são unidades que permanecem incondicionalmente unidas e a racionalidade econômica, que vislumbra uma grande união para fazer frente ao mercado, nem sempre sus-

tenta estas associações. O caso da Comunidade Cafuza me sugere que assumir as divergências ao invés de sufocá-las e organizar o trabalho em torno de grupos de afinidade poderia, e pode ainda, ser mais racional. Esta divisão era um desejo quase consensual no grupo há algum tempo atrás, mas contrariava assessores e agentes estatais.

As votações são um mecanismo fundamental do funcionamento de associações, (não só para preenchimento de cargos mas para tomada de decisões) e se fizermos um exercício de memória veremos que normalmente no momento em que se chega a um impasse na discussão alguém propõe que se vote, normalmente abreviando a discussão e a apresentação de argumentos. A experiência também nos mostra que a submissão da minoria à maioria nem sempre é satisfatória, levando à falta de cumprimento das deliberações, à falta de identificação desta minoria com a associação, à inatividade e mesmo à dissolução do grupo. Por isso, a demora das discussões e o aprofundamento da argumentação até que se consiga conciliar interesses diversos, por mais que sejam também difíceis, parecem ser alternativas à situação atual.

Os conflitos são inevitáveis no convívio humano, mas creio que seja também desejável que se pense e se tente formas alternativas de organização, de forma a evitar a concentração e a manipulação do poder, porque é dessa vivência de relações mais igualitárias no âmbito das pequenas organizações que brota a esperança de que estas experiências possam se ampliar para a sociedade como um todo.

**Alessandra Schmitt é Doutoranda em Antropologia Social/USP.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Richard
(1977) "Power in Human Societies: A Synthesis". In: FOGELSON, Raymond e ADAMS, Richard, *The Anthropology of Power*. New York: Academic Press.
- BLOEMER, Neusa Maria
(2000) *Brava Gente Brasileira - Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis, Cidade Futura.
- BOSCHI, Renato Raul
(1987) *A Arte da Associação: Política de*
- Base e Democracia no Brasil*. São Paulo, Vértice & Rio de Janeiro, IUPERJ.
- CÂNDIDO, Antônio
(1987) *Os Parceiros do Rio Bonito*. 7ª ed., São Paulo, Livraria Duas Cidades Ltda.
- DALLARI, Dalmo de Abreu
(1997) "Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas". In: ANDRADE, Lúcia M. (org.), São Paulo, Edição Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- D'INCAO, Maria Conceição
(1991) "A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária". In: *Lua Nova*, n.23, São Paulo, Marco Zero, março.
- D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard
(1995) *Nós Cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo, Paz e Terra.
- ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde S. de; FRANCO, Mariana P. e LEITE, Sérgio
(1992) "Assentamentos Rurais: Um Convite ao Debate". In: *Reforma Agrária*. Vol.22, n.3, Set-Dez, pp. 4-14.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta
(1994) "Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas". In MEDEIROS, Leonilde Sévolo et al. *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Unesp.
- FREIRE, Paulo
(1994) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 32.
- LAMOUNIER, Bolívar
(1985) "Apontamentos sobre a questão democrática brasileira". In: ROUQUIÉ, A., et al. *Como Nascem as Democracias*. São Paulo, Brasiliense.
- LEFORT, Claude
(1987) *A Invenção Democrática: Os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense.
- MARTINS, Pedro
(2001) *Comunidade Cafuza de José Boiteux/SC: História e Antropologia da Apropriação da Terra*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. FFLCH/USP.
- MIRANDA, Orlando de (org.)
(1995) *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo, Edusp.
- SCHMITT, Alessandra
(1998) *Uma irmandade em redefinição: conflito entre modo de vida camponês e organização coletiva do trabalho. Um estudo sobre os Cafuzos de José Boiteux, SC*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/USP, São Paulo.
- ROUQUIÉ, Alain
(1985) "O mistério democrático: das condições da democracia às democracias sem condições". In: ROUQUIÉ, A. et al. (org.) *Como nascem as democracias*. São Paulo, Brasiliense.
- WELTER, Tânia
(1999) *Revisitando a Comunidade Cafuza a Partir da Problemática de Gênero*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social / UFSC.

MIGRAÇÕES E RETORNOS

BREVE HISTÓRIA DAS VIAGENS, LUTAS, VITÓRIAS E SOFRIMENTOS DE CAMPONESES DO NORDESTE MINEIRO

*Eduardo Magalhães Ribeiro **

Estradas

No correr do século XX as migrações de camponeses brasileiros seguiram dois destinos principais: as terras livres e férteis das fronteiras agrícolas ou as grandes cidades do Sudeste, onde as ofertas de trabalho foram crescentes até meados da década de 1970. Vários autores analisaram estas trajetórias e descreveram a ocupação e o fechamento das fronteiras agrícolas do Sudeste, a urbanização, as dificuldades e sofrimentos para incorporar à cidade uma população originariamente rural, agricultora e móvel¹.

Uma parte destes camponeses - parte importante, é bom esclarecer - era originária de Minas Gerais. Os mineiros viajaram rumo às fronteiras do Sudeste, Centro-Oeste ou Norte, em direção às cidades grandes do Sudeste, quase sempre abandonando uma terra esgotada, buscando a fertilidade e abundância de alimentos produzida pela terra nova das fronteiras, ou procurando emprego e dinheiro nas cidades que então se industrializavam.

Dentre as regiões de origem de migrantes mineiros destaca-se o Nordeste de Minas - Jequitinhonha e Mucuri -, cujas intensas migrações costumam ser associadas principalmente à pobreza local ou à capitalização agrícola dos anos 1970/80. Lavradores desta parte de Minas foram às fronteiras agrícolas da Bahia, Paraná, Espírito Santo e Goiás em busca de terra e participaram de quase todas as frentes de trabalho rural do Sudeste no século XX: São Paulo (1890/1960), sul de Goiás (1950/1970), Mato Grosso (1950/1970), Paraná (1950/1960). Depois, enfrentaram os empregos urbanos na construção civil de São Paulo (1970). Finalmente, na conjuntura adversa ao emprego dos anos 1980 recorreram ao corte de cana ou a serviços

urbanos residuais e temporários nas cidades grandes. Muitos foram e ficaram, outros iam e retornavam: isto dependeu do local de origem, família, relação com a terra e existência de fronteiras agrícolas, terra livre e oportunidades. Desde começos do século XX viagens, estradas e escolhas fizeram parte da vida destes lavradores.

É importante, neste processo, compreender três aspectos. Primeiro, saber que os migrantes pertenciam a categorias diferentes: sitiante ou seus filhos, que exploravam terra própria e que, quando migravam, sempre poderiam contar com um certo apoio dos membros da família que permaneciam em seus *terrenos*; ou então eram agregados, lavradores que moravam nas fazendas e exploravam, por cessão, áreas de terras pelas quais não pagavam direitos. Segundo, é preciso entender que os destinos destes migrantes não eram individuais: eles os construíram em família e comunidade, escolhendo migrar para onde havia possibilidade de apoio de um amigo, parente ou conhecido que já se estabelecera antes. Terceiro, perceber que os destinos não eram necessariamente excludentes: lavradores poderiam tentar a sorte na fronteira agrícola durante certo tempo e daí retornar à comunidade de origem, para então experimentar a vida nas grandes cidades e, às vezes, dependendo dos resultados, retornar à comunidade ou à fronteira. Dadas as muitas possibilidades de combinações entre categorias, coletividades e destinos, as famílias camponesas da região ficaram pulverizadas. Entre grandes ou médias cidades do Sudeste e antigas ou novas fronteiras espalharam-se por lugares que parecem muito distintos os filhos e irmãs, pais e cunhados, sogras e genros. Mas, se compreendida a lógica migratória da comunidade de origem, se entende perfeitamente as razões daque-

le migrante².

Assim, as migrações para centros urbanos - que teve São Paulo como destino principal - foram alternativas ou prolongamentos das viagens para fronteiras agrícolas, sendo que nos dois destinos os migrantes encontrariam apoios. Foram viagens contemporâneas, e embora possam ser - e geralmente sejam -, consideradas migrações de tipo diverso por serem muito diferentes as questões enfrentadas, suas motivações fundamentais continuaram a ser as mesmas. Apesar das diferenças nas ferramentas, relações, costumes e usos do espaço, os personagens e suas razões não foram tão profundamente diferentes. Muitas vezes um só sujeito enfrentou trajetórias diferentes, de modo que entre fronteira agrícola e emprego urbano existe mais proximidade que imaginamos; há um seguimento que se percebe na lógica da reprodução camponesa. Sempre há um lavrador em busca de oportunidades e, geralmente, um lavrador que tem por meta conseguir a sua terra. Portanto, compreender cidade, fronteira, terra e luta por terra como sequências ou unidades é, quase sempre, mais proveitoso que analisá-las como descontinuidades. E é aí, então, que realmente entramos no assunto deste artigo.

O objetivo deste artigo é analisar ligeiramente a história de lavradores que viveram experiências de trabalho urbano, rural, fronteira agrícola, exclusão urbana e assentamento. O artigo combina duas fontes de informações. Uma vem da literatura demográfica e histórica; traça o pano de fundo dos deslocamentos dos migrantes e sua lógica. Outra, resulta de pesquisas de campo realizadas em áreas urbanas da Grande Belo Horizonte e áreas rurais do Nordeste mineiro, e busca interpretar as vivências de lavradores. Embora a experiência concreta aqui discutida diga respei-

to aos assentados do Nordeste mineiro - e a eles e às lições que nos proporcionaram agradecemos aqui - a reflexão procura focar a circularidade entre cidade e campo nas trajetórias de lavradores e a proximidade continuada entre experiência urbana e luta por terra.

Fronteiras urbanas

Dos anos 1970 em diante as migrações do Nordeste de Minas Gerais ganharam uma dimensão que nunca haviam alcançado e que depois jamais tornariam a ter. De um lado, as terras esgotavam-se e a fazenda expulsava seus moradores. De outro, cresciam as vantagens do emprego nas grandes cidades - principalmente São Paulo - comparadas ao trabalho rural e à fronteira agrícola: era trabalho seguro, remunerava muito melhor, exigia menos e dava acesso a bens de consumo que nem fazendeiros da região possuíam. Além das enormes diferenças entre salários urbanos e rurais, a cidade representava liberdade e mobilidade no trabalho (Bosco e Jordão Netto, 1967).

Nesse tempo - afirmam migrantes entrevistados - lavradores endividavam-se, comerciantes emprestavam a juros ou custeavam a viagem de ida na "meia", cobrando metade dos "lucros" que o trabalhador traria. A construção civil de São Paulo, principalmente, contratava trabalhadores que não possuíam qualquer experiência de trabalho urbano, capacitação ou registros anteriores em carteira de trabalho. Os salários rurais mineiros não serviam de base para comparação com os holerites paulistas: os diferenciais eram enormes e no Nordeste de Minas um vaqueiro experiente, de muita capacidade e serviço prestado, recebia meio salário mínimo mensal³.

Agenor Batista, lavrador que 20 anos depois viria a estar assentado na Fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro/MG, conta que nascera e trabalhava no sítio familiar, até que,

"Um belo tempo, fiz as contas, e vi que ia sobrar coisinha de nada para mim."

Percebeu que ficaria sem terras, e seu destino seria um servicinho raro, pesado e barato de diarista em fazendas: escolheu São Paulo. Sua história é semelhante à dos outros que fizeram a mesma viagem: Isaías, Olímpio, João Machado, José Praxedes, Jovelino, Joãozinho, Osvaldino, tantos outros. Com abreugrafia e *registro* faziam

a carteira, com a carteira conseguiam o emprego, no esforço do trabalho qualificavam-se: de servente a pedreiro, de pedreiro a encarregado, daí a mestre. No trabalho, aprendiam, e em São Paulo, acuados na barbárie da cidade e premidos pela necessidade de economizar, refaziam sua comunidade de origem agrupando conterrâneos numa mesma companhia, numa mesma turma, no mesmo quarto e cozinha: construía uma comunidade de destino.

Os migrantes relatam que a construção civil nesse período instalou sistemas de organização de trabalho que decompunham o trabalho em subempreitadas, e o trabalhador quase sempre recebia por tarefa, uma vez que era difícil adestrá-lo por outro meio. A jornada de trabalho era muito extensa, constantemente *dobrada*, o trabalho na construção civil muitas vezes sazonal e a insatisfação com as condições de trabalho associada à oferta grande de empregos certamente explicam a elevada rotatividade. Carteiras de trabalho de lavradores que migraram nos anos 1970 apontam uma ou duas contratações por ano; uma saída sempre em maio - festas juninas - e um retorno no segundo semestre do ano. As companhias utilizaram o recurso de formar chefes originários da mesma base dos trabalhadores: os encarregados, mestres de obras e cabos de turma - como os "gatos", responsáveis pela condução de migrantes sazonais - eram recrutados entre pessoas das comunidades e famílias, ligados por laços de conhecimento e parentesco.

Um resultado desta migração foi a qualificação em ofícios e espaços urbanos de boa parte dessa força de trabalho originariamente rural, que era empregada sem outro preparo que a lida no campo, e que frequentara no máximo a escola de roça. As pesquisas com migrantes dos anos 1960 e 1970 mostravam baixas taxas de alfabetização, mínima escolaridade formal. Os depoimentos de migrantes dessa época confirmam isso: havia demanda de escreventes de cartas e eles lembram-se com orgulho de entender as plantas técnicas, embora não soubessem ler.

Tornaram-se, enfim, operadores competentes de equipamentos de certa sofisticação, mas não consideram que aquele tenha sido um aprendizado difícil. Jovelino

descreve isto:

"Toda ferramenta é igual. Difícil é entender regra de roça."

Assim, estes migrantes não guardam a memória do aprendizado urbano, mas guardam muito concretamente a lembrança do aprendizado agrícola; do urbano lembram muito mais o esforço físico, a jornada extensa e, naturalmente, o pagamento em dinheiro.

A experiência de São Paulo marcou o conhecimento do mundo daqueles que retornaram, para quem as experiências de trabalho e vida passaram a ser mediadas por referências maiores que a vizinhança. Os camponeses souberam aproveitar estas oportunidades: do mesmo modo que fazendas e empresas construía nesta época sua noção de eficiência, referiram seus negócios a preços sinalizados por um mercado nacional, assim também trabalhadores mediam-se por essa sinalização e investiram boa parte, ou talvez a maior parte, dos seus esforços coletivos para construir na primeira metade dos anos 1980 suas organizações também nacionais.

Retorno

Desde a segunda metade dos anos 1970 o emprego foi se retraindo na construção civil em São Paulo e nas grandes obras dos tempos da ditadura. Os salários no setor urbano caíram, no Nordeste de Minas subiram um pouco, a migração tornou-se uma opção cada vez mais difícil e o retorno, muitas vezes, quase uma contingência. Desde então as migrações rurais foram orientadas para cidades mais próximas, de mercados de trabalho mais difíceis, como Belo Horizonte, Betim, Ipatinga; cidades médias como Teófilo Otoni, Governador Valadares; ou para as distâncias das novas fronteiras: Pará, Rondônia.

Nessa época, quando se acabavam as antigas relações de agregação e a fertilidade da terra nas fazendas e sítios e, ao mesmo tempo, surgia a crise dos anos 1980 e a abertura política, nasceu a organização sindical dos trabalhadores rurais e renasceu a luta pela terra. As duas surgiram animadas pela Igreja Católica, que realizou paciente trabalho de formação e educação política desde o começo dos anos 1970 nas Dioceses de Teófilo Otoni e Araçuaí. A Igreja apoiava seu trabalho de sensibilização nos dilemas do migrante: a

terra que expulsa, a cidade que não acolhe, o emprego que não existe⁴.

Por essa época o mercado de trabalho urbano não atraía muitos sitiante ou agregados. Os últimos agregados das fazendas trocavam uma situação difícil na fazenda por um futuro muito turvo na cidade. Mas a fazenda queria a terra, e quando tornou-se mais ativo o mercado fundiário, compradores exigiam que as terras fossem entregues *limpas*, quer dizer, sem agregados.

No Mucuri, em Poté, havia sido fundado em 1962 o primeiro sindicato de trabalhadores rurais de Minas Gerais⁵. Ele nasceu com lavradores e Igreja Católica: o padre - segundo os militantes históricos Serafim Cardoso, Aduato e Joaquim de Poté - gostava de "assuntos sociais" e tinha medo da influência do Partido Comunista no meio rural. Logo depois de criado o sindicato veio o golpe militar, a perseguição política, a prisão dos diretores: o "pegapracapá" como define Serafim. A Carta Sindical precisou ser escondida embaixo de uma pilha de tijolos, e pouco mais restou aos seus diretores e sindicalizados que um encontro duas vezes por mês na Capela de São Miguel, para celebrar juntos e em silêncio a fé e a luta.

A proposta de uma Igreja voltada para os pobres prosperou nos anos 1960 e emergiu, enfim, nos 1970, pois no Nordeste mineiro existiram dois estímulos. Um era o fabuloso êxodo que acontecia e aconteceria na região e a falta de opções de ocupação para a população rural a partir de meados dos anos 1970. Outro, foi a recomendação do bispo para tratar com zelo o campo, pois temia o avanço dos pentecostais e acreditava que as comunidades eclesiais de base seriam a melhor maneira de enfrentá-los. Nesse cenário a Igreja aliou-se aos pobres da roça e deu origem ao que, depois, veio a ser história.

Nenhum dos compromissos religiosos ou políticos, métodos ou instrumentos estava elaborado quando a Pastoral Rural nascia, movimentando os remanescentes do velho sindicato de Poté. De acordo com as lembranças dos que viveram este momento tudo foi-se inventando, porque das antigas lutas dos anos 1960, que construíram os sindicatos de Governador Valadares e Poté, pouco restou além de lembrança e medo. Não foi possível herdar métodos, pois o que se fizera às claras nos anos 1960,

não era possível ser feito nem entre quatro paredes nos começos dos anos 1970; e o que fora tentado pelas vanguardas nos anos finais dos 1960 perdera completamente o sentido numa época que nenhuma atitude ousaria ser individual. Poderiam ser ações de comunidades, trabalho de Igreja, momentos de evangelização: somente atitudes de sujeitos coletivos.

Jerônimo Nunes - padre português da Sociedade Missionária da Boa Nova, que jamais tivera presença no Brasil, mas que decidira, empolgada por Medellín, pelas guerras da descolonização africana e por demandas da Diocese, aventurar-se pelo Brasil - conta que as coisas foram inventadas, *aos poucos*. Buscavam métodos em todo o Brasil, repartiam as angústias da caminhada com outros grupos pastorais, e combinando teimosia e fé estruturaram a Pastoral Rural - origem da Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Sem Terra na região - que animou a luta por terra dos sitiante, agregados e migrantes, que retornavam ou que jamais partiram.

Desse encontro entre fé e política nasceu - muito mais que renasceu - o moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais mineiros e a luta pela terra. Nela, confundia-se a experiência de lavradores migrantes, que passaram de sitiante ou agregados a empregados, de empregados a excluídos, e de excluídos a retornados. O sindicato, mais que uma garantia - como fora para trabalhadores urbanos em São Paulo -, era uma esperança. O campo do trabalho sindical nesse tempo confundia-se com o religioso e o político pois a ditadura só deixava o estrito espaço para que essas ações acontecessem juntas.

O sindicalismo de trabalhadores rurais começou enfrentando dificuldades porque existiam poucos bons exemplos de ações sindicais, e além do mais havia a força do domínio fazendeiro. Por isso o sindicato era mais acolhido entre sitiante, e em quase todos os municípios foram estes - que não deviam submissão a donos de terras e pouco tinham a perder - que abraçaram as propostas sindicais e levaram à frente seu projeto de luta pelos, então, imprecisos direitos. E a descoberta do sindicalismo não foi apenas o direito trabalhista: foi, talvez principalmente, o direito à terra, pois sob muitas das antigas relações de agregação existira a tomada de posses e a incor-

poração de posseiros a terras que a fazenda incorporava. Isso ficou em silêncio enquanto durou a agregação, mas emergiu com força ao final, pois a agregação era baseada em reciprocidades e dons, e expulsar agregado ou "impor condição" rompia a mutualidade que a sustentava.

Assim, muitos dos últimos agregados tornaram-se posseiros e, juntando-se aos migrantes que retornavam e sitiante que não tinham mais lugar na terra dos pais, foram todos às lutas. O direito do posseiro validou muitas ações dos sindicatos e forneceu ao tema do 'desagregado' um inusitado apelo à luta por terra que, com alguma astúcia, cabia nos estreitos direitos que lavradores possuíam, nas brechas que o poder permitia à legislação. Enfrentando pressões e conflitos, sindicatos e Igreja sustentaram este como seu mais caloroso combate, e foi dele que surgiu a conquista da terra, que fortaleceu enfim o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Este estreou em Minas Gerais com a ocupação da fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro, nessa parceria de noviços de tomada de terra, veteranos em lutas por direitos de agregados: os sindicatos e a Igreja Católica, reunindo sitiante e agregados, migrantes e recém-expulsos da terra. Depois foram outras terras: Santa Rosa, Saudade, Lajinha, Craúno e Jardineira, Campo Novo; tantas outras.

Novas estradas

Quase 30 anos depois das grandes migrações, passados 20 anos do retorno de muitos dos camponeses que foram a São Paulo, e já mais de 10 anos após a primeira conquista da terra pelas organizações dos lavradores do Nordeste mineiro, visitar seus assentamentos é uma experiência muito rica. Colhendo mantimentos de suas próprias lavouras, vivendo em boas casas de alvenaria, exibindo uma conscienciosa cidadã dos seus direitos, as conversas dos assentados são marcadas fortemente pela história que viveram, pela luta passada e presente, e - sempre, invariavelmente - pela experiência migratória ou pelas suas marcas, que se confundem e exibem por todas as partes. Mesmo naqueles que não viajaram.

A migração aparece, inicialmente, na história da família, principalmente na distribuição da família mais extensa. Todos os lavradores têm família, como dizem, *no*

trecho; quase sempre irmãos. Formam redes de parentesco que cobrem quase todo o Brasil, espalhados por conta das já remotas migrações para as fronteiras agrícolas - Sul da Bahia, Rondônia, Maranhão e Pará - ou das migrações para as cidades grandes que marcaram os anos 1970, ou, ainda, daquelas últimas e geralmente pouco afortunadas tentativas de empregar-se nas médias cidades deste mesmo Nordeste, nos anos 1980 e 1990. Como não poderia deixar de ser, irmãos que migraram em contextos históricos variados - fronteira aberta, expansão do emprego ou crise econômica - encontraram posições ocupacionais muito diferentes, dadas as oportunidades, empregos, salários e oferta de capacitação. Muitos dos que permaneceram na fronteira agrícola tornaram-se proprietários, e aqueles que foram pioneiros na migração para as cidades grandes conseguiram bons e estáveis empregos, às vezes no setor público ou grande empresa. Mas, os que migraram por último, já na piora do emprego que marcou a fase posterior aos anos 1980, raramente estão bem com a renda e o emprego. Por isso as famílias de assentados recentes apresentam uma desigual e aparentemente estranha distribuição interna de renda e bens, mas quase toda estranheza é perfeitamente explicada pelas conjunturas de migração e fortuna do emprego.

E, a migração aparece no presente das famílias. Anos de decréscimo da renda agrícola, lentidão e incerteza dos créditos, anos de dura concorrência com preços agrícolas subsidiados no exterior e produtividade crescente na agropecuária integrada criaram um enorme desalento entre os que vivem de lavoura. Isto deu ânimo para que os filhos de assentados iniciem - ou reiniciem - a incerta viagem que seus pais, tios, avós já fizeram. Por isto, entre assentados, assiste-se recentemente a nova pulverização das famílias, com a reincidência da migração atingindo os jovens, que vão chegando à idade adulta e inventando trajetórias novas, pois não encontram condições de viver da terra, ou a terra não os comporta. Os pais assentados, às vezes uma década depois de estabelecidos na terra, assistem à saída dos filhos e, assim, refazem seus laços com as cidades - pois a grande Belo Horizonte tem sido no final dos

anos 1980 o seu destino - que está outra vez bem perto das grotas do Nordeste mineiro.

Mas como assentamentos são marcados pela experiência da antiga migração, os assentados sabem que existem alguns ganhos e uma certa circularidade positiva nestas viagens. Mesmo as saídas de jovens servem para tornar mais precisa, a seus olhos, a medida do tamanho do mundo. E, da mesma forma que falam com orgulho do voltarem a Belo Horizonte como lutadores - para ocupar o INCRA, para negociar liberação de créditos, para exigir rompimento de acordos com o FMI, e não mais na incômoda situação de desempregados ou subempregados -, percebem que os filhos que saem da terra conquistada na luta entram na capital um pouco melhor que os pais. Filhos entram num mercado de trabalho que não os querem; mas entram na cidade grande, 20 ou 30 anos depois dos pais, e levam o aprendizado da luta, o sentimento forte de pertencimento ao lugar, à terra e à família; ao Brasil. Migram como os pais, porém, um pouco mais cidadãos.

* *Eduardo Magalhães Ribeiro é Economista e Historiador, Prof. da Universidade Federal de Lavras/MG. (O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa de MG que custeou parcialmente este estudo).*

NOTAS

1. Consultar Balan (1973), Durham (1973), Martins (1981) e Martine (1994); sobre incorporação desta população à cidade ver Camargo (1976) e Hogan (1978).
2. Consultar sobre migrações do Nordeste mineiro os trabalhos de Martins (1986), Medeiros Silva (1990), Rios Neto e Vieira (1990), Silva (1991), SPM (1991), Ribeiro (1996), Carvalho (2000) e Galizoni (2000).
3. Estudos dos anos 1970 mostram a diferença entre salários do campo e cidade: de 150% nos finais da década de 1950 e começos dos anos 1960 caiu por toda década de 1960 e 1970, até atingir 28% em 1977. Nas décadas de 1960 e 1970 - principalmente entre 1969 e 1977 -, houve maior crescimento nos salários da construção civil. Na média, um assalariado rural nos finais dos anos 1960 precisava trabalhar 46 dias para atingir o ganho mensal dos serventes da construção civil. Consultar Bacha (1979), Souza e Baltar (1979), Souza (1980) e Aguirre e Bianchi (1989).
4. O "Herói esquecido", cartilha editada pela Pastoral Rural da Diocese de Teófilo Otoni, sintetiza as angústias da época: "Tem mineiro no Mato Grosso/ tem mineiro no Paraná / tem mineiro no Rio Grande / tem no Belém do Pará / (...) / sua labuta é tão grande/ colhe pouco resultado / pra São Paulo ele quer ir / deixa a família e o roçado / (...) / despreza a pátria mineira / que aqui a pobreza é demais."
5. A história do Sindicato de Poré é contada por Joaquim Pereira da Silva Neto, Joaquim de Poté (1996) e Serafim Silva Cardoso, em Ribeiro (1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIRRE, B. M. B. e BIANCHI, A. M.
(1989) "Reflexões sobre a organização do mercado de trabalho agrícola". *Revista de Economia Política*, 9 (1), janeiro-março.
- BACHA, E. L.
(1979) "Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 9 (3), dezembro.
- BOSCO, S. H. e JORDÃO NETTO, A.
(1967) *Migrações*. São Paulo, SEAGRI/SP.
- BALÁN, J.
(1973) "Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa". *Estudos CEBRAP*, nº 5, julho-setembro, p. 5ss.
- CAMARGO, C. P. F. de et al.
(1976) *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola.
- CARVALHO, M. G.
(2000) *Lutas e conquistas de lavradores*. Dissertação (mestrado), Lavras, UFLA.
- DURHAM, E. R.
(1973) *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. SP, Perspectiva.
- GALIZONI, F. M.
(2000) *A terra construída*. Dissertação (mestrado). S.P., FFLCH/USP.
- HOGAN, D. J. et al.
(1978) *Cidades: usos & abusos*. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINE, G.
(1994) "Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século". *Revista brasileira de estudos de população* 11(1) jan/jul.
- MARTINS, J. de S.
(1981) *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, J. de S.
(1986) "O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil." In: *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Vozes.
- MEDEIROS SILVA, N. III de
(1990) "Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais". In: NABUCO, M.R. (org.). *Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais: uma perspectiva regional*. BH, CEDEPLAR/UFMG.
- POTÉ, J. de
(1996) *Semear esperanças*. Belo Horizonte, O Escriba.
- RIBEIRO, E. M.
(1996) *Lembranças da terra*. Belo Horizonte, Cedefes.
- RIOS-NETO, E. e VIEIRA, P. M. R. D.
(1990) "Mulheres de migrantes sazonais no Vale do Jequitinhonha." In: NABUCO, M.R. (org.). *Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais: uma perspectiva regional*. BH, CEDEPLAR/UFMG.
- SOUZA, P. R. e BALTAR, P. E.
(1979) "Salário mínimo e taxa de salários no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 9 (3), dezembro.
- SOUZA, P. R.
(1980) *Emprego, salários e pobreza*. Campinas, Hucitec/FUNCAP.
- SILVA, M. A. M.
(1991) "As mulheres de grotas e veredas." SP, SPM.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES -SPM.
(1991) *Migrantes temporários: Peregrinos da Resistência*. SP, SPM.

AS PRÁTICAS DE OCUPAÇÃO DE TERRAS EM TERESINA

A INTERSEÇÃO ENTRE A ILEGALIDADE E A LEGITIMIDADE

*Antônia Jesuíta de Lima **

As análises acerca da realidade do Piauí, como de resto sobre o Brasil, mostram a presença marcante dos pobres na configuração dos grandes centros urbanos¹. Teresina exhibe esses sinais, com mais evidência, desde a década de 70 quando essa capital registrou os maiores índices de crescimento populacional, alcançando uma taxa média geométrica anual de 5,53%². Esse aumento foi provocado, sobretudo, pelos grandes fluxos migratórios campocidade. O lugar de forte presença da pobreza era a periferia dessa cidade, maior centro aglutinador desse contingente de trabalhadores rurais que acorriam para a capital em busca de um projeto de melhorar de vida.

Contudo, se até final dessa década o lugar dos migrantes e dos pobres era a periferia ou os pequenos aglomerados em leitos de ruas e/ou terrenos vazios, de fins dos anos 80 em diante a sua presença encontra-se em toda a malha urbana.

Esse novo cenário demonstrava que o lugar dos pobres extrapolava os limites das zonas periféricas, espaço para onde parcela significativa foi destinada nas décadas de 70 e 80, através de uma "política de desfavelamento" que removeu e transferiu populações pobres das regiões centrais para os conjuntos habitacionais implantados, justamente, para cumprirem essa finalidade³.

A transformação da cidade verificava-se tanto pelos sinais de urbanização quanto pelo aumento progressivo de favelas e vilas tecidas na teia urbana dessa cidade, reafirmando a pobreza como fator de sua constituição. O aumento do desemprego nos anos 80 e, conseqüentemente, a queda do poder aquisitivo reduziram, drastica-

mente, as chances de os pobres viverem de aluguel, forçando-os a se transferir para outras áreas, instalando-se em formas precárias de moradia.

Esse movimento foi se concretizando em estratégias diversas de inserção, fosse pela ocupação individual ou coletiva de vazios urbanos, fosse pela compra da posse do terreno ocupado ou do barraco. Estas modalidades constituíam, efetivamente, as condições plausíveis para os pobres migrantes se integrarem à vida urbana. Na ausência delas, a saída era a improvisação em casa de parentes ou amigos até o surgimento de uma nova favela, para onde se projetavam todas as expectativas de aquisição de uma moradia de forma definitiva.

Desse modo, sob distintas formas, os pobres vão traçando suas trajetórias espaciais, e, à margem da lei, procuram "construir sua própria cidade", como enfatiza Panizzi (1989), no âmbito da "ilegalidade". Esse modo de expressão das contradições e conflitos urbanos se materializava no avanço das ocupações coletivas de terras que, aos poucos, foram ganhando legitimidade no espaço público e adquirindo amplitude e força com a institucionalização do "movimento dos sem-teto". Essas mobilizações e práticas vão encenar confrontos, sofrimentos, perdas, e longas e dolorosas jornadas de negociação.

Na realidade, essas práticas que ganharam a cena pública a partir da metade dos anos 80 representavam alternativas de solução e de defesa do direito à habitação, ao tempo em que infringiam as normas jurídicas em diferentes esferas - civil, penal, administrativa, etc., pondo em discussão princípios e regras que fundam a base do

direito formal, instrumento regulador das relações entre os agentes sociais envolvidos na posse da terra urbana: população, Estado e proprietários fundiários.

Como resultado de lutas, mobilizações e conflitos, os pobres trazem à cena "novas legalidades" e constroem experiências concretas de apropriação da terra para uso social. Embora não estivessem amparadas em normas prescritas na forma da lei, essas práticas moviam-se noutra direção, a da conquista da cidadania inscrita no espaço público e alicerçada em parâmetros e critérios de reconhecimento e reciprocidades (Lefort, 1991).

Pretendo, neste texto, expressar uma breve análise acerca da dinâmica que envolve as práticas sociais urdidas nas lutas de ocupação de terras por famílias pobres em Teresina, como se operam mediações e clivagens que se inclinam para "novas legalidades", assentadas no reconhecimento, conquistado, do direito de acesso à terra, não pelos modos conferidos no direito formal, mas adquiridos no espaço público.

A emergência das ocupações coletivas de terras

A deterioração das condições de moradia e a qualidade de vida da população de Teresina para os pobres, nos anos 80, tornou impraticável manter o pagamento do aluguel bem como a compra de um pequeno lote de terra. A realidade parecia indicar, portanto, que não restava outra alternativa, senão a ocupação de vastas áreas ociosas que conformam uma outra dimensão da cidade, aquela dominada pelos proprietários fundiários que vivem da especulação.

Porém, áreas públicas pertencentes à

União, ao Estado, especialmente as do Município constituíam-se nos principais alvos das ocupações, fossem aquelas de uso público - leitos de ruas e áreas verdes - fossem os terrenos destinados ao uso institucional - construção de equipamentos sociais

Tais manifestações ocorriam a despeito do risco de as famílias pobres se exporem a constrangimentos e a atos de violência sofridos nos conflitos decorrentes das ocupações. Estas, na sua essência, questionavam as bases de sustentação do sistema econômico e político, ao desafiar o preceito da propriedade privada.

As práticas de ocupação de terra, integradas, hoje, à trama da vida urbana de Teresina, constituem um fenômeno que vem ocorrendo igualmente em cidades do interior do estado. No seu resgate histórico, constata-se que lograram conquistas efetivas de regularização da terra, embora à custa de violentos embates com as forças da ordem, de resistência e mobilização da sociedade.

Os pobres, historicamente marginalizados, estigmatizados e identificados de maneira negativa com a favela, com a periferia e com a criminalidade (Zaluar, 1985) se insinuam procurando romper com esses atributos e com a condição mesma que lhes institui essa marca. Questionam as fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, através das ocupações de terras, da resistência às ações de despejo, dos confrontos com a polícia e com proprietários particulares de terras e dos apelos aos representantes institucionais e autoridades governamentais.

O quadro que emoldura essa cidade, repõe antigos problemas e velhos conflitos, porém, reatualizados. Essa mudança é constatada em novas práticas sociais que incidem sobre as políticas de uso da terra e da legislação fundiária, introduzindo questões como regularização e urbanização de áreas ocupadas, o reconhecimento e a incorporação da favela como parte da cidade, eliminando os tradicionais mecanismos de remoção.

Essa inflexão tem como lugar simbólico o ano 1985 quando famílias vítimas das enchentes dos rios Parnaíba e Poti ocuparam dois terrenos na Zona Norte da cidade. Naquele momento, os ventos favorá-

veis da abertura política, a mobilização da sociedade brasileira em torno das eleições diretas, o apoio, em âmbito local, de entidades civis aos desabrigados reforçaram a pressão junto ao Governo do Estado (gestão Hugo Napoleão), viabilizando a negociação, desapropriação e a permanência das famílias na área ocupada. Tais experiências sinalizavam com a emergência de práticas de ocupação de terras urbanas, com a exigência do reconhecimento legítimo de uso e posse da propriedade a seus habitantes.

Ao contrário das primeiras favelas que eram, imediatamente, objeto de ação judicial, seguida de despejo, às experiências vitoriosas em torno da posse da terra (Vilas Risoleta Neves e Tancredo Neves), seguiram-se movimentos de ocupação em vários pontos da cidade, numa velocidade surpreendente, desafiando a "ordem" e impondo-se com todo o ônus que trazia para os sujeitos diretamente implicados na relação de interdito e subordinação: os favelados. Estes, ao fixarem-se na terra e reivindicarem o direito de posse, passavam a simbolizar a idéia de detratores da lei, da "ilegalidade" e a sofrer os efeitos punitivos cabíveis a quem a ela contraria.

Após um longo conflito, tentativas de despejo, insegurança e dois anos de incessante luta, finalmente os moradores concretizavam o desejo comum a centenas de famílias, o de construir uma forma de pertencimento, de saírem da "ilegalidade" e viverem a experiência de estarem ligados a algo concreto. Conquistar o espaço em que pudessem se identificar com o lugar, não numa relação de transitoriedade, mas através da construção de outra forma de inserção na cidade, em que pudessem fincar raízes, conferindo a este lugar um significado novo, a perspectiva e o começo de uma vida "digna", sem carregar o peso da transgressão. O sentimento de pertença advindo da conquista da terra é, para o favelado, a possibilidade de "sair do mundo da ilegalidade", de edificar uma vida sem estigma (Silva, 1996).

As figuras da "ilegalidade", que se multiplicaram por diversos lugares da cidade, causando perplexidade, sinalizavam com alteração na esfera jurídica, política, administrativa e, inequivocamente, no plano sócio-espacial e estético.

Descortinavam o que se tentara conter com políticas reparadoras, fragmentárias e assistencialistas e, ainda, punham em dificuldades parceiros incontestes na produção do espaço urbano - proprietários privados, imobiliários e Estado.⁴

A luta por moradia, que se fizera presente desde os anos setenta, torna-se, ao lado da luta por transporte, uma das principais reivindicações dos movimentos populares naquela conjuntura. É a questão que congrega maior volume de demandas, extrapolando a capacidade das entidades associativas e federativas dos moradores.

O aprofundamento da crise urbana e o aumento dos conflitos de terra são acompanhados do crescimento das mobilizações em torno de melhores condições de vida na cidade e de uma intensa atuação de movimentos organizados como as associações de moradores e os conselhos comunitários.

Embora os investimentos dos governos estaduais, no setor habitacional, tenham se constituído em uma prioridade nos anos 80, o déficit habitacional se mantinha muito elevado, decorrente não apenas do contínuo fluxo migratório campo-capital, mas também do agravamento das condições de vida dos pobres e setores de classe média baixa. Esse contexto ensejou, portanto, a partir de 1986, cenas cotidianas marcadas por conflitos em torno do uso social do solo urbano. Às práticas isoladas de fins dos anos 70 e começo da década de 80, contrapunham-se as ocupações organizadas que, nem sempre, eram planejadas antes do assento nas áreas e, muitas vezes, sem a tutela de entidades formais. Mas, com a evolução das lutas por moradia, tornaram-se mais frequentes as ocupações sistêmicas.

Devido ao caráter abrangente e a um forte conteúdo mobilizador, canalizariam o apoio de setores da sociedade, como Igreja, imprensa e outros, obtendo, tais práticas de acesso à terra, grande espaço na mídia. Imiscuíam-se na cidade com forte presença, não passando imunes aos críticos olhares e a ações solidárias, tampouco deixavam de instigar setores que, através de discursos e posturas, alimentavam sentimento de desprezo e discriminação para com as lutas e reivindicações das populações pobres. Foi nesse contexto que os

executivo estadual (Hugo Napoleão) e municipal (Freitas Neto) tomaram algumas iniciativas de regularização de posse da terra e urbanização de favelas.

Entre 1986 e 1988, o Movimento dos "Sem-Teto" ganha densidade política e reconhecimento público, obtendo amplo espaço para a divulgação de suas lutas e dos principais problemas enfrentados pela cidade.

Alcançam grande repercussão os embates e confrontos, as ações de despejo e as tentativas de resistência e de negociação. A despeito da solidariedade e do apoio da opinião pública, na realidade, os ocupantes eram considerados transgressores da ordem e sofriam os efeitos punitivos legais. Eles representavam a "desordem" diante da sociedade, o que implicava na aplicação dos rigores da lei e na repressão policial e, em se tratando de um sujeito específico, os "pobres", se lhes imputava uma infração grave, descarregando sobre ele toda a arbitrariedade do uso da força.

A repressão policial sempre permeou os processos de ocupações em Teresina, desde o instante primeiro aos momentos atuais, a despeito de observar-se uma certa tolerância da sociedade e do Estado para com as favelas, seja porque elas se impõem, indistintamente, seja porque os interlocutores são suscitados a encaminhar soluções que não se incluem mais no modelo tradicional de simples remoção ou despejo.

A resposta governamental: a política de reassentamento

Essas formas de apropriação do solo urbano abrem perspectivas novas no enfrentamento da questão da moradia, porque conferem um sentido novo e outro estatuto jurídico ao direito que não está inscrito na lei, mas assume uma potência simbólica no âmbito das práticas cotidianas daqueles que reivindicam o direito legítimo de representar-se no espaço público. Na complexa oposição legalidade *versus* ilegalidade, a necessidade enseja práticas que extrapolam os limites da lei, da jurisprudência e transformam a ilegalidade numa relação de ambigüidade com a legitimidade. Criam-se

"... formas inéditas de gerenciamento dos conflitos urbanos que apontam para uma legalidade emergente que se abre ao reconhecimento de novos direitos (...) transcendendo demandas antes sem lugar na ordem legal, no código de direitos legítimos."
(Falcão citado por Telles, 1994, p. 89).

Após as primeiras experiências, desencadeou-se um processo rápido de ocupações, extrapolando o controle do Estado e das entidades mobilizadoras do Movimento dos "Sem-Teto". O ano de 1986 registra na cidade uma grande ocupação (Vila da Paz), conflito solucionado em 1987, com a desapropriação da área e permanência das famílias no local. Entre 1986 e 1987, realizaram-se outras 20 ocupações, fato que indicava a irreversibilidade desse fenômeno na cidade.

Tendo iniciado em 1986 um programa de assentamento, o Prefeito Wall Ferraz, em seu segundo ano de administração, intensificou as ações na área de habitação. Com o acirramento dos conflitos de terra tornava-se um imperativo as intervenções da Prefeitura em torno de ações de desapropriação/assentamento de famílias faveladas, bem como gestões junto ao governo federal para aquisição de recursos, visando dar continuidade ao processo de legalização de terrenos ocupados. Desse modo, torna-se pública a regularização de algumas ocupações, através de "contratos de cessão onerosa e desapropriações por interesse social", especialmente em áreas de domínio público ou institucional, uma vez que os órgãos oficiais negavam-se a mediar os conflitos que envolvessem terras particulares.

Contudo, essas iniciativas, por não atacarem, diretamente, a questão dos conflitos de ocupação e nem da moradia, funcionavam mais como o cumprimento de uma plataforma de governo e como tentativa de redução do clima de tensão permanente nas áreas em litígio. Na prática, as ocupações crescem, celeremente, assim como as ações de despejo e os confrontos abertos entre forças policiais e favelados.

O contexto deixava entrever a fragilidade dos governos, tanto em âmbito local quanto nacional, na formulação e execução de políticas públicas, o que se desnudava de forma mais evidente com a ampliação dos conflitos relacionados à apropriação

e uso do solo urbano e na ausência de uma política de habitação para os setores da população de baixa renda.

A relativa tolerância por parte do poder público pautava-se no reconhecimento de uma demanda que cria, pelo seu caráter simbólico, novas formas de garantir a legitimidade e "novas famílias de enunciados jurídicos" (Panizzi, 1989). Com esse fundamento, abria-se a possibilidade de transformarem-se os assentamentos urbanos em figuras jurídicas de um novo direito, produzido à margem do legal, porque emerge de um processo de negociação em que a normatização prescrita pautava-se no acordo que não encontra assento na lei. Funda-se em práticas concretas a partir da interação de forças sociais que, politicamente, estabelecem regras, acertos e arranjos que alteram as normas em vigor.

Mediante a impossibilidade de ter acesso a um terreno por via legal, de encontrar um lugar em que possa construir referências locais de pertencimento, a população pobre produzirá formas próprias de expressão de suas necessidades, mesmo contrariando o direito inalienável da propriedade privada, da ordem estatal, balizada na defesa da lei e no uso da "violência legítima."

Na realidade, a violência legalmente instituída e aceita como parâmetro para a manutenção de regras de sociabilidade, mesmo que em cumprimento de ordem judicial, "... não só não resolve a questão como acirra as condições objetivas que geraram e continuam a gerar estes fatos" (Jacobi, 1982, p. 69), pois, a despeito dos mecanismos formais e institucionais, os pobres se insurgem com suas práticas que, aceitas ou não, estão construindo, sem direito de escolha, decerto, esta cidade.

Os atos de violência e a repressão policial, a condenação legal das ocupações não impediram que as favelas se multiplicassem e que os pobres continuassem na luta, mesmo com a certeza dos riscos do estigma de "invasor" e da repressão, pois, ao defenderem seus interesses, desenvolvem também a "consciência de serem vítimas, mais de que de um dano, de um erro, enquanto sua fala não for ouvida." (Lefort, 1991, p. 55).

É no contexto de reconhecimento das tensões sociais em torno da problemática

da moradia, da discussão que se processa, em âmbito local e nacional, pela reforma urbana e o debate provocado na formulação da Constituição de 1988, que o Prefeito Heráclito Fortes (1989/1992) definiu, entre suas metas, a execução do II Plano Estrutural de Teresina, uma política de transportes coletivos urbanos, modernização administrativa e uma política habitacional para os "Sem-Teto". Porém, suas intenções ficaram restritas ao texto, pois as ações não ultrapassaram os limites da gestão anterior no que respeita à concessão de títulos de aforamento de terrenos municipais, pequeno volume de assentamentos e projetos de melhoria habitacional.

Em virtude da ausência de uma política eficaz, as favelas se avolumam de tal ordem, que em 1993 são contabilizadas 141 favelas e vilas (Teresina, Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários, 1994). Esses aglomerados se localizam em toda a estrutura urbana, mas, sobretudo, nos bairros periféricos e emergem sob a égide de um novo perfil: a favela e os pobres são o espelho desta cidade e, através de suas práticas de inserção, invocam uma nova cidadania, pautada no reconhecimento legítimo enraizado em lutas, tensões, conflitos e resistência. Assim, promovem modificações no tratamento dado pelas políticas públicas, quando os governos passam a admitir que uma nova forma de pensar e produzir a cidade implica legitimar processos produzidos pelas populações que foram, historicamente, marginalizadas das políticas de desenvolvimento urbano.

A despeito de críticas e de muitas promessas ficarem restritas ao papel, é notório que o poder público foi obrigado a incorporar demandas e apresentar de alguma forma respostas aos conflitos urbanos, indicando uma perspectiva de democratização das relações com a sociedade. Desse modo, várias favelas, fruto de ocupação, tiveram seus moradores transformados em legítimos proprietários (ressalvado, apenas com o título provisório de posse) através da negociação entre moradores, associações de moradores, proprietários de terras e governo.

Foi nesse horizonte, que a "política de bairros" tornou-se o carro-chefe da tercei-

ra administração do Prefeito Wall Ferraz (1993/1996), com prioridade para a urbanização de favelas, especialmente aquelas áreas que sofreram processos de desapropriação e foram repassadas a seus ocupantes, e as que resultaram das ações de reassentamento.

Com esse governo implantou-se a política dos "Parques", principal eixo na área de habitação e programa oficial de reassentamento de famílias. No período referido, a Prefeitura promoveu, através de ação conjunta entre a Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social e outros órgãos, o reassentamento de 3.557 famílias, envolvendo 16.555 pessoas em seis áreas. Do total de famílias reassentadas, 51,4% situavam-se na Zona Norte, dado que acenava para a intenção do poder público municipal de consolidar essa região como área de expansão, em que o Parque Wall Ferraz, localizado no bairro Cidade Industrial, constituía a pedra fundamental (Teresina, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social, 1996).

Com os "Parques", o Governo Wall Ferraz (1993/1996) demarcara o traço de sua "política de reassentamento". E para ali se voltaram as expectativas de seu sucessor (Firmino Filho) de construir o modelo "Vila - Bairro", como ação integrada que visa a urbanização das favelas, metamorfoseando-as em vilas que, segundo essa lógica, ganhariam o estatuto de bairro quando dotadas de todos os serviços.

Um registro importante nessa política de favelas por parte dos recentes governos municipais é o acento dado aos conflitos que, visivelmente, chamam a atenção da opinião pública e acionam a responsabilidade social do Estado. Alegando não poder interferir em conflitos entre favelados com proprietários particulares, o poder público transfere para a esfera jurídica e policial o destino de famílias que, muitas vezes, não dispõem de estoque suficiente de mobilização para se defender das agressões dos proprietários, da violência policial ou para exercer o direito de pressão e reivindicar o reconhecimento público de suas demandas.

Respaldo no direito formal que prescreve a lei, o Estado confere às instâncias

competentes a imputabilidade da defesa da propriedade privada, o que, aparentemente, dá ao executivo municipal o poder de manter-se distante dos problemas que lhe dizem respeito diretamente, ou seja, o gerenciamento dos processos urbanos. Escusando-se de arbitrar conflitos que envolvam favelados e particulares, deslegitima a existência de um problema social, reproduzindo, assim, a negação da equidade como medida de arbitragem no tratamento das desigualdades sociais. Tratamento diferenciado têm as áreas desapropriadas ou favelas localizadas em áreas institucionais e áreas verdes que, igualmente, foram autorizadas para fins habitacionais, as quais se constituíram alvo de ações municipais e de outros órgãos públicos.

Todavia, é inegável que um novo foco de luta, uma nova expressão se configurou no complexo quadro urbano. Esses processos concretizam-se, contrariando as normas institucionalizadas do regime da propriedade privada, embora, conscientemente, os ocupantes pleiteiem apenas o reconhecimento do direito de ter um lugar para viver e fazer morada. A ocupação, fosse em áreas públicas ou privadas, traduzia-se na manifestação desse direito à cidadania e, na prática, constituía-se numa forma concreta de construir, simbolicamente, um novo direito que engendra fórmulas e posturas diferentes no âmbito das regras jurídicas. Articula-se uma lógica que transita da ocupação dos espaços livres à sua transformação em instrumento de luta.

Esse estatuto jurídico é conquistado a partir da capacidade dos favelados se mobilizarem e utilizarem competentemente os canais que levam ao comprometimento do poder público com os interesses da população envolvida. Essas novas práticas se instituíram na luta pela afirmação de direitos de sujeitos sociais e pelo reconhecimento público de necessidades básicas da população e de suas reivindicações. As novas experiências de ocupação vão armando a passagem, tornando tênues as fronteiras entre a ilegalidade e a legalidade, instituindo legalidades construídas no interior de lutas que são aceitas e, publicamente, reconhecidas como significativas e portadoras de legitimidade. A ocupação representa a saída do anonimato, e a posse

da terra representa o caminho para o reconhecimento da alteridade, a passagem da condição de “estranho” para a do “encontro” (Martins, 1993).⁵

A legitimidade do direito, reconhecido socialmente, supõe uma nova legalidade que acompanha a posse da terra e uma nova estética para as favelas, imprimindo uma ótica diferente sobre o espaço e o lugar em que os pobres vivem. Por isso, ganha popularidade o termo “vila” como signo mais adequado para designar essa nova imagem que serve, também, para amenizar, mesmo que simbolicamente, o peso das desigualdades e dos estigmas de que são alvo essas formas de moradia e seus habitantes.

A conquista formalizada na instituição de um instrumento legal - o título de posse⁶ - que confere aos seus ocupantes a condição de permanência e a possibilidade de resgate de uma dimensão da cidadania, somente se consolida para seus moradores através do processo de urbanização da área. Tarefa não imediatamente cumprida pelos poderes públicos que se mobilizam, quando acionados, através das reivindicações e demandas locais. Nesse sentido, as favelas e vilas representam a metáfora da sobrevivência, ao mesmo tempo em que revelam as incongruências manifestas nas condições de vida e nas expectativas que seus habitantes projetam quanto ao futuro.

Vilas e favelas: metáforas e incongruências da vida urbana

Em Teresina, as práticas de ocupação de terras trouxeram uma densidade política muito definida, porque interferiram no modo de o poder público tratar os pobres e contribuíram para a formação de espaços de discussão em torno da problemática urbana. Com isso, colocaram a temática das favelas em outro registro, o da referência a uma noção ampliada de direitos, guardando-se distância dos códigos jurídicos consagrados pelo direito legal.

Essa cidadania ampliada configura-se pela potência simbólica implícita nas lutas e demandas dos moradores das favelas e vilas pelo direito à moradia. Ao determinarem uma nova espacialização da pobreza, ensejam outro julgamento sobre essas

formas específicas de os pobres construírem sua identidade social,⁷ alicerçada em valores referidos a um lugar e a um espaço onde podem vivenciar sociabilidades mais duradouras, aprofundar vínculos de afeto, tecer uma rede de relações, o “estoque simbólico” (Foracchi, 1982) de uma nova subjetividade. Uma subjetividade construída no âmbito da cotidianidade, na inter-relação público/privado, na intersubjetividade e nos marcos da “emancipação.” (Santos, 1995).

As práticas de ocupação pela sua natureza e regularidade acabam por compor uma família de regras jurídicas (Panizzi, 1989) amparadas em mecanismos explícitos de legitimidade. Daí terem se tornado rotina das entidades associativas as constantes buscas de processos, de ações judiciais em tribunais, que são perpassadas por mediações jurídicas geradas no plano das negociações, abrindo a possibilidade de transformar a questão legal numa questão social. Essa legitimidade, apoiada num acordo tácito obtido no espaço público, confere à moradia um valor simbólico porque representa a possibilidade de tornar plausível a vida do pobre.

As favelas e vilas não estão apenas integradas ao urbano. Elas compõem o universo das realizações possíveis, uma perspectiva nova de vivência da pobreza, mesmo mantendo suas incongruências e ambigüidades. A moradia como uma necessidade humana fundamental torna-se a metáfora da própria vida, e a favela ou vila representam a síntese, o instrumento de efetivação desse projeto. À medida que expõem as desigualdades, abrem perspectivas de o pobre prover um lote de terra, viver e concretizar o sonho de sentir-se ligado a um espaço, romper com o nomadismo urbano, com a itinerância que marca sua trajetória de vida desde a experiência anterior no campo, agora reproduzida na cidade pela luta de favela em favela. Dessa forma, o favelado pode imaginar-se proprietário do terreno que ocupou e realizar o desejo acalentado, num percurso marcado pela eterna busca de um lugar no mundo.

Única forma viável de estabelecer-se com a perspectiva concreta de ali permanecer por um longo tempo, as favelas e vilas, nascidas sob a égide da “ilegali-

de”, transformam-se em fonte de construção de experiências significativas, mesmo que se encontrem em total estado de precariedade. Instalar-se, dispor de um lugar para fixar-se representa a condição precípua para lograr o projeto de “melhorar de vida”. A moradia constitui-se ponto de partida para se produzirem projetos que nomeiem sentido à vida. O barraco na favela representa a base da sobrevivência, porque, além de contribuir para a redução das despesas, altera o campo de referências subjetivas ligadas à esperança de conquistar o direito de morar de forma definitiva.

Conforme indica o Censo das Vilas e Favelas de Teresina realizado em 1996 (Teresina, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social, 1996), naquele ano, existia nessas áreas uma população de 94.617 habitantes, número correspondente a 14,46% da população total do município. São dados que evidenciam a massa de população pobre que enfrenta dificuldades para habitar na cidade, tendo que lançar mão do ardil das favelas que, na ausência de uma política de habitação efetiva e eficaz, constituem o lugar comum de referência.

Essas vilas e favelas não formam um mundo à parte do resto da sociedade, pois é na mera aquisição do terreno, numa ocupação, em que se expõe a oposição entre legal e ilegal, legítimo e ilegítimo, a questão da justiça, que a pobreza ganha visibilidade irrefutável. Essas zonas “ilegais” traduzidas em vilas e favelas estão por toda parte, ocupando espaços vazios em áreas urbanizadas na Zona Leste, no extremo da periferia como a Zona Sul. Ocupam áreas públicas, de domínio público, áreas institucionais e de particulares, áreas completamente inabitáveis, com um rápido crescimento da população que se produz, exponencialmente, por acréscimos progressivos e surpreendentes.

A consolidação das vilas e favelas na cidade reflete as incongruências da estrutura urbana, nos últimos anos, assentada no avanço do processo de verticalização e ao mesmo tempo no aumento das favelas e vilas assim como no empobrecimento da população *vis-à-vis* supervalorização do preço da terra urbana e dos aluguéis.

É a falta de perspectiva, da

insustentabilidade de sua situação, em outro patamar, que leva os pobres a recorrerem às ocupações, a darem destino social a áreas livres e ociosas. Conscientes ou não, ao moverem-se pela necessidade, instauram uma nova ordem ou a “desordem”, forjada no campo do direito - o direito à moradia como plausibilidade de uma vida “digna”. Não significa, todavia, que esse processo percorrerá um planejamento, um estratégia, critérios inteligíveis de racionalidade.

As experiências têm mostrado que as favelas e vilas são constituídas, em sua maioria, a partir da conjunção de vários fatores objetivos e subjetivos. Dentre estes, ganham prevalência a necessidade de um lugar para morar e a existência de terras ociosas. Outros elementos concorrem para a definição do local de origem, destacando-se o fato de ser área pública ou de domínio público, isso porque se percebe que as chances de conquista da terra são mais factíveis quando se trata de propriedade dessa natureza. Via de regra, situam-se, em sua maioria, em terrenos municipais.

Em 1993, a ocupação de áreas da Prefeitura correspondia a um percentual de 55,10%. Em 1996, elevou-se para 65,09%, ocupando áreas de topografia acidentada, muitas apresentando riscos à integridade física (no caso das áreas propensas à erosão). Esse índice se elevou em virtude dos assentamentos institucionais da Prefeitura. Compreendendo, claramente, o papel do Estado na realização do bem público, os ocupantes das vilas e favelas, sobretudo daquelas que surgiram fruto de uma organização, apóiam-se nessa premissa e apostam numa solução menos traumática quanto à posse da terra. Sabem que em terreno de particulares é mais difícil, porque o poder público “fecha os olhos” e, em terreno público, o Estado é responsável pelo destino daquelas famílias. Insere-se, nesse contexto, também, o componente de análise conjuntural que pode viabilizar um maior ganho político.

A despeito de a administração municipal (gestão 1993/1996) ter priorizado a periferia, favelas e vilas para ações de infra-estrutura e saneamento, devido à velocidade de seu crescimento, o quadro geral é ainda dramático. Embora tenha inves-

tido na “política de reassentamento”, o número de famílias que estão instaladas em áreas consideradas de “risco e irregulares” é enorme ainda, revelando a falta de uma política mais eficaz no eixo - uso e posse da terra/questão habitacional.

Trajatória das famílias migrantes pobres em Teresina

Ao se procurar configurar a pobreza em Teresina, nota-se que ela é sempre referida ao universo constituído pelas vilas e favelas, caracterizado por essas designações atribuídas pela sociedade. É nesse espaço que as famílias pobres encontram seu ancoradouro, embora itinerante, e constroem suas subjetividades. Até encontrar a estabilidade esperada, com a regularização da área ocupada ou com a compra de uma casa, participam de um certo ciclo de partidas e retornos, que caracterizam o movimento contínuo de deslocamento das famílias, tanto internamente, no mesmo território, quanto externamente, entre as diversas outras áreas.

Alugar um barraco é o último recurso até adquirir seu próprio espaço para morar, embora esta não seja uma prática comum no universo das favelas. A essa se recorre, justamente, para eliminar o ônus do aluguel, esse mecanismo que corrói, vorazmente, as mínimas condições de sobrevivência na cidade. Conforme indica o último Censo das Vilas e Favelas em Teresina (Teresina, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social, 1996), há uma predominância de habitações pertencentes a seus próprios moradores.

Para os que não têm moradia definitiva, o objetivo inicial é o de obter uma casa numa favela próxima ao centro, mas o objetivo final é o de adquirir um lugar definitivo para morar, que no seu horizonte é uma casa de vila, “legalizada”. A regularização da posse não só lhes assegura estabilidade emocional, sentimento de pertencimento e de territorialidade como lhes permite o acesso a serviços públicos, uma vez que as áreas, legalmente constituídas, dispõem de maior poder de pressão sobre a ação estatal. Ela engendra legitimidade e possibilidade de se fazer reconhecer na interlocução com o poder pú-

blico, com instituições de assistência e organizações não-governamentais, uma vez que, nas favelas não regularizadas, a presença desses órgãos é reduzida. Em algumas situações não existem, nem mesmo, estruturas organizativas locais para acionarem as demandas.

O morador da favela ou vila, na sua maioria, migrante, ao tomar a cidade grande como destino, não vislumbra mais, no seu horizonte, a possibilidade de morar em um bairro, mesmo nos tradicionalmente destinados aos setores de renda baixa. A vida nessas áreas encareceu sobremaneira, as terras e as casas se valorizaram de tal forma, que viver de aluguel é sinônimo de pesadelo, e comprar um terreno ou uma casa tornou-se um sonho inatingível, mesmo em se tratando de financiamentos populares da COHAB-PI e da Caixa Econômica Federal.

A trajetória mais freqüente do migrante se inicia, quase sempre, em casa de um parente ou de um amigo numa favela ou vila até o momento de se desfazer dos poucos bens (casa, pequenos animais, resquícios de safra), que deixou no meio rural ou em cidades menores e poder adquirir um barraco e trazer a família.⁸ Dependendo das condições na primeira favela e de outros fatores aleatórios, sua trajetória de itinerante poderá ser encurtada. O constante deslocamento à procura de um espaço para fixar-se é o cenário possível do migrante até se estabelecer num lugar definitivo, em geral adquirido via processos de ocupação e de legalização definitiva.

Para o migrante recém-chegado, o destino será sempre um lugar distante dos núcleos centrais, cujos moradores apegam-se ao seu título de posse como única fonte de segurança. Instala-se em zonas de expansão, onde se produz uma verdadeira cidade, seja pelos movimentos coletivos de ocupação de áreas vazias (sobretudo nas Zonas Leste, Sul e Sudeste), seja pelos grandes aglomerados habitacionais construídos pela Prefeitura para abrigo de famílias retiradas de áreas consideradas de “risco e irregulares”. Essas remoções, como já frisamos, fizeram parte de uma política do Governo Municipal (1993-1996), de reassentamento de famílias e de reordenamento urbano.

A trajetória de parcela significativa dos

pobres que não têm destino fixo é marcada pela flutuação como condição permanente, processo que faz parte do cotidiano e que está sempre no seu horizonte pela ciência da vulnerabilidade de suas condições de habitação. Ao contrário de épocas passadas, em que a favela era, de fato, um trampolim para uma residência melhor na periferia, hoje o desejo do favelado é transformar aquela área em "vila", significando dispor do título de propriedade e o poder de construir uma casa "decente". Na impossibilidade disto, ele espera dias melhores para comprar um lote e construir a própria casa.

Em Teresina, o percurso do migrante ou do filho de migrante é a favela. Não há outro itinerário provável. Ali se pode morar, gratuitamente, livrando-se dos impostos, das taxas de água e luz, etc. É o caminho possível para se sobreviver na cidade, até a chegada da urbanização. Os pais vêm com a família para a cidade, os filhos crescem, constituem seus núcleos familiares e tendem a se instalar nas proximidades. Inicialmente, casam-se e, se não têm o barraco, passam a morar com os pais. À espera de uma oportunidade de encontrar um terreno ou uma casa barata, montam, ali mesmo, sua estrutura familiar.

Essas experiências concretas das vilas e favelas, ao mesmo tempo que expressam trajetórias e lutas dos pobres em Teresina, exibindo fragmentos da vida de indivíduos que buscam conquistar o direito de estar no mundo, expõem, também, formas de sociabilidades que alimentam desigualdades sociais e cortam, transversalmente, a vida urbana e o cotidiano de suas famílias.

* *Antônia Jesuíta de Lima é Doutora em Ciências Sociais e Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.*

NOTAS

1. Texto baseado na Tese de Doutorado sobre pobreza urbana em Teresina - Piauí, defendida em 1999 pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/SP.
2. Na década seguinte esse índice caiu para 4,27% e entre 1991 e 1996 ficou na ordem de 1,84% (Fundação IBGE, 1970; 1980; 1996).
3. Extensos conjuntos habitacionais foram construídos, formando um anel periférico, visando abrigar as populações que ocupavam as chamadas zonas ilegais ou áreas de risco. Entre 1980 e 1989 foram construídos pela Companhia de Habitação Popular do Piauí (COHAB-PI), 23.179 uni-

dades habitacionais (Lima, 1996).

4. Com a proliferação das ocupações, muitos proprietários privados passaram a sentir seu patrimônio ameaçado ante a falta de controle da Prefeitura sobre os processos de ocupação de terras, exigindo do executivo municipal ações mais enérgicas contra as ocupações. O poder público municipal, por sua vez, tentando conter o aumento crescente desse movimento em áreas particulares, cria lei punitiva contra os terrenos vazios sem benefícios (muros e calçadas), consistindo em cobranças de alíquotas mais elevadas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); ao mesmo tempo, favorecia os proprietários que garantissem a segurança de seus imóveis. Eram medidas que, de certo modo, vinham responder a uma das diretrizes de uso e ocupação do solo urbano do II Plano Estrutural de Teresina (artº 19, item VII): "... aplicação de mecanismos tributários e de incentivos fiscais para estimular o uso de terrenos desocupados em áreas dotadas de infra-estrutura". (Teresina, Prefeitura Municipal, 1988, p. 5)

5. Martins (1993) invoca a categoria do "estranhamento" para por em relevo a tradição corporativa da sociedade brasileira, cuja sociabilidade dominante é marcada " ... por enormes dificuldades no reconhecimento do outro, sua aceitação como outro, isto é, diferente, e *igual*." (p. 11, grifo do autor)

6. Trata-se do "Título de Cessão de Posse e Uso" que é, geralmente, concedido às mulheres, expediente utilizado pela Prefeitura como forma de evitar o repasse imediato da posse. Confere-se nas palavras de Montezuma (1994, p. 72): "... a atual administração municipal entende que entregando o título de propriedade à mulher posseira, está garantindo o terreno correspondente à família de maneira mais definitiva."

7. Duarte ressalta que o conceito de "identidade social" refere-se a valores " ... que instauram e fazem perseverar e que também, eventualmente, fazem desistir, conformar-se, rebelar-se ou mudar. Sempre, porém a partir dali, de um lugar que, por mais complexo e contraditório que seja, fornece significação e, portanto, 'universo' aos sujeitos." (1988, p. 11)

8. Durham (1984), estudando migrantes em São Paulo, observou também que o trabalhador rural, ao se deslocar à procura de emprego na cidade, "... segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele. Ele vai com conhecidos ou à procura de conhecidos, que sabe estar em tal ou qual lugar." (p. 137)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, Luiz F. D.
(1988) *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar.
- DURHAM, Eunice.
(1984) *A Caminho da cidade*. 3ª ed., São Paulo, Perspectiva.
- FORACCHI, Marialice M.
(1982) *A Participação social dos excluídos*. São Paulo, Hucitec.
- FUNDAÇÃO IBGE
Censos Demográficos 1970, 1980, 1991. Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO IBGE
(1996) *Contagem de população*. Rio de Janeiro.
- JACOBI, Pedro
(1982) Exclução urbana e lutas pelo direito à moradia. *Espaço & Debates*. São Paulo, nº 7, p. 53-69.
- LEFORT, Claude
(1991) *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIMA, Antônia J. de
(1996) *Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular*. Teresina: EDUFPI/APL.
- LIMA, Antônia J. de
(1999) *Pobreza urbana em Teresina - PI: experiências e significados*. Tese (Doutorado), Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP.
- MARTINS, J. de S.
(1993) *A Chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.
- MONTEZUMA, Kleber.
(1994) "Teresina: crescimento e pobreza". *Cadernos de Teresina*, ano VIII, nº 18, p. 69-73.
- PANIZZI, Wrana M.
(1989) "Entre cidade e estado, a propriedade e seus direitos". *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 9, nº 26, p. 84-90.
- SANTOS, Boaventura S.
(1995) "A Construção multicultural da igualdade e da diferença". *Conferência proferida no VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Rio de Janeiro, UFRJ, Agosto, (mimeo).
- SILVA, Luiz C.
(1987) "Favelados lutam e vencem a batalha pela moradia". *Correio do Piauí*. Teresina, 21 set., p. 5.
- SILVA, Ana A.
(1996) *Cidadania, conflitos e agendas sociais: das favelas urbanizadas aos fóruns internacionais*. São Paulo, Tese (Doutorado), Departamento de Sociologia da FFLCH/USP.
- TELLES, Vera da S.
(1994) "Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia". In: DINIZ, Eli (org.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo, HUCITEC/ANPOCS.
- ZALUAR, Alba.
(1985) *A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- TERESINA, Prefeitura Municipal
(1988) *II Plano Estrutural de Teresina*. Teresina, Diário Oficial do Município, nº 109, 22 de dezembro.
- TERESINA, Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários.
(1994) *Censo das vilas e favelas de Teresina*. Teresina, PMT.
- TERESENA, Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social
(1996) *Censo das vilas e favelas de Teresina*. Teresina, PMT.

ASSENTAMENTOS INDÍGENAS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

O caso dos tuxá e pankarú

*Ely Souza Estrela**

No imaginário da grande maioria dos brasileiros, os indígenas, quase sempre, aparecem como representantes de uma cultura congelada no tempo. São nômades, vivem em aldeias e se alimentam basicamente da pesca, da caça e da coleta. Na verdade, este imaginário traz embutido uma cobrança por parte de parcela dos “brancos” para que os indígenas mantenham intacta sua identidade cultural. Conforme salienta a professora tuxá, Aldenora Vieira, esta cobrança é descabida e, no mínimo perversa, pois cobram-se dos indígenas tudo o que, no passado, a ferro e fogo, lhes foi proibido e negado: a língua, os costumes, a religião, etc. Tal cobrança apresenta-se como mais uma das tantas facetas através das quais o preconceito contra os indígenas se manifesta, ao mesmo tempo revela total negação da história da colonização, colocando-se, inclusive, a serviço daqueles que negam os direitos indígenas.

Depois de quase cinco séculos de exploração e de violência, poucos indígenas se assemelham aos primeiros habitantes de Pindorama. As identidades da maioria dos grupos indígenas, aliás, como dos demais membros das sociedades modernas, apresentam-se “descentradas”, deslocadas ou fragmentadas (Hall, 1999: 8). De acordo com Stuart Hall, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (Hall, 1999: 13).

Especialmente no Nordeste, os indígenas pouco diferem dos sertanejos pobres -

meio acaboclad¹ -, que são encontrados no interior da região, a não ser pela constante afirmação de uma identidade cultural um tanto diferenciada que buscam preservar a todo custo.

Dentre os vários aspectos do cotidiano que marcam indistintamente indígenas e sertanejos/caboclos, relevadas as nuances diferenciais, que aqui não vem ao caso abordar, destaca-se a experiência da migração. Aliás, convém frisar que, desde a chegada dos primeiros colonizadores, o deslocamento forçado tornou-se fenômeno muito conhecido dos indígenas brasileiros. O foco deste trabalho² é acompanhar a trajetória do deslocamento de duas comunidades indígenas – os tuxá e pankarú - que habitam atualmente a região do Médio São Francisco, em períodos não muitos recuados.

OS PANKARÚ

Os pankarú³ ou pankararú que vivem na Aldeia Vargem Alegre, Agrovila 19, localizada no município de Serra do Ramalho (Bahia), têm uma trajetória de deslocamento muito interessante. São originários da região de Brejo dos Padres, em Pernambuco (Ribeiro, 1986: 57). À semelhança de vários outros povos indígenas, sofreram a espoliação de suas terras e a agressão aos seus costumes.

Deslocamento dos Pankararú

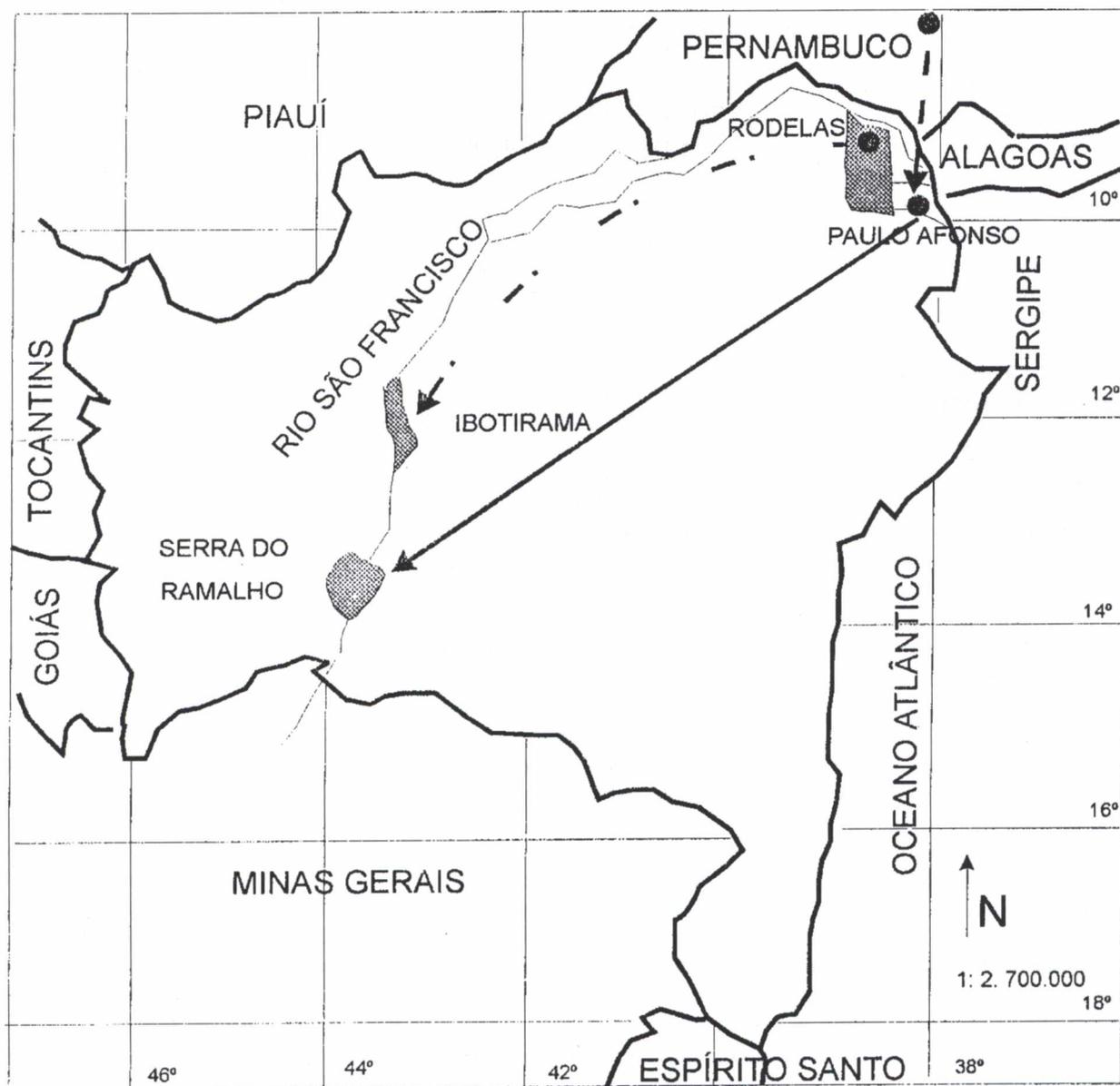
Cansados de violência, por volta de 1920, um pequeno grupo pankararú originário do agreste de Pernambuco desgarrou-se da aldeia. Depois de perambular pelas redondezas de Paulo Afonso (Bahia)⁴ e Surubim (Pernambuco), resolveu subir o São Francisco, partindo, na

década de 50, à procura de uma comunidade indígena morumbé ou corumbé⁵ que sabia viver nas proximidades da Serra do Ramalho, município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, do qual não consegui obter maiores informações.

Ponto de confluência de três estados de grande dimensão territorial (Bahia, Goiás e Minas Gerais) e área escassamente povoada, o Vale do Alto-Médio São Francisco era visto pelas populações sertanejas de décadas passadas como uma espécie de oásis, ao qual recorria grande parte dos flagelados das constantes secas que acometem o Nordeste, sendo considerado como menos árido, recoberto por matas frondosas e ricas em espécies animais. Em suma, o Vale do Alto-Médio São Francisco era visto como uma região ainda pouco explorada, apresentando ao sertanejo melhores condições de enfrentar a rusticidade das secas que outros pontos do Vale do Rio São Francisco não mais ofereciam. Além do mais, a região era porta de entrada/saída para o interior de vários estados nordestinos, bem como para o Centro-Sul do país. As matas virgens, localizadas no Vale do Alto-Médio São Francisco, eram velhas conhecidas dos indígenas de outros pontos do Velho Chico. Em períodos anteriores, essas matas sofriam incursões constantes de madeireiros que exploravam o trabalho dos indígenas sanfranciscanos. Manoel Novais da Silva, cacique dos tuxá da aldeia de Morrinhos, em Ibotirama (Bahia), diz lembrar que inúmeros membros da comunidade indígena tuxá de Rodelas eram empregados na exploração da madeira-de-lei (como remeiros, mateiros e cortadores de madeira), permanecendo acampados às margens do Alto-Médio São Francisco dias e, às

MIGRAÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS PANKARARÚ E TUXÁ

BAHIA - 1920 / 1950 e 1980



-  Migração de parte do grupo Tuxá na década de 1980
-  Migração do grupo Pankararú na década de 1920
-  Migração do grupo Pankararú na década de 1950
-  Atual localização dos grupos
-  Ponto de deslocamento dos grupos

Fonte: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
 Dados fornecidos por Ely S. Estrela, segundo pesquisa realizada.
 Organização e desenho: Sinthia Cristina Batista

vezes, meses seguidos. Não tenho informações precisas sobre a exploração do trabalho dos pankarará por parte dos madeireiros, mas tudo indica que a exploração era amplamente disseminada. Assim, conheceram a região e, possivelmente, travaram relações com as comunidades que a habitavam. Daí, a esperança dos pankarará em reencontrar a comunidade indígena dos morumbé ou morumbepe com os quais acreditavam ter parentesco. Contudo, quando chegaram à região, os indígenas procurados já não mais se encontravam no local. Haviam sido expulsos por grileiros, ganhando as picadas e se estabelecendo, segundo depoimento de Alfredo José da Silva Pankarará, em território goiano.

Os pankarará chegam à Serra do Ramalho

A chegada dos pankarará à Serra do Ramalho coincidiu com a exploração de minérios na região. Na memória do cacique pankarará da Aldeia Vargem Alegre, foi seu pai quem descobriu minério na Serra Solta, por volta dos anos 50, recebendo em recompensa do prefeito municipal de Bom Jesus da Lapa, Antônio Cordeiro, área na qual se estabeleceria, ficando a salvo da violência dos brancos. Mas os ataques dos grileiros e fazendeiros não cessaram, e parte da pequena comunidade indígena, impotente diante de todas as formas de agressão, tal qual seus antepassados, fugiu em direção ao estado de Goiás.

Nas proximidades de Brasília, entraram em contato com outro pequeno grupo indígena que lhes falou da existência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O contato com a FUNAI, segundo Alfredo José da Silva Pankarará, mudou a perspectiva de vida do seu povo. Informados de seus direitos em relação às terras de seus ancestrais, retornaram à região de Serra do Ramalho, travando nova luta com os grileiros que promoveram anteriormente sua expulsão.

Em meados da década de 70, os conflitos envolvendo indígenas e grileiros se ampliaram, provocando a intervenção violenta da Polícia Militar da Bahia contra as lideranças indígenas (Relatos dos pankarará ontem e hoje, s/d: 2).

Nesse entremeio, a região de Serra do Ramalho fora escolhida pelo Instituto Na-

cional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para abrigar o Projeto Especial de Colonização (PEC), cuja finalidade precípua era o assentamento dos desabrigados da Barragem de Sobradinho⁶, tornando suas terras ainda mais cobiçadas pelos grileiros ávidos em embolsar os valores das desapropriações.

A criação das agrovilas e a fixação dos pankarará

Assim, um sem número de fazendas foram desapropriadas para dar lugar às agrovilas. De lá para cá, foram criadas vinte e três agrovilas, ocupando área de pouco mais ou menos 256 mil hectares localizada nos municípios de Serra do Ramalho e Carinhanha.

As agrovilas foram criadas para abrigar quatro mil famílias, obedecendo a um plano de engenharia rural bastante interessante, que convém ser explicitado. A enorme área foi dividida de acordo com o módulo fiscal regional. Assim, cada família recebeu um lote de 20 hectares (os contemplados com terrenos irregulares receberam um pouco mais) e uma casa na agrovila situada mais próxima de seu lote. Foi criada também uma reserva, cabendo a cada colono cinco hectares da mesma. Às margens do Rio São Francisco, foi reservada uma faixa de 70 km para o cultivo irrigado, a ser trabalhado por alguns colonos em parcelas individuais.

No plano de construção, cada agrovila funcionaria como um bairro rural que, além de concentrar os proprietários dos lotes, abrigaria o comércio, os serviços públicos e religiosos. Dentre as agrovilas somente a 9 concentrou todos esses serviços. Mais tarde, esta agrovila se tornaria sede do município de Serra do Ramalho, desmembrado do de Bom Jesus da Lapa.

Firme no propósito de ceder apenas vinte hectares a cada família assentada, o INCRA sugeriu à FUNAI “a remoção dos índios ou a sua emancipação para que tenham direito ao assentamento de acordo com o disposto no Estatuto da Terra” (Relatos dos pankarará ontem e hoje, s/d: 1). Os índios resistiram e depois de idas e vindas, os direitos dos pankarará foram reconhecidos. Porém não receberam a área reivindicada. Coube-lhes apenas uma área de mil hectares, demarcada formalmente

em fins da década de 80. É dela que tiram a duras penas a sobrevivência. Além das terras, foi-lhes prometido projeto de irrigação pelo qual os indígenas lutam até hoje.

A pequena comunidade pankarará localizada na Agrovila 19 – a mais pobre dentre todas as demais de um projeto que se acredita fracassado –, compõe-se de aproximadamente doze famílias, totalizando sessenta e seis pessoas. Devido à incidência do barbeiro na área da aldeia, à semelhança dos demais colonos, os indígenas vivem na sede da agrovila. Como todos os indígenas do Nordeste, à exceção dos fulniô, não falam a língua de seus antepassados⁷, porém mantêm alguns dos costumes indígenas, a exemplo do *toré*, ritual que, de acordo com as palavras do cacique Alfredo Pankarará, “serve para dar força, para dar explicação às coisas da vida”.

OS TUXÁ

Os tuxá ou rodela viviam na região do curso Médio São Francisco. Quando os colonizadores adentraram o Vale do Velho Chico, implantando ali suas fazendas de gado, consta que encontraram tenaz resistência dos tuxá⁸. Para aplacar o espírito de luta dos aguerridos indígenas foram solicitados os préstimos das missões religiosas. Várias missões se sucederam no território dos tuxá, mas tudo indica que nada fez diminuir a resistência dos indígenas ao esbulho de suas terras. Prova disso é que pesquisas recentemente publicadas dão conta da presença desses indígenas, ao lado dos kiriris de Mirandela e os kaimbés de Massacará, na Guerra de Canudos (Reesink, 1997: 74).

Derrotados, os tuxá perderam grande parcela de suas terras. Talvez o penúltimo capítulo do processo de esbulho das terras pertencentes aos tuxá tenha ocorrido por volta de 1910, quando perderam a ilha de Assunção para um “coronel” local⁹. A perda do território desnordeou os bravos indígenas.

“À medida que eram escorraçados de suas terras, os índios se juntavam aos bandos que perambulavam pelas fazendas, à procura de um lugar onde se pudessem fixar. No começo do século, vários desses magotes de índios desajustados eram vistos nas margens do São Francisco. Alimen-



Alfredo José da Silva, cacique pankarú
Agrovila 19 - Serra do Ramalho

Foto: Ely S. Estrela

tavam-se de peixes ou do produto de minúsculas roças plantadas nas ilhas inundáveis – únicas cuja posse não lhes era disputada – e trabalhavam como remeiros e como peões das fazendas vizinhas” (Ribeiro, 1986: 56).

Desde então, os tuxá ficaram confinados entre Rodelas (estado da Bahia) e a Ilha da Viúva área de mais ou menos 70 hectares, localizada próxima à margem esquerda do Rio São Francisco (estado de Pernambuco). É ali que, em princípios da década de 70, os encontramos. Na Ilha da Viúva trabalhavam por volta de 180 famílias. Tal qual os pankarú, os tuxá perderam a língua de seus ancestrais, mas mantêm alguns de seus costumes e se orgulham da prática do *encantado*, do *particular*

do *toré* (Cabral e Nasser, 1988: 133). Convém salientar que os tuxá se orgulham de ter ensinado aos kiriri de Mirandela, Ribeira do Pomal (Bahia), a prática do último ritual.

A construção da barragem de Itaparica

A construção da Barragem de Itaparica pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), nos anos 80, desabrigou aproximadamente 6 mil famílias, em 7 municípios nos estados de Pernambuco e Bahia, destacando-se o de Rodelas, onde, conforme foi salientado, viviam as famílias tuxá. A submersão da Ilha da Viúva, devido a barragem, colocou uma vez mais para a comunidade indígena a perda de seu território e a premência de novo deslocamento.

A divisão dos tuxá

Desde então os tuxá se viram diante de duas alternativas: permanecer em Nova Rodelas, onde a perspectiva de assentamento, de acordo com algumas avaliações, era

desfavorável, ou se deslocarem para outra região. Surgiram, então, as divergências. Os interesses políticos falaram mais alto e a comunidade se dividiu praticamente meio a meio.

Cerca de 85 famílias optaram por se estabelecer em Nova Rodelas, confiantes nas promessas de reassentamento da CHESF. A nova aldeia fica situada no perímetro urbano, numa área exígua (aproximadamente 40 hectares) e de solo bastante desgastado. Passados 13 anos da construção da barragem, os tuxá de Nova Rodelas ainda aguardam o cumprimento pela CHESF de suas promessas. Recentemente, o Ministério Público reconheceu as demandas dos tuxá e estabeleceu um prazo para o cumprimento das promessas (A

Tarde, 25/07/99).

As demais famílias, lideradas por Manuel Novais da Silva – que, desde o momento do rompimento da unidade, assumiu a condição de cacique do grupo dissidente –, optaram pela mudança de Nova Rodelas.

Inicialmente, os tuxá dissidentes pensavam em se deslocar para a área do projeto Massanganga, em Petrolina (Pernambuco), mas, segundo consta, tiveram sua pretensão rechaçada pela poderosa família Coelho.

Depois de muitas idas e vindas, os tuxá dissidentes foram transferidos para a Fazenda Morrinhos, município de Ibotirama, distante mais de 1.000 km da aldeia de Rodelas. Área de aproximadamente 2.100 hectares, a antiga Fazenda Morrinhos abriga atualmente por volta de 170 famílias indígenas, totalizando cerca de 700 pessoas. A sede da aldeia dista aproximadamente 15 km de Ibotirama e conta com pequeno comércio, escola, Posto da FUNAI e posto telefônico. Conta também com Igrejas Evangélicas, com um templo da Igreja Católica e um espaço edificado em forma de oca – a *Igreja Encantada* – onde os indígenas podem praticar seus rituais (sincréticos), sob a regência de um jovem pajé.

Além de terras, a CHESF prometia aos indígenas desabrigados projeto de irrigação e de custeio. Pressionada, a estatal acordou que, enquanto não se desse o reassentamento das duas aldeias e a total implantação dos projetos, pagaria às famílias indígenas cadastradas a Verba de Manutenção Temporária (VMT), no valor de quase dois salários mínimos. A verba continua sendo paga, mas, para desespero dos indígenas, os projetos continuam engavetados. Prestes a ser privatizada, a CHESF tem sido pressionada a resolver definitivamente a pendência com os tuxá. Contudo, a proposta de indenização da estatal é veementemente rechaçada pelas suas lideranças mais antigas. Os tuxá de Nova Rodelas reivindicam as suas terras e os da Fazenda Morrinhos, de acordo com seu cacique, já não desejam a irrigação, mas um projeto voltado para o desenvolvimento da pecuária. Também a VMT se constitui em ponto de tensão entre as aldeias tuxá e a CHESF. Ambas as comuni-

dades indígenas reivindicam a extensão do benefício aos seus filhos que constituíram família, carecendo de meios para a sobrevivência.

Enquanto a CHESF não cumpre suas promessas, o cotidiano dos indígenas da Aldeia Tuxá de Morrinhos está marcado pela luta, pelo desejo de refazer aspectos da comunidade dividida, bem como pela saudade, retratada tão bem num dos cânticos que acompanha a dança do *toré*. Vejamos:

“Eu não sou daqui
E nem sou de Mirandela
Nós viemos desabrigados
Da barragem de Rodelas
Peregrinos, vou-lhes pedir
Com dor no coração
Pelo amor de São Francisco
Tenha de nós compaixão

A barragem de Itaparica
nos fez esta ingratidão
Tirando nós da nossa terra
nos deixou na solidão.

Com os olhos cheios de lágrimas
Já cansados de chorar
Sem saber como é que passo
Sem nossa aldeia tuxá

A nossa Ilha da Viúva
O grande lago inundou
Era nosso patrimônio
Herança dos meus avós

Quando eu olho o Rio S. Francisco
me dá vontade de chorar
Porque as águas que aqui passam
em Rodelas vão passar

Esta nossa longa história
No futuro eu vou contar
Vou sentir tanta saudade
de tristeza vou chorar

Já não posso mais cantar
Pois sinto grande emoção
A saudade dos parentes
E das festas de São João

Somos índios de Rodelas
Recentes nesta cidade
Desejamos ter amigos
Fazer novas amizades

Já cantamos nossa tribo
inda tornemos cantar
Viva São João Batista
padroeiro dos tuxá

(Cappio, 1995: 52)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os deslocamentos entre os tuxá e os pankarú não estancaram com a demarcação da Aldeia Vista Alegre, nem com o assentamento na Aldeia da Fazenda Morrinhos. Segundo afirmam alguns depoentes, há decréscimo populacional em ambas as comunidades indígenas. Qual a razão? Impossibilitados de retirarem nas aldeias a sobrevivência, os mais jovens se deslocam para às cidades vizinhas ou partem em direção ao Centro-Sul. “Livremente”, revivem a experiência da migração imposta a ferro e fogo aos seus ancestrais. Alguns deles retornam e, qual nômades, partem novamente. Para finalizar, não custa reafirmar que a despeito das diferenças e, muitas vezes, do estranhamento mútuo, índios/caboclos e sertanejos/caboclos partilham a experiência da migração e ambas as categorias estão submetidas à lei do “vai-e-vem da sobrevivência”.

**Ely Souza Estrela é Prof. de História da América da Universidade do Estado da Bahia/UNEB – Campus de Caetitê. Mestre em Geografia Humana-USP e Doutoranda em História Social-PUC/SP.*

NOTAS

- Os tuxá se autodenominam caboclos. Do que pude depreender do discurso de alguns membros da aldeia tuxá, caboclo é o índio que, embora aculturado, se reconhece e é reconhecido como “diferente dos brancos”.
- As entrevistas contaram com a participação dos monitores: Florivaldo Pinto Nunes, Marili Xavier Pinto e Nilvande Nogueira dos Santos. Coubes também as transcrições de algumas fitas.
- A comunidade pankarú da Agrovila 19 mudou seu nome deliberadamente para diferenciar-se dos pankararús que ainda vivem no Estado de Pernambuco. Segundo o cacique Alfredo José da Silva Pankarú, a mudança se fez necessária porque os órgãos governamentais confundiam as duas comunidades. Desse modo, as melhorias solicitadas pela comunidade da Agrovila 19 eram, muitas vezes, encaminhadas para os pankararú de Pernambuco, reconhecidos secularmente pelas autoridades constituídas.
- Tudo indica que a represa de Paulo Afonso foi a grande responsável pelo deslocamento de grande contingentes dos pankararú que viviam às margens do São Francisco. Desse contingente, grande parcela partiu para São Paulo, vivendo atualmente na Favela Real Parque, na Zona Sul da Capital (*Revista Isto É*, 19/04/2000: 52 / 54).
- Entrevista concedida pelo cacique Alfredo José da Silva Pankarú, na Agrovila 19, em 02/10/1999.
- A barragem de Sobradinho foi inaugurada em fins da década de 70, desabrigando aproximadamente 70 mil pessoas e fazendo submergir cidades sanfranciscanas tradicionais como: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado.

7. De acordo com o cacique tuxá, Manoel Novais da Silva, tal fato provoca a rejeição e o estranhamento por parte de indígenas mais “primitivos”.

8. “Os caiapó, entretanto, da margem esquerda, bem como os Rodelas resistiram bravamente e não se renderam, preferindo fugir ou suicidar a se entregarem à escravidão dos brancos portugueses. Eles se embrenharam pela matas adentro e para o alto da Serra do Ramalho e da Serra do Parrela, no município de Montalvânia. Retiraram-se, posteriormente, para a Amazônia. A ocupação do Vale do São Francisco, segundo Pedro Calmon, aconteceu seguida de um massacre indiscriminado da raça indígena. Foi um verdadeiro genocídio” (Souza e Almeida, s/d: 31).

9. “Consistiu em obter dos índios licença para construção de uma capela consagrada a Nossa Senhora de Assunção. Essa congregação, registrada posteriormente em cartório, como doação, serviria de base para a expedição de títulos de propriedade em que o vendedor era a Santa Padroeira, representada pelo bispo de Pesqueira, na Bahia, e o comprador, um potentado local. Este fez sentir aos índios a força de seu título possessório, obrigando-os a se colocarem a seu serviço, pagar foros pela ocupação das terras, ou abandonarem as ilhas como intrusos” (Ribeiro, 1986: 55/56).

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, Elisabeth, NASSER, Nassaro
(1988) “Notas sobre as crenças e práticas religiosas dos Tuxá”. In: *Revista cultural do estado da Bahia*. 1ª ed., Salvador, Fundação Cultural da Bahia (Número especial - O índio na Bahia).
- CAPPIO FREI, Luiz Flávio.
(1995) *Rio São Francisco. Uma caminhada entre vida e morte*. Petrópolis, Vozes.
- HALL, Stuart
(1999) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed., Rio de Janeiro, DP&A Editora.
- MELATTI, Júlio César.
(1993) *Índios do Brasil*. 7ª ed., Brasília, UnB.
- OTT, Carlos.
(1958) *Pré-história da Bahia*. Salvador, Publicação da Universidade da Bahia.
- PEREIRA, Cláudio Luiz.
(1988) “O caso Tuxá: política e cultura em uma minoria étnica”. In: *Revista cultural do estado da Bahia*. 1ª ed., Salvador, Fundação Cultural da Bahia (Número especial - O índio na Bahia).
- REESINK, Edwin.
(1997) “A tomada do coração da aldeia: a participação dos índios de Massacará na Guerra de Canudos”. *Cadernos do CEAS*. Salvador (Edição especial sobre Canudos).
- REVISTA ISTO É
(2000) São Paulo, nº 1594, 20/04.
- RIBEIRO, Darci.
(1986) *Os índios e a civilização*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes.
- RELATOS DOS PANKARÚ, ONTEM E HOJE
(s/d), (mimeo).
- SOUZA, José Evangelista, ALMEIDA, José Carlos D. de
(s/d) *Comunidade rurais negras. Rio das Rãs – Bahia*. Brasília, Arte e Movimento (mimeo).
- SILVA - SAMPAIO, Orlando.
(1994) *Tuxá: índios do Nordeste*. São Paulo, Anablume.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Título: Evitar títulos longos. Lembre-se, trata-se de artigo para revista e não dissertação e/ou tese.
- * Tamanho: 350 linhas, fonte Times, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, as quais serão posteriormente devolvidas;
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereço postal, e-mail e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências Bibliográficas: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº 40

REDES

(In fieri)

TRAVESSIA

Nº 41

MIGRAÇÃO

LABORAL

(Set-Dez/01)

Prazo para envio

dos artigos:

(15/09/01)

TRAVESSIA

Nº 42

LINGUAGENS E SÍMBOLOS

(Jan-Abr/02)

Prazo para envio

dos artigos:

(01/12/01)

TRAVESSIA

Nº 43

OS MIGRANTES E A IMPRENSA

(Mai-Ago/02)

Prazo para envio

dos artigos:

(15/03/02)

ASSENTAMENTO

Chico Buarque

*“Quando eu morrer que me enterrem
Na beira do chapadão
Contente com minha terra
Cansado de tanta guerra
Crescido de coração” (Guimarães Rosa)*

*Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora*

*Ver o capim
Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Bia, Quim
Vamos embora*

*Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
com a minha terra:
cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Ó Manuel, Miguilim
Vamos embora*

